



Handwritten signature and initials.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 5/2022

(Mandato 2021/2025)

Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e oito de dezembro de dois mil e vinte e dois, realizada no Auditório do Centro Cultural.

Presidente – *Camilo António Morais*

Primeiro Secretário – *José Carlos Vasco Jecas*

Segundo Secretário – *Celina da Conceição de Sá Martins*

Eram nove horas e trinta minutos quando, nos termos do n.º 1 alínea c) do art.º 30.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, verificada a existência de quórum, declarou aberta a sessão. -----

PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro)

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento à Assembleia Municipal dos pedidos de renúncia de mandato dos Deputados *Daniel do Espírito Santo Ramos Pires*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PSD e *Manuel da Conceição Silva Costa*, membro eleito pelo Grupo de Cidadãos Eleitores denominado Unidos por Macedo substituídos, nos termos do n.º 1.º do art.º 47.º da Lei n.º 169/99, de 18 setembro, na sua atual redação, por *Sandra Maria Esteves Nascimento Franco* e *António José da Costa Vila Franca*, respetivamente. De seguida, nos termos do n.º 2 do art.º 29.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, deu conhecimento dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais. -----

Rogério Paulo Talhas Pires, Carlos Alberto Maravilha de Azevedo, Ana cristina Moura Xavier Fernandes, Manuel Jorge Machado Olaio e João Nuno Ferreira Pires que foram substituídos, respetivamente, por Paulo Jorge Ferreirinha, Dinis António Tiago



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

Sarmento, Beatriz Justo Lopes Pereira; Nélio Jorge Gomes Pimentel e Luís Filipe Sardinha Cabeceiro. -----

Verificada a lista de presenças, para efeitos do previsto no art.º 30 n.º 1 alíneas h) e i) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, dela constavam 59 Deputados Municipais: *Camilo António Morais, Celina da Conceição de Sá Martins, Dinis António Tiago Sarmento, Manuel António Machado Carvalho, Patrícia Alexandra Nunes Cordeiro, Manuel António de Sá Mico, Paulo Jorge Ferreirinha, Duarte Ferreira Dias, Vera Cristina Amaral Gabriel, Carlos Alberto Fernandes, Ilídio João Alves, Luís Miguel Pereira Vaz, Sandra Cristina Batista Matos, Beatriz Justo Lopes Pereira, Maria Inácia Ferreirinha, Maria da Assunção Gemelgo Correia, Maria José Vieira Teodoro Moreno, José António da Silva Madalena, Cláudio Miguel Bento Trovisco, Lília Margarida Pereira da Silva, Margarida Rosa Fortuna Parra Pires, António João Alves Trovisco, Carlos Manuel Lourenço Rodrigues, Sandra Maria Esteves Nascimento Franco, Jacinta Lúcia Catarino Lopes, Amâncio dos Santos Rocha, Luís Filipe Sardinha Cabeceiro, António José Costa Vila Franca, Nélio Jorge Gomes Pimentel, Francisco Inácio Alves Oliveira, José Carlos Vasco Jecas, Maria Adelaide Serra Carvalho, Andreia Isabel Morais Eugénio, José Manuel Fernandes, Miguel Afonso Gomes Reis, António Luís Gomes, Acácio Alberto Correia Morais, Nuno José Nunes Trindade, Betina Maria de Sá Gonçalves, Leonardo do Nascimento Vila Franca, Miguel Ângelo Caseiro, Sérgio David Ramos Borges, Ramiro Borges Valadar, Abel Francisco Paulos Rocha, Ricardo Jorge Vaz Cordeiro, João José Cunha Pinto, Jorge Luís Pinto, Inácio de Jesus Roma, Luís Manuel Costa Rodrigues, Carla Alexandra Dias Miranda, Fátima Raquel Eusébio Costa, João Francisco Reis, Andreia Susana Amaro Baptista, João Luís Diogo Salsas, Júlio Manuel Curopos Quintela, Carlos Alberto Maceda, David da Silva Martins, João Manuel Rodrigues, Jorge Orlando Pires Asseiro.*

Faltaram à sessão, sem apresentar justificação de ausência, os Deputados Municipais *Domingos José Ataíde Vaz*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PSD e *Daniela de Almeida Rebelo*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.-----

Estiveram também presentes o Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores da Câmara Municipal em regime de permanência, *Rui Alexandre Serapicos Vilarinho, Sónia de Jesus Afonso Salomé, Paulo José Castro Rogão*, e os Vereadores em regime de não permanência, *António Nuno Baptista Mendes de Morais, e Edgar Manuel*



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

Rodrigues Fragoso e Daniela Filipa Lopes Artilheiro em substituição da Vereadora Clementina Augusta Marçal Gemelgo.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal indagou os presentes, no sentido de pretenderem intervir relativamente à ata da sessão ordinária n.º 4, realizada no dia 29 de setembro de 2022. Não havendo nada a acrescentar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a Ata n.º 4 a votação tendo a mesma, sido aprovada por maioria, com sete abstenções. -----

De seguida o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da receção da “Menção Honrosa pelos 50 anos de Provedoria do Sr. Provedor, o comendador Alfredo Castanheira Pinto por toda a sua contribuição para diminuir as desigualdades sociais e elevar o nome de Macedo de Cavaleiros”, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS. A moção foi distribuída aos porta-vozes dos Grupos Parlamentares e subscrita pelos mesmos tendo, o Sr. Presidente da Assembleia definido que será apresentada no final do período Antes da Ordem do Dia pelo promotor, o Deputado Miguel Caseiro. A moção apresentada à mesa dá-se como transcrita e ficará apensa à presente ata identificada como anexo I. -----

Abertas as inscrições, usaram da palavra: -----

Maria José Teodoro Moreno, membro do Grupo Parlamentar do PSD, que abordou a alteração à Lei do Sistema Judiciário, em novembro de 2021, que alterou a ordem aplicada ao funcionamento e organização dos Tribunais Judiciais questionando o Executivo quanto à “reunião realizada pela Ordem dos Advogados de Macedo de Cavaleiros e V.ª Excelência na Primavera deste ano e onde se falou da possibilidade do Tribunal Criminal ficar instalado em Macedo de Cavaleiros, usando como argumentos a centralidade, as condições físicas do edifício e poupança de verbas para a sua instalação”, indagando as iniciativas do Executivo junto do Ministério Público, ou junto do Presidente da Comarca e do Procurador Coordenador da Comarca para que Tribunal Criminal venha a ficar instalado em Macedo de Cavaleiros.-----

A palavra foi passada ao deputado *Manuel António de Sá Mico*, porta-voz do Grupo Parlamentar do PS que tendo tido conhecimento que há atrasos na ligação da luz no Parque da Cidade questionou o Executivo quanto ao término da obra que “parecendo concluída ainda não foi inaugurada”, observou, felicitando-o pelas obras efetuadas no



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

edifício da Câmara Municipal que agora “tem uma casa digna para receber as pessoas e para os funcionários trabalharem”. A propósito do vandalismo que parece proliferar na cidade e que “muito o preocupa” questionou o Executivo quanto ao funcionamento do sistema de vídeo vigilância. Referindo-se à doença que surgiu nas oliveiras no concelho vizinho e que já se encontra em árvores nas aldeias do concelho de Macedo de Cavaleiros interrogou se a Câmara Municipal já está a desenvolver, juntamente com a Direção Regional da Agricultura, alguma medida para solucionar um problema que pode vir a “assumir proporções graves”, alertou. -----

A palavra passou para o Deputado *José António da Silva Madalena*, porta-voz do Grupo Parlamentar do PSD, que aludindo à presença, em território macedense, de um grupo de santomenses, questionou a forma como estão enquadrados em termos de suporte legal nomeadamente um protocolo com as entidades santomenses, ressaltando que não existe qualquer oposição à vinda de pessoas para o território macedense, “desde que enquadrada num quadro legal e numa estratégia”, acrescentou.” -----

Usou da palavra o Deputado *Ramiro Borges Valadar*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PS para colocar duas questões: A primeira dando conta do “estado lastimável” da estrada que liga a aldeia de Lagoa à ponte de Remondes, questionando se o município pode intervir, ou se equaciona fazê-lo de modo a solucionar a problemática. Referido que recentemente teve conhecimento de que há cerca de 6 anos a entidade Associação de Município do Baixo Sabor atribuiu uma verba que podia ter sido utilizada na repavimentação da via referida, no entanto essa verba foi para uma aldeia que nada tem a ver com o Baixo Sabor. Perante a informação, questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal se teve conhecimento do referido e se o valor atribuído podia ter sido canalizado para esta estrada. A segunda questão direcionada ao Sr. Vice-Presidente, foi no sentido de averiguar “o que se passa com o campo sintético do estádio municipal que nunca mais avança!” indagou. -----

A palavra foi passada à Deputada *Jacinta Lúcia Catarino Lopes*, porta-voz do Grupo Parlamentar do CDS, que no âmbito da descentralização e da transferência de competências para as autarquias, tendo constatado que “a reorganização dos serviços administrativos do Estado vai passar para as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional- CCDR, e passando a CCDRN a ter outras atribuições nas áreas da saúde, educação, agricultura, conservação da natureza, ordenamento do território, entre outras, levantou a questão quanto ao benefício, para o território, de ter serviços sediados no Porto, considerando que estas entidades não estão vocacionadas para coordenar áreas tão específicas em termos técnicos, como a saúde e a agricultura.



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

Referindo ainda outras, nomeadamente o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação- IAPMEI, do Instituto de Emprego e Formação Profissional - IEFP e do Centro de Formação Profissional de Bragança, da Administração Regional de Saúde- ARS, da Conservação da Natureza e Florestas, das delegações Distritais do Instituto da Mobilidade e dos Transportes – IMT, para questionar se esta é uma política de descentralizar o país ou é colocar tudo no litoral?” Questionou. Calculávamos que a descentralização trouxesse mais proximidade do Estado às populações, contrariamente a esta descentralização que cria maiores assimetrias entre o Litoral povoado e o Interior envelhecido, desertificado e estagnado. Não podemos baixar os braços e deixar que tudo aconteça. É necessário lutar e defender a nossa terra. Atendendo que até ao momento presente não se ouviu uma palavra do nosso Presidente da Câmara Municipal, ou de outros Presidentes da Região, o Grupo Parlamentar do CDS-PP apresentou uma Proposta/Recomendação no sentido da Assembleia Municipal tomar uma posição manifestando a apreensão com a extinção de serviços, transferência e partilha das atribuições com a CCDRN, no âmbito da descentralização que se encontra em curso. Os documentos relativos à intervenção e à Proposta/Recomendação foram entregues à Mesa da Assembleia Municipal, dão-se como transcritos e ficam apensos à presente ata identificados como anexo II. -----

Usou a palavra o Deputado *Cláudio Miguel Bento Trovisco*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PSD, que recordando o anúncio oficial proferido pelo PS em fevereiro de 2019 e pela “Deputada Joana Vaz e argumentação do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Benjamim Rodrigues, do mapeamento para a reabilitação da Residência de Estudantes, alegando a criação de 76 camas para estudantes do ensino superior que “pela mão do IPB e da BLC3 regressariam a Macedo de Cavaleiros” e o compromisso, público proferido pelo então Ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos e pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal em recuperar o edificado, para aludir à “irrelevância política que o Executivo Socialista tem junto do governo” e acrescentar o rol de “promessas, propaganda e ilusões que este Executivo tem oferecido”, argumentou, resumindo o desempenho do atual Executivo à frente dos destinos do concelho numa obra: “um campo de futebol sintético que, lamentavelmente ainda não conseguiram concluir. Resta a esperança que o mesmo eleitorado que lhe deu a oportunidade venha nessa altura cobrar o facto de, em 6 anos, essa legislatura estar resumida a três grandes obras que mais pareciam paradas no tempo e um concelho mais pobre, mais abandonado e sem esperança”. A intervenção do Deputado foi entregue à Mesa da



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

Assembleia Municipal, dá-se como transcrita e fica apensa à presente ata identificada como anexo IV. -----

A palavra passou para o Deputado *Nélio Jorge Gomes Pimentel*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar Unidos Por Macedo (UPM). No uso da palavra o Deputado manifestou a intenção de referir o trabalho do “Comendador Alfredo Castanheira Pinto pelos 50 anos de dedicação às obras da misericórdia, um exemplo de entrega à causa social e de gestão, talvez o último estadista vivo em Macedo de Cavaleiros” e perante a Moção do Grupo Parlamentar do PS desafiou o Sr. Presidente no sentido de diligenciar, de imediato, a alteração do Regulamento de Toponímia para que seja possível ainda em vida do Sr. Comendador Alfredo Castanheira Pinto, o seu nome ser atribuído a uma rua na cidade. De seguida e em alinhamento com a intervenção do CDS-PP, O Deputado aludiu à atitude “centralizadora do Governo”, em vários domínios nomeadamente no que concerne ao regadio. Assim, pelo entendimento do mesmo, “assistimos a uma determinação da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural em que, no que ao nosso concelho diz respeito, pretende alterar o contrato de concessão com a Associação de Beneficiários”. Uma alteração que obriga à assunção de certos compromissos que para serem comportáveis pela associação de regantes, a obriga a triplicar as suas receitas, só possível através do aumento do valor das quotas ou da aplicação de taxas sobre os beneficiários. Neste contexto, e tendo conhecimento de que o “Sr. Presidente reuniu com o Diretor-Geral de Agricultura, o que pode dizer-nos? Existe alguma flexibilização? Que outras diligências já foram encetadas? “Questionou. Passando, de seguida, a felicitar a Assembleia Municipal, do mandato anterior, “porque aqui conseguiu aprovar, por unanimidade, uma moção para a inclusão de Trás-os-Montes no Plano Ferroviário Nacional”, plano que se encontra em consulta pública até 28 de fevereiro de 2023, chamando a atenção para dois factos: o Plano Ferroviário em consulta não faz referência à estação em Macedo de Cavaleiros ou Podence e assume o traçado exclusivamente de passageiros. Perante o exposto, o Deputado sugeriu, à Câmara Municipal que, “em sede de Consulta Pública, através de uma proposta formal, e outras diligências diretamente com a tutela reivindique: A necessidade de uma estação no concelho de Macedo de Cavaleiros; Que este traçado seja assumido desde logo como de mercadorias, como uma alternativa viável na ligação entre o Porto e Zamora e, conseqüentemente, com o resto da Europa; Por último, que a Estação de Macedo de Cavaleiros seja localizada na Zona Industrial para que possa também servir e constituir uma mais-valia para a Plataforma de Logística Regional”,



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

terminou. A intervenção foi entregue à mesa da Assembleia Municipal, dá-se como transcrita e fica apensa à presente ata identificada como anexo V. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Deputada *Margarida Rosa Fortuna Parra Pires*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PSD, que colocando um palanque para aceder ao púlpito esclarece ser este um gesto para “apelar à inclusão no município porque todos temos o direito de ver o público presente e os colegas e que já reparou que há pessoas que se precisarem de subir ao palco não o poderão fazer porque existe uma barreira arquitetónica”, referiu. De seguida passou a referir a operação, levada a cabo pela Guarda Nacional Republicana- GNR, no mês de outubro, no âmbito do policiamento comunitário: “*Censos Sénior 2022*”, tendo identificado a nível nacional 44.511 idosos que vivem sós, isolados ou em situação de vulnerabilidade em razão da sua condição física, psicológicas ou outras que possa colocar em causa a sua segurança. As sinalizações foram efetuadas em 18 distritos e, no obstante não ter conseguido obter resultados relativos ao concelho de Macedo de Cavaleiros, no distrito de Bragança foram sinalizados 3.411 idosos. Perante os números apresentados questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca do número de idosos identificados no concelho, qual a sua distribuição por freguesia e qual o plano de ação/intervenção no apoio do município aos idosos identificados. -----

Usou a palavra o Deputado *Duarte Ferreira Dias*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PS que começou a sua intervenção manifestando a concordância parcial com o discurso do Deputado *Nélio Pimentel* a propósito do Plano Nacional Ferroviário. No que à questão de mercadorias diz respeito, uma excelente ideia, e a não concordância deve-se ao facto de esta não depender de opiniões locais, mas de uma ligação a Espanha que ainda não está assumida. Relativamente ao transporte de passageiras esta já é, por si só “um garante de coesão territorial”. Continuando a sua intervenção sob a temática ferroviária e fazendo uma breve resenha histórica acerca desta no nosso país, das linhas do Tua e do Sabor como fatores de desenvolvimento económico e social para o distrito de Bragança. Considerando que, em 2022, existe uma “necessidade emergente para a transição energética, torna-se essencial adicionar ao distrito de Bragança um meio de transporte pesado que permita o transporte de passageiros e mercadorias, esse meio volta a ser o caminho-de-ferro”, frisou, acrescentando que o Plano Nacional Ferroviário “torna a linha de Trás-os-Montes uma miragem, com a sua concretização até 2050”. “ A Assembleia Municipal, a Região transmontana e os seus municípios precisam de “bater o pé à CIM-TT, à CCDR-N pois trata-se da nossa sobrevivência como povo, como identidade do nosso País e 2050 é tarde demais. Com



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

o retorno do caminho-de-ferro podemos revolucionar a nossa indústria”, apontando o conselho regional do Norte, a realizar no próximo ano em Mogadouro, como “a oportunidade para o nosso município, e os seus Deputados, da nação, lutarem por esta ligação vital para o nosso distrito e concelho, não para 2050, mas para 2030.” -----

Usou a palavra a Deputada *Adelaide Serra Carvalho*, membro do Grupo Parlamentar do PSD que manifestou, publicamente, a gratidão com os habitantes de Carrapatas pela colaboração nos trabalhos de reabilitação do Caminho de Santa Catarina, à Câmara Municipal pela disponibilização da máquina retroescavadora, durante dois dias e aos operários da máquina que sacrificaram dois sábados para ajudarem na execução dos trabalhos”. De seguida passou a partilhar a preocupação de não ter luz elétrica na Casa Mortuária de Carrapatas, passando a relatar os factos de todo o processo e apelando ao Sr. Presidente da Câmara para ajudar a encontrar uma solução para a questão e pôr o edifício ao serviço da população. A intervenção da Deputada Adelaide Carvalho e todo o processo referido na intervenção foi entregue à Mesa da Assembleia, dá-se como transcrito e ficará arquivado juntamente com os documentos relativos à 5.ª sessão. ----

O Sr. Presidente passou a palavra ao Deputado *Nuno José Nunes Trindade*, membro do Grupo Parlamentar do PS e autarca de Lagoa que retomou o assunto abordado pelo Deputado Ramiro Valadar, para o “reforçar”. “Apesar dos produtos agrícolas de boa qualidade que ali se produzem, das excelentes paisagens e recursos naturais, sem bons acessos nada valem”, frisou.” Terminando fazendo referência aos fundos, que o deputado Ramiro Valadar recordou que poderia ter sido utilizados para a reabilitação deste troço de 6 kms. -----

Usou a palavra o Deputado *Carlos Manuel Lourenço Rodrigues*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PSD que iniciou a intervenção com um reparo acerca do Conselho Municipal da Juventude: “Está finalmente convocada para janeiro. O que me surpreende é que passado 6 meses do que foi a tentativa de tomada de posse, que esteve programada para o Dia Internacional da Juventude, em agosto e este é o 5.º orçamento que se discute nesta casa que não cumpre a lei porque não foi ouvido o Conselho Municipal da Juventude. Porque não se marcou para novembro ou dezembro para dar oportunidade aos jovens de contribuir para o orçamento? Inquiriu. De seguida a propósito da recente notícia que anuncia a “possibilidade de fusão das três Comunidades Intermunicipais - CIM’s, que englobam, de forma abstrata, o território da província de Trás-os-Montes: CIM Alto Douro, Trás-os-Montes e Alto Douro”, questionou a posição do Executivo. No âmbito dos CTeSP o Deputado inquiriu o Executivo sobre os cursos em funcionamento na Escola de Negócios, para o presente ano letivo. -----



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

cel
fz

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas pelos Deputados Municipais.

No uso da palavra e após os cumprimentos habituais e os votos de um feliz Ano Novo, começou por responder à questão colocada pela deputada *Maria José Moreno* sobre a organização do Sistema Judiciário. Tendo referido terem sido contactados pela representante local da Ordem dos Advogados no sentido de apelar à intersecção e de ter alguma influência na decisão sobre a organização onde foi argumentado que a centralidade do nosso município e as boas instalações para defender a sua localização aqui no nosso concelho. “Eu tive uma reunião há pouco tempo com o Juiz da Comarca, onde manifestei o interesse e a disponibilidade para reunir de novo com ele. Quanto à reunião com o Ministério da Justiça, particularmente com o Secretário de Estado, argumentei o pedido e aguardamos que nos recebam. Espero ter uma resposta em janeiro, depois das festas. As diligências estão a ser feitas”, esclareceu. -----

Ao Deputado *Manuel Mico* o edil expôs que o Parque da Cidade foi um processo moroso em termos de ligação elétrica. “Todos os processos que envolvem rede elétrica são burocráticos e demorados e com extremas dificuldades. Temos contactos privilegiados e diretos, mas depois a execução tarda. Não sei se é um problema da E Redes. Estamos com o mesmo problema na mudança de postes e o argumento de falta de material serve sempre porque não conseguimos ultrapassá-los.” -----

Quanto aos elogios tecidos pelas obras feitas, que “nós ainda não inauguramos porque têm que ser utilizadas sendo a inauguração secundária”. Os casos de vandalismo são uma preocupação de todos, com registos diários um pouco por todo o distrito. A “videovigilância é uma prioridade e vamos querer instalá-la por toda a cidade”, frisou o edil. -----

A propósito da praga, a *xilella fastidiosa* está identificada, a Direção Regional da Alimentação e Veterinária - DGAV está a monitorizar o processo. No nosso concelho ainda não estamos muito afetados. Não devemos criar alarmismos, estamos sim cautelosos e a trabalhar na proximidade com a DGAV. -----

Relativamente à questão colocada pelo Deputado *José Madalena*, a propósito do enquadramento legal da presença dos santomenses em Macedo de Cavaleiros, o edil afirmou, perentoriamente, que estes só podem estar em Macedo com suporte legal de outra forma o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras - SEF não o permitiria. “Neste momento estão no nosso território ao abrigo de um pedido legal, protocolado entre municípios, no sentido de podermos dar algum apoio à fixação de jovens santomenses que não têm oportunidade de emprego em S. Tomé e que para nós é uma ajuda. A nós



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

falta-nos mão-de-obra não qualificada e ao dar acolhimento e apoio aos santomenses estamos a criar condições para que a perda demográfica possa inverter-se ou pelo menos, estabilizar. Já há resultados visíveis nesse sentido porque nos últimos 10 anos estivemos abaixo da perda de 10% da população que se verificou em quase todo o distrito, que só não aconteceu na capital porque tem a Faurecia e o IPB que funcionam como um grande travão à perda demográfica. O Concelho de Macedo de Cavaleiros está na linha da frente daqueles que têm uma melhor performance no âmbito da perda demográfica. Esta é mais uma medida para contrariar a tendência”, esclareceu. -----

Ao Deputado *Ramiro Valadar*, e a propósito da Estrada Nacional n.º 217, entre Lagoa e a Ponte de Remondes o autarca adiantou que já houve várias reuniões com a Infraestruturas de Portugal-IP, que pretende efetuar a transferência de algumas infraestruturas para os municípios, sendo que a última foi bastante produtiva. Reconhecendo que a via está muito degradada e é uma das vias mais movimentadas, principalmente pelas ambulâncias que vêm do Planalto para Macedo de Cavaleiros e que vão para o Porto, manifestou que nas reuniões tidas com Eng. Hélder Moura foram nesse sentido. “Aguardamos que façam o estudo final e o orçamento, e estamos a falar do trajeto que vai desde o rio Sabor até Izeda, e que nos digam qual a viabilidade de vir para o município um pacote financeiro juntamente com a transferência da via”, disse, acreditando estar no bom caminho. -----

Quanto à transferência de competências para a CCDRN, referidas pela Deputada *Jacinta Lopes* ficando a autoridade de gestão com competências de decisão no Porto, o edil considerou ser já um caminho pois com o poder de decisão no Porto “garanto que consigo trabalhar duplamente mais do que ter que me deslocar a Lisboa. Isto significa que podemos ter reuniões cada vez mais perto. Serei sempre a favor da descentralização e espero seja o início da recuperação das decisões mais na proximidade”, referiu. Quanto à apreensão manifestada pela deputada *Jacinta Lopes*, a propósito da extinção de serviços, o autarca manifestou a sua total concordância. Assim. “o que eu poder fazer para contrariar a deslocalização de serviços para o litoral fá-lo-ei desde que não prejudique o território. Não faço concessões políticas”, afirmou. -----

Quanto à intervenção do Deputado *Cláudio Trovisco*, com um “discurso cheio de considerações políticas e demagógicas e sem me referir às obras, quero apenas manifestar que estivemos muito preocupados, nos últimos cinco anos, em passar uma dívida de dezassete milhões de euros herdados para uma dívida de 9,5 milhões. Para chegar a este resultado custa. Quando construímos, e não querendo referir as obras feitas, queremos concretizar em pouco tempo e pressionamos, mas quando os materiais



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

não existem não é possível. A propósito da reabilitação da residência de estudantes, com uma cerimónia de âmbito nacional, com a presença de Ministros, de Secretários de Estado e de muita Comunicação Social e de facto “assinou-se um contrato com a FUNDIESTAMO – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário Públicos, S.A., que, entretanto, faliu e com isso caiu todo o processo. O que fazer do Piaget? o IPB fez uma proposta no sentido de trazer uma extensão da incubadora do IPB para Macedo de Cavaleiros e algumas *Startups*, sendo que uma delas já estaria instalada em Macedo de Cavaleiros a trabalhar online. O projeto para o edifício Sidup não morreu, continua e para além da BLC3, da Escola de Negócios e da extensão da incubadora temos também uma extensão do MORE – Laboratório Colaborativo Montanhas de Investigação. Foi um investimento que não me arrependo de ter feito porque acrescentamos património ao Município. Além da redução da dívida continuamos a acrescentar património”, frisou. Relativamente à questão de não existir alojamento em Macedo de Cavaleiros, o autarca adiantou que está agendada uma reunião com a Secretária de Estado da Habitação no sentido de encontrar soluções “para a antiga residência de estudantes”, afirmou prometendo trabalho e dedicação. -----

Ao Deputado *Nélio Pimentel*, acerca da alteração do regulamento de toponímia, o edil adiantou que não sendo uma “pessoa obtusa é possível alterar tudo desde que haja maioria para decidir nesse sentido. Há uma Comissão de Toponímia e deve ser proposto a essa comissão. Concordo que pessoas em vida mereçam essa homenagem, é um reconhecimento pelo trabalho que fizeram”, frisou. Em relação à Associação de Beneficiários do Azibo, que considera ser “uma situação complexa, com uma direção demissionária, em breve haverá um processo eleitoral. De forma geral todos os regadios conseguem ser geridos sem prejuízo, no caso do nosso regadio se houver necessidade de imputar custos energéticos vai gerar alguns constrangimentos. Por isso entendo a demissão da direção. Havendo problemas é necessário criar soluções e a direção demissionária criou soluções que há que implementar. O que se vai passar no processo eleitoral irá condicionar toda a intervenção que possa haver entre a Associação, o Município e a Direção-Geral. Vamos esperar pelo resultado do processo eleitoral, mas passará pela aplicação de taxas e subida de quota o que é perfeitamente viável. A questão mais importante é conseguir que haja mais regantes, mais pessoas a emparcelar de modo a tornar o regadio viável. Temos de melhorar e continuamos empenhados em encontrar, em conjunto com a associação, uma solução”, adiantou.---

Relativamente ao Plano Ferroviário Nacional, “como diz o Duarte 2050 é muito tarde e considero que devemos ter uma posição e porque não no próprio Conselho Regional do



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

Norte, que vais ser em janeiro, em Mogadouro. Temos de ser privilegiados à semelhança do que acontece com outras Regiões do mundo que estão isoladas”, referiu afirmando que o Plano Ferroviário Nacional deve ser uma prioridade para Trás-os-Montes e que os transmontanos devem fazer valer os nossos direitos pela resiliência, pelo isolamento e pelas dificuldades que passa, assumindo o compromisso de continuar a defender a questão. A propósito da ausência no plano de uma estação em Podence que entende porque a “alta velocidade tem pormenores técnicos que não se coadunam com a existência de estações próximas”, defendendo a existência de uma paragem de mercadorias e a plataforma Regional de Logística que faz sentido no nó da Zona Industrial da Amendoeira. -----

Quanto à intervenção da deputada *Margarida Pires*, a propósito da inclusão e das acessibilidades reconheceu ser a acessibilidade uma prioridade. Quanto à questão do apoio aos idosos e dos números dos Censos Sénior, e sendo um facto que existem cada vez mais idosos no concelho, e em particular no distrito de Bragança, porque não nos chegaram os valores do concelho o autarca referiu que no âmbito da Rede Social o município faz um trabalho de proximidade, estando o Município, no âmbito desta rede, juntamente com os Presidentes de Junta, a trabalhar para responder as questões que têm surgido neste âmbito tendo sido criada a Rede Social Mimo que se destina ao apoio a idosos frisando que no concelho não são muitas as situações mas existem e “estamos a referenciá-las e a trabalhá-las com uma equipa capacitada seja em apoio psicológico, material, de saúde, entre outras”. -----

Ao deputado *Duarte Dias*, que intervindo a propósito do Plano Ferroviário Nacional chamou a atenção para a necessidade de uma atitude interventiva no Conselho Regional do Norte o edil manifestou a concordância de que 2050 é muito tarde. “Devemos criar capacidade de influenciar e exigir que logo que comecem com a execução do plano ferroviário a solução seja imediata”, disse. -----

Acerca da intervenção da Deputada *Adelaide Carvalho*, manifestando a sua total disponibilidade o autarca referiu o trabalho de mediação do Executivo no processo cuja solução aponta para a R Redes, com processos administrativos e burocráticos muito lentos e envolve ainda o empreiteiro e a Junta de freguesia, já com dois Executivos em exercício. “Houve uma altura em que percebi que o empreiteiro terá feito alusão a uma desconfiança na entrega de documentos e por isso atrasou todo o processo. Não sei se esta é a verdade dos factos sei que a Sr.ª Presidente forneceu os documentos e, neste momento, não consigo perceber de quem é a responsabilidade do processo não estar terminado. Penso que tem que haver um entendimento entre o Presidente de Junta



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

cessante e a atual, de modo a que se consiga chegar a uma conclusão”, referiu. O processo relativo à questão levantada pela Deputada *Adelaide Carvalho* foi entregue à Mesa da Assembleia Municipal, dá-se como transcrito e ficará arquivado na pasta da documentação relativa à presente sessão. -----

Ao Deputado *Nuno Trindade*, cuja intervenção referiu o mau estado da estrada que liga a aldeia de Lagoa à Ponte de Remondes o autarca reiterou estar o Executivo à espera da transferência de competências, juntamente com o devido pacote financeiro, para que o município possa gerir a estrada nacional em causa, e que dentro de pouco tempo passe a estrada municipal. Quanto ao desvio da verba para outra localidade o autarca referiu que a decisão foi tomada pelo anterior Executivo juntamente com a Associação de Municípios do Baixo Sabor. -----

Ao Deputado *Carlos Rodrigues*, o edil assumiu a demora na reunião do Conselho Municipal da Juventude motivada pela ausência de meios humanos. Quanto à alusão de que os jovens não foram ouvidos no âmbito do orçamento, o autarca referiu que foram ouvidos os Partidos Políticos com assento na Assembleia e todos têm jovens incluídos nas suas hostes e ao ouvir os partidos estamos a ouvir também os jovens. “Além deste existe um Orçamento Participativo que conta com a intervenção exclusiva dos jovens e que está integrado no orçamento”, referiu. Relativamente aos CTeSP, “este ano não tivemos inscrições suficientes para abrir uma turma, à semelhança de muitos outros abertos pelo país, que não funcionaram por falta de alunos. A realidade é dura mas é esta: Este não é um problema exclusivamente nosso, é um problema do país e em particular do interior. Por isso estamos a criar soluções que passam muitas vezes por integrar jovens, à semelhança dos santomenses que integram cursos técnicos no Piaget, para que se fixem no território, sendo uma oportunidade para termos estudantes e trabalhadores não qualificados que deem alguma sustentabilidade demográfica. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal abriu de novo o período de intervenções.

Usou a palavra a deputada *Maria José Moreno* para reiterar a preocupação com o futuro da cidade de Macedo de Cavaleiro. “A cidade está neste momento moribunda, já nada tem. Foi pioneira em muitas vertentes. O Executivo tem condições para Governar, mas ouvimos desculpas do tempo, da pandemia ou da conjuntura mundial. Há seis anos que assumiram os destinos do concelho e já não há desculpas para imputar, são responsáveis e torna-se urgente trabalhar Macedo que já não pode mais continuar a



Assembleia Municipal – 5.^a Sessão Ordinária

viver no marasmo em que se afunda”, mencionou questionando o Sr. Presidente acerca da razão da Central de Camionagem ainda não estar ao serviço da população. -----

A palavra passou para Deputada *Jacinta Lopes* que referiu, no âmbito da centralização de competências, que o Grupo Parlamentar do CDS está preocupado com a população local, pois, se precisar de tratar de um assunto agrícola deixam de ir a Mirandela e terão que se deslocar ao Porto tratar desse assunto. Se quiserem tratar de um assunto de carta de condução, já não vão a Bragança, mas sim ao Porto.” A Ministra da Coesão Territorial disse que até ao final do primeiro trimestre de 2023 a legalização destas situações iria previsivelmente estar concluída. Vamos estar à espera de que o processo esteja concluído para tomar uma posição? Um líder vai à frente e assume a defesa independentemente do seu partido político. Trata-se da população de Macedo de Cavaleiros e da perda de algumas competências que temos na Região e que irão passar para a área do Porto. E essa é a minha preocupação”, reforçou. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Deputado *José Madalena* para, na sequência da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, levantar algumas questões e fazer alguns reparos. Primeiro, “quando falei na questão dos santomenses e eu próprio sou um imigrante, e uma pessoa aberta, que entende a necessidade de compensar a perda populacional, que não vê como invertê-la sem ser com recurso à imigração, mas com regras. Estando atento à documentação não me apercebi que tivesse havido algum protocolo celebrado quer com a Câmara Municipal, quer no âmbito da CIM-TTM, não me apercebi de qualquer documentação que enquadrasse o assunto. Quanto aos princípios e a estratégia estou plenamente de acordo”, referiu. Assumindo partilhar as preocupações manifestadas pela Deputada *Jacinta Lopes*, relativamente à descentralização de competências ou à concentração de serviços nas CCDR’s, o deputado manifestou a concordância com as mesmas, considerando que a retirada de serviços de proximidade, nomeadamente no âmbito dos Serviços da Agricultura, e outros, para o Porto, traduz-se em perda de postos de trabalho mas também na criação de dificuldade de acesso dos cidadãos a esses serviços. -----

Fazendo referência à preocupação do Deputado *Duarte Dias*, no âmbito do Plano Ferroviário Nacional, o Deputado recordou que a primeira versão do plano continha uma interrogação na linha que ligava a Bragança. Assim, na sua perspetiva, neste momento é proposta uma solução mista, manifestando a sua concordância com a solução até Bragança, com discussão dos pontos de paragem e fazendo compromisso com o transporte de mercadorias e de passageiros, tendo defendido, no âmbito da Assembleia



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

Intermunicipal da CIM-TTM que no que diz respeito à linha de ligação a Espanha não seja dada primazia à ligação à “Puebla da Sanábria mas sim a Zamora, um ponto de mais importância podendo coexistir uma ligação transversal pelo Interior Norte que possa ligar a Vila Franca das Naves e a toda essa zona”. Para terminar e parafraseando a afirmação do Deputado *Duarte Dias*, “2050 é muito tarde”. -----

A palavra foi passada ao Deputado *Cláudio Trovisco* que afirmou partilhar da opinião dos Deputados *Ramiro Valadar* sobre a ligação a Lagoa, considerando-a uma via essencial, não sendo importante a origem do dinheiro, mas a vinda dele. “Não duvido que o Sr. Presidente trabalhe muito. Ainda não sei se é eficaz. O Sr. Presidente foi eleito para colocar Macedo no caminho do crescimento. A forma como gere o município afeta todos os habitantes. A Autarquia, à semelhança do Governo alega ter atitudes de poupança e contas certas, mas os portugueses continuam a pagar cargas fiscais enormes e os salários valem cada vez menos”, mencionou. -----

Usou da palavra o Deputado *Nélio Pimentel* para felicitar a Junta de Freguesia das Arcas pelo trabalho desenvolvido em prol da preservação das tradições. Acerca da Associação de Regantes e não tendo feito referência ao ato eleitoral e se o Sr. Presidente considera que deve interferir no mesmo que o faça e que dê apoio à direção para evitar uma possível centralização da gestão do regadio porque enquanto pagantes precisamos de recorrer a quem está próximo e não quem está longe. A propósito da ferrovia percebi que o Sr. Presidente defende, e bem, a alteração do calendário para a sua execução, mas não percebi o que o Executivo defende para a ferrovia para o concelho de Macedo de Cavaleiros? A posição do Município devia ser pragmática para ser entendida e acredito que se defendêssemos a solução da Zona Industrial com a Plataforma Logística poderíamos sair a ganhar. Quanto aos Censos e a verdade é que perdemos população há 30 anos, e os eleitos estão em situação privilegiada para tentar dar a volta à situação. Para tal precisamos de uma estratégia para desenvolver o concelho. Os Censos 2021 dizem-nos que somos residentes 14.244. No mesmo ano tínhamos inscritos no ato eleitoral 17.651. Acho que andamos às voltas”, comentou o Deputado. -----

A palavra foi passada à Deputada *Margarida Pires* que manifestou a sua insatisfação com a resposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, quanto à possibilidade de obter os dados dos Censos para o Concelho de Macedo de Cavaleiros. Afirmando que na qualidade de membro da Rede Social e como profissional da saúde considera importante trabalhar preventivamente apelando ao aproveitamento dos resultados dos Censos Sénior 2022 para acompanhar os dados e evitar a institucionalização dos idosos. No mesmo contexto, e dando ênfase ao trabalho que está a ser desenvolvido



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

pela Cruz Vermelha, questionou o Executivo quanto à pretensão de ter em Macedo de Cavaleiros uma delegação desta entidade. -----

Usou a palavra a Deputada *Adelaide Carvalho* para manifestar a surpresa com a resposta do Sr. Presente à questão por ela colocada. Considerando que uma vez que a Câmara Municipal financiou o projeto deveria ter o cuidado de acompanhar a execução desta obra construída com dinheiros públicos. -----

A palavra passou para o Deputado *Nuno Trindade* que já ouviu muitas versões e gosta de acreditar que o troço continua no mesmo estado para os automobilistas poderem apreciar as lindas paisagens. Agradeceu a intervenção e preocupação do Executivo na resolução da situação e apelou, uma vez que os processos são lentos, a pensar no troço que já é estrada municipal, entre a Mitalco e Morais que também já apresenta sinais de deterioração e aproveita para fazer as duas de uma vez só. -----

A palavra passou para o Deputado *Carlos Rodrigues* para manifestar a estranheza pela forma como o Sr. Presidente interpretou as suas palavras a propósito do Conselho Municipal da Juventude. “Este Conselho não foi uma invenção minha. Trata-se de uma questão legal que não está a ser cumprida”, referiu. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às questões colocadas pelos Deputados Municipais. À Deputada *Maria José Moreno* manifestou a sua satisfação pela referência a só haver obra em Macedo de Cavaleiros durante os mandatos do Eng. Luís Vaz. Choca-me porque considero que sempre se fez obra mas ela reconhece que o partido dela não fez obra”, mencionou. Tratando-se de uma opinião aceita-a e afirma poder elencar algumas e de como mudou a face da cidade e de todo o concelho. “A execução de obra pode ter parado um pouco, mas não de há cinco anos para cá. Os forasteiros que nos visitam quando me abordam dão-me os parabéns porque a cara da cidade está mudada. Estamos a criar novas zonas sociais onde antes havia zonas mortas, como é o caso da Estação, o Mercado Municipal e a rotunda dos Cavaleiros vão ser alterados, o Centro dos Meios Aéreos onde estamos a construir quase um *cluster* e que irá ter sequência com projetos que já aqui foram apresentados, as mudanças que foram feitas nos bairros sociais”, como exemplos da dinâmica, concluindo que toda a cidade está a crescer como nunca e manifestar orgulho no trabalho que o Executivo está a desenvolver. “O Sr. Presidente Luís Vaz deve estar bem orgulhoso do trabalho que temos feito pois estamos a dar sequência a todos os projetos que ele desejou para a cidade, nomeadamente um Parque da Cidade com que ele lutou 30 anos para o ter e está agora concluído. Estamos



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

a criar património e a investir. Pensem nos dezoito milhões de investimento que foram feitos e terão a oportunidade de constatar isso nas considerações que irão ser feitas. --

À Deputada *Jacinta Lopes*, no âmbito da descentralização referiu que por saírem as direções não significa que saem os serviços não ocorrendo perda de postos de trabalho receando, no entanto, que à semelhança do que acontece a nível nacional, venham a ser tomadas muitas decisões sem conhecimento de causa porque não conhecem o território. E é por este motivo que insiste que os governantes venham ao território. -----

Ao Deputado *José Madalena*, cuja intervenção se pautou pela ponderação e pelo alerta, o Sr. Presidente agradeceu a mesma por ser construtiva. A propósito da vinda de santomenses, esta foi uma aposta e esclareceu que em abril de 2021 foi assinado um protocolo e é na sequência deste que as intervenções, os contactos e os apoios aos santomenses acontecem. -----

A solução para o Plano Ferroviário Nacional apresentada pelo Deputado *José Madalena*, longitudinal, foi subscrita pelo edil que referiu ainda a solução estruturante apresentada pelo eng. *Jorge Nunes* que liga a linha da Beira Alta ao nosso território. Soluções que agradam ao autarca que sugere uma integração das duas soluções. Neste âmbito e à questão levantada pelo Deputado *Nélio Pimentel*, o autarca assegurou que o Plano Ferroviário é estratégico e vai continuar a bater-se pela melhor opção para o território, com a certeza de que quer pelo menos uma paragem, mas que devemos ser razoáveis porque não podemos ter aqui uma paragem de Alta Velocidade mas podemos ter uma paragem de comboios de passageiros e de mercadorias. O autarca defende, assim, uma solução mista. -----

Ao deputado *Ramiro Valadar*, que questionou o atraso na colocação do piso sintético do Estádio Nacional retorquiu que este se prende com questões logísticas: Chuva, Natal, escassez de materiais. “E esta foi uma obra estratégica para nós e muitas vezes objeto de críticas por alguns Deputados Municipais. Com ou sem razão? Já percebi que sem razão porque estão todos preocupados com o sintético o que é um sinal que foi uma boa opção estratégica. Pena não ter sido assumida na altura em que tínhamos fundos comunitários”, referiu. -----

Quanto às soluções para a perda de população o autarca referiu que o Executivo está a criar soluções referiu, a título de exemplo, os incentivos que alguns municípios atribuem subsídios para estimular a natalidade e esses concelhos perderam mais população do que nós. “Temos de criar soluções. Para mim a questão dos santomenses é estratégica, pode resultar, ou não, mas se em vinte, quatro ficarem, a população já



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

crece.” Sei que assino todos os dias certidões de residência novas e isso é sinal de gente a vir para Macedo. Acredito que vamos conseguir estabilizar”. -----

À Deputada *Margarida Pires*, o Sr. Presidente da Câmara lembrou que a criação e a existência da Rede Mimo em Macedo de Cavaleiros é já um indicador de preocupação com os idosos vulneráveis, que possui uma equipa multidisciplinar que está a criar soluções e a acompanhar os casos sinalizados. A propósito da criação de uma delegação da Cruz Vermelha em Macedo de Cavaleiros, o autarca mencionou o trabalho que o município tem desenvolvido no âmbito de um protocolo existente com a Cruz Vermelha, através da atribuição de uma verba considerável que se torna bem mais proveitoso do que ter aqui uma delegação. Referindo, ainda, a promoção de ações com refugiados que são acolhidos em Chacim com o contributo financeiro do Município. Ações que mereceram o louvor por parte da Dr.ª *Ana Jorge*, Presidente da Cruz Vermelha Portuguesa que fez questão em conhecer o município que estava a apoiar dessa forma. -----

À Deputada *Adelaide Carvalho*, “surpreendida com a intervenção do Sr. Presidente”, adiantou, “financiar não significa ser dono da obra “e que o município acompanhou a obra através dos seus técnicos. Sugerindo que se fizer uma ligação provisória a casa mortuária ficará a funcionar, sendo uma opção perfeitamente enquadrável. -----

Ao Deputado *Carlos Rodrigues* e a propósito do referido enquadramento legal das competências do Conselho Municipal de Juventude, e após consulta explicou que o parecer emitido pelo Conselho Municipal não é vinculativo, é obrigatório. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou que deram entrada na mesa da Assembleia uma proposta/recomendação, apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP e uma Moção Honrosa. A proposta/ recomendação manifesta a preocupação com a transferência e partilha de decisões com a CCDRN no âmbito da descentralização e inquiriu os presentes no sentido de desejarem acrescentar conteúdo à proposta. Não havendo inscrições o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade dos presentes. A proposta/recomendação fica apenas à presente ata identificada como anexo II. -----
Acerca da Moção Honrosa, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS, antecipadamente distribuída aos Grupos Parlamentares, que mereceu o apoio de todos os membros da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Assembleia questionou se havia algo a acrescentar. Abertas as inscrições inscreveram-se os Deputados *Miguel*



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

Caseiro do Grupo Parlamentar do PS e proponente da moção honrosa em discussão e o Deputado *José Madalena*. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Deputado *Miguel Caseiro* que passou a apresentar a moção. Começando para que faz uma breve resenha histórica do percurso profissional do Sr. Provedor, o Comendador *Alfredo Castanheira Pinto* que no passado dia 27 de dezembro comemorou os 50 anos à frente da mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros, “sendo atualmente o mais longevo dos provedores do país, sendo que este extenso e diferenciado trabalho, foi reconhecido através de vários louvores, menções honrosas e condecorações, por entidades locais e nacionais”, elogiou. O Documento foi entregue à mesa da Assembleia Municipal, dá-se como transcrito e fica anexo à presente ata designado como anexo III.-----

Usou da palavra o Deputado *José Madalena* para manifestar que tanto pessoalmente como para toda a bancada do PSD o Comendador *Castanheira Pinto* representa um elemento “profundamente inspirador, pela dádiva ao outro e pelo serviço social que sempre colocou à frente dos seus desígnios e uma figura que merece todo o elogio e todo o agradecimento pelo trabalho realizado em prol do concelho e das suas gentes”, referindo, recordando, também, uma figura importante que nos “deixou desde a última Assembleia: o Prof. *Adriano Moreira*, uma figura de elevada estatura moral e intelectual e que naturalmente que tendo sido um macedense deve ser considerado para, em termos de toponímia, tal como o Comendador *Alfredo Castanheira Pinto*.-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta de moção honrosa a votação tendo sido aprovada por unanimidade. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal propôs que a mesma fosse aprovada por unanimidade e por aclamação. E assim foi. -----

Seguiu-se um breve intervalo para período de almoço, de acordo com proposta sugerida pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal votada pelos presentes e aprovada por unanimidade. Sendo os trabalhos retomados pelas 14:00h.-----

Regressados ao auditório, e verificada a existência de quórum, por parte do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, foram retomados os trabalhos, passando de imediato à ordem do dia. -----



ORDEM DO DIA

Ponto 1- Apreciação da Informação Escrita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal referente à atividade municipal no período compreendido 17 de setembro a 19 de dezembro, elaborada nos termos do disposto no n.º 2 alínea c) do art.º 25.º e do n.º 4 do art.º 35.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013.-----

Abertas as inscrições, inscreveram-se os Deputados *Manuel Mico e Inácia Ferreirinha, do grupo parlamentar do PS, Maria José Moreno, Cláudio Trovisco e Carlos Rodrigues, do Grupo Parlamentar do PSD, Luís Cabeceiro, do grupo parlamentar do CDS-PP e António Vila Franca, do grupo parlamentar do Unidos por Macedo.*-----

A palavra foi passada à Deputada *Maria José Moreno* para afirmar que o Executivo precisa de ser mais proactivo porque “além do que o Sr. Presidente referiu, é necessário injetar alguma adrenalina do concelho para atrair e dinamizar porque há 60 anos intitulavam a vila de progressiva e neste momento vejo uma cidade amorfa, triste e empobrecida. Todos os líderes têm os seus ganhos e perdas, mas perante a ausência de estratégias ninguém fica isento de ónus. O Parque da Cidade foi feito por vós, mas alguém desbravou o caminho e tem sido muito difícil para vós continuar a colmatar esse desbravamento”, afirmou questionando o Executivo quanto ao motivo pelo qual a Central de Camionagem ainda não está ao serviço da população, porque a Rua do Mercado ainda não está terminada e o Parque da Cidade, junto às finanças ainda se encontra em terra batida. “Quando pensa terminar as obras?”, Inquiriu. -----

Usou da palavra o Deputado *Manuel Mico* para manifestar a “estranheza” com que ouvido a preocupação sobre a Linha ferroviária pois em 1987 ninguém se preocupou com a questão, nem os governantes. “O mesmo se passa com o concelho porque há coisas que aqui são ditas que são demagogias puras quando as pessoas têm a noção do que fizeram e vêm aqui dizer outras coisas. A conjuntura atual é difícil, estivemos em pandemia, como pensamos que ia melhorar começou a guerra, e situações destas trazem custos para todos e para o Município também”, frisou, chamando a atenção para a necessidade de sermos pragmáticos e aceitar a realidade do nosso concelho: um concelho que já esteve melhor, teve uma regressão e nesta fase está no início de um ciclo positivo.-----

Usou a palavra o Deputado *Luís Filipe Sardinha Cabeceiro*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP que após consultar a informação das Sr. Presidente, verificou estarem referidas três reuniões do Executivo com empresas privadas, o que dá uma



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

reunião por Vereador, “que demonstram o dinamismo na captação de investimento”, frisou. Destas reuniões há uma que lhe suscita dúvidas e sobre a qual pediu esclarecimentos: Trata-se da Reunião com a empresa Portugal Fortescue, Lda, que pertence a um grupo australiano, um dos maiores produtores do sector do minério e que celebrou com o Estado Português, em 2019, um contrato para a prospeção de pesquisa de lítio, estanho, ouro, prata, chumbo, zinco, cobre e outros minerais e metais associados nos concelhos de Macedo de Cavaleiros, Mirandela e Vinhais. Assim e tendo o contrato sido atualizado em outubro, solicitou esclarecimentos quanto ao resultado da mesma e se surgiu informação acerca da pesquisa: se vão iniciar as escavações; quais as freguesias que foram, ou vão ser, afetadas pela prospeção e se esta tem benefícios só para o Município ou também para as Freguesias. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Deputado *Cláudio Trovisco* para no âmbito da informação escrito do Sr. Presidente e reportando-se à página 10 do documento, onde consta uma reunião com a Heli Portugal, e tendo em conta a previsão de um Centro de Meios Aéreos para Macedo de Cavaleiros, o Deputado solicitou esclarecimentos acerca do contrato de arrendamento do espaço do heliporto com esta entidade, que utilizada o espaço para a reparação e estacionamento das naves Kamov e do enquadramento do mesmo.-----

Usou a palavra o Deputado *António José da Costa Vila Franca*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar Unidos por Macedo que solicitou esclarecimentos sobre alguns assuntos que “carecem de aprofundamento e fundamentação”. Reportando-se à página 10, onde é referida uma reunião com o Solicitador *Armando Mendes*, constando o início do processo de expropriação do prédio de *Ana Maria Moreira*, que dá acesso ao parque de estacionamento junto ao Parque Urbano”, questionando motivo da reunião”. Ainda na mesma página encontra-se o Pavilhão Multiusos como objeto de estudo de viabilidade para questionar o objetivo desta reunião e o resultado do estudo de viabilidade mencionado. Na página 13, e a propósito de uma reunião com a APA, o ICNF e as Juntas de Freguesias das Arcas, Ferreira e Vilarinho de Agrochão com o propósito de avaliar a possibilidade de criar charcas e retenção de água para fins agrícolas, o Deputado referiu que gostaria de receber mais informações a este propósito bem como quais os critérios para a localização das charcas técnicas. -----

O Deputado *José Vila Franca* referiu ainda a reunião com o Dr. *Duarte Oliveira* foi discutido o início do processo de expropriação de terrenos na Zona Industrial e solicitando informação acerca do processo e quanto à possibilidade de entendimento entre as partes e qual o ponto da situação. A propósito das contraordenações citadas



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

no documento e começando pelas contraordenações ambientais, APA/GNR, descrito na pág. 19, que refere o início dos trabalhos no Parque Urbano sem que se tivessem salvaguardado todas as especificações da CCDRN, questionou o Executivo quanto à condução dos trabalhos e atendendo à coima que tem um valor considerável, se o responsável pela negligência foi responsabilizado. Reportou-se ainda a uma reunião com o Conselho Consultivo Municipal, referida na página 37, no dia 12 para questionar quem são os elementos que constituem este órgão consultivo e que assuntos foram discutidos na reunião. -----

A palavra passou para o Deputado *Carlos Rodrigues* que reforçou a questão da reunião com o ICNF, a APA e três presidentes de Junta sobre as charcas para questionar qual vai ser a localização das charcas, o motivo do envolvimento do ICNF em detrimento da Direção Regional de Agricultura e se está previsto que venham a ser utilizadas para além de fins agrícolas, nomeadamente para o combate a incêndios florestais. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para responder às interpolações dos deputados Municipais. -----

No uso da palavra o edil dirigiu-se à Deputada *Maria José Moreno*, que fez uma intervenção “puramente demagógica”, sem referência a exemplos, a quem questionou onde não é proactivo, uma vez que o que de facto caracteriza o Executivo em Regime de Permanência é a proatividade, que é visível, objetiva e material. “Quanto à atração de investimento é o que nós fazemos. Aliás as reuniões que já referiram, mostram a nossa procura de investimento e se virmos como a Zona Industrial cresceu nos últimos anos, apesar da crise e da pandemia que foram dois grandes obstáculos”, frisou. -----
“Não concordo que a cidade esteja amorfa, tem tido investimento como nunca teve, os novos edifícios são visíveis, há elogios à cidade e à sua modernidade, temos uma cidade operacional e virada para a população. Estamos a construir uma cidade de futuro. Quanto ao desbravar, apontado pela Deputada, se chamam desbravar ao amadorismo de candidatar um Parque da Cidade sem expropriarem terrenos!? O projeto caiu porque começaram pelo telhado. A CCDRN jamais aprovaria um projeto sem terrenos expropriados. O Executivo atual teve de começar do zero”. Afirmou. A propósito das obras e do seu término, nomeadamente a Rua do Mercado, o autarca referiu que esta está concluída faltando apenas a rotunda e que tudo o que está circundado é por uma questão de segurança, acrescentando que as obras são objeto de planeamento e as intervenções são executadas em função desse plano. Quanto ao Parque da Cidade



e recordando que já referiu várias vezes essa questão, este ainda não está concluído por questões relacionadas com as transferências de PT, pela conclusão de um arruamento que dá acesso à entrada que o Executivo planeou e outras negociações que têm sido feitas. Ou seja, é um processo que não está concluído, por uma questão de *timings* de execução e a obra de que fala não está inserida no projeto do Parque da Cidade, é uma obra autónoma. -----

Ao Deputado *Manuel Mico* o autarca agradeceu a alusão ao Plano Ferroviário e à “fase negra que determinou o fim de um meio que tão importante era para o desenvolvimento, nem que fosse apenas para a componente turística”, recordando a venda de composições ferroviárias para um dos locais turísticos mais valiosos, *Machu Picchu*, não entendendo a venda ao desbarato a estrangeiros que tiram o melhor partido delas quando somos nós que temos as linhas mais bonitas do mundo. -----

Referindo-se às limitações e contrariedades, como a pandemia e a Guerra na Ucrânia, o autarca referiu que entraves à evolução acontecem, mas que “temos que lutar contra elas” é isso que o Executivo tem feito. Com limitações tem feito verdadeiros milagres e” vão perceber isso com o orçamento.”, Desafiou. -----

A propósito da intervenção do Deputado *Luís Cabeceiro*, o edil confirmou a reunião com uma empresa que está licenciada, pelo Estado, para fazer prospeção, que para já estão na fase de análise e” quem dera que se instalassem aqui, seria um bom sinal”, recorrendo ao exemplo de Murçós e ao desenvolvimento que a aldeia teve aquando da exploração das minas. A população de Murçós cresceu, entretanto, a exploração foi decrescendo e neste momento a população é escassa num território que tinha muita dinâmica. Todas as cidades que têm capacidade mineira crescem imenso e criam dinâmicas. Quanto aos atentados ambientais não vejo grandes impactos ambientais. Murçós tem de facto uma grande escavação exposta situação que neste momento não é permitida. E esta prospeção é tão importante que tivemos a visita de diplomatas australianos e a preocupação que fizeram chegar foi a de que se se instalarem aqui vão trabalhar na proximidade e privilegiar os interesses da população local, minimizando possíveis prejuízos ambientais e contribuir para a melhoria das condições de vida das populações. Acredito porque vi vários casos positivos que servem de exemplo. Quem está a conduzir os trabalhos é o Sr. Vice-presidente que poderá esclarecer as vossas dúvidas porque conhece a matéria. -----

Ao Deputado *Cláudio Trovisco* e a propósito da questão colocada sobre o Centro de Meios Aéreos e o contrato com a Heli Portugal o edil assegurou que esta é uma grande aposta do Executivo, com visibilidade já nos cursos com inscrições abertas que irão criar



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

uma oferta de emprego no futuro diferenciando que o Centro de Meios Aéreos tem várias finalidades, sendo uma delas a formação e a outra a instalação da Proteção Civil e de todas as estruturas que lhe são adstritas. Esclarecendo que o que existe com o Centro de Meios Aéreos é um contrato, com o pagamento de uma renda condizente com os custos que o Município tem com o edifício, de modo a cativá-los para o território. Mencionando as condições criadas, nomeadamente o Heliporto, os hangares que poderão facilitar a manutenção das aeronaves da Heli Portugal para alavancar a vontade do Executivo em ter ali um centro de manutenção airbus para servir os helicópteros que evitaram a saída para a zona da fronteira francesa ficando mais perto do Norte de Portugal. “Acredito que exista vontade de sediar a empresa em Macedo de Cavaleiros, o que seria uma boa notícia”, adiantou.-----

Ao Deputado *António Vila Franca*, com várias questões colocadas no âmbito das reuniões, o edil mencionou que o pavilhão multiusos é um dos projetos estruturantes, e uma das maiores apostas do Executivo e que para tal é necessário ouvir empresas especialistas na matéria. As empresas que foram consultadas constroem edifícios icónicos, sendo exemplos a nível nacional, das quais obtiveram demonstrações em plano do que pode ser feito no parque de exposições. É vontade do Executivo “criar estruturas modernas, versáteis e que seja algo fraturante para o território. Queremos aqui eventos internacionais de grande escala. Para isso teremos de fazer aqui um grande investimento para potenciar a organização de eventos que tragam gente diferenciada ao território”, frisou. -----

Quanto à questão relacionada com as charcas e as reuniões com as entidades referidas, o Sr. Presidente manifestou ser preocupação do Executivo trazer as instituições com poder de decisão, pois são responsáveis pelos pareceres sem os quais não adianta projetar. Primeiro é necessário perceber os condicionalismos existentes e eles vêm ao terreno averiguar se é possível criar essas charcas, que têm vários objetivos, não só a questão da proteção civil para termos pontos de recolha de água para o combate aos incêndios e para a alimentação e agropecuária. -----

Ainda no contexto das questões levantadas pelo deputado *António Vila Franca* e a propósito da contraordenação o Sr. Presidente informou que diz respeito a uma queixa para a qual ainda não existe decisão. A propósito do início do processo da expropriação, mediado pelo Dr. *Duarte Oliveira*, o autarca respondeu que ainda não existem decisões. Ao deputado *Carlos Rodrigues*, que também abordou a questão do aproveitamento das charcas, o edil reforçou que a opção é recorrer, em primeiro lugar, às autoridades e instituições que decidem, para justificar a presença do ICNF e da APA na reunião. Estas



reuniões têm, como objetivo, principalmente quando se trata de candidaturas e projetos, abordar as questões de modo a não serem reprovadas. Podem ser processos morosos, mas são mais seguros. A propósito dos critérios que estão subjacentes à tomada de decisão de construir charcas em determinada parte do território, o autarca referiu que a decisão foi com base nas sugestões apresentadas pelos Presidentes de Freguesia. Sendo que no caso concreto em análise trata-se de uma situação importante e quantas mais freguesias forem envolvidas mais validade e mérito tem o projeto. Neste caso era necessária a emissão de parecer. As charcas são para todo o concelho e foram consultados todos os Presidentes de Junta, que terão que fazer chegar, ao Município as, suas propostas. -----

Ponto 2 - “Regulamento Municipal de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Concelho de Macedo de Cavaleiros” – Proposta Final: Deliberação nos termos do disposto no art.º 25.º n.º 1 alínea g) do Anexo I à Lei n.º 75/2013. -----

-----Presente a Informação n.º 165/2022 da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, datada de 15-11-2022, que se transcreve: -----

“Na sequência da deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal, de 16-08-2022, e reportando-se ao assunto supra mencionado, cumpre-me informar que, terminado o período de consulta pública, publicitado pelo Aviso (extrato) 18319/2022 na 2.ª série do Diário da República de 22 de setembro de 2022, Pág. 232, Parte H e no sítio da internet www.cm-macedodecavaleiros.pt, que decorreu entre o dia 31 de agosto de 2022 e o dia 07 de novembro de 2022, não se registou a entrada de qualquer sugestão ou reclamação sobre o Projeto de Regulamento Municipal de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Concelho de Macedo de Cavaleiros. -----

Para cumprimento do disposto no art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, na redação que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de janeiro, foi enviado um exemplar do supra referido documento para a Associação Comercial, Industrial e Serviços de Macedo de Cavaleiros (ACISMC), outro para a Guarda Nacional Republicana, Posto Territorial de Macedo de Cavaleiros, bem como, para a Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros para recolha de sugestões, não tendo estas entidades efetuado qualquer pronúncia sobre o assunto. -----

Nesse sentido encontram-se reunidos os pressupostos para que a Câmara Municipal, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 33.º, n.º 1, alínea k) e 25.º, n.º 1,



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

alínea g) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atualizada, aprove a proposta de envio do processo à Assembleia Municipal, para aprovação final. -----

Importa realçar que caso o presente projeto seja aprovado pela Assembleia Municipal, carece, para produção de efeitos, da respetiva publicação na 2ª Série do Diário da República, conforme estipula o art.º 139º do Código do Procedimento Administrativo, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.” -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, em 15-11-2022, proferiu o seguinte Despacho: “À Câmara Municipal.” -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta final do Regulamento Municipal de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Concelho de Macedo de Cavaleiros e submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal. -----

Abertas as inscrições, inscreveram-se: -----

O Deputado *Nélio Pimentel* que manifestou que o Grupo Parlamentar Unidos por Macedo pretende votar favoravelmente este ponto. No entanto, o documento apresenta duas questões que deverão ser salvaguardadas para que obtenha o voto favorável deste Grupo Parlamentar: Primeiro por considerar não ter sido cumprido o critério da consulta pública e a segunda com a redação do artigo 13.º, ponto 3, relativo ao “Registo de Interesses”, que considera ser demasiado punitivo porque ao considerar três autos de infrações estes podem ser por causa de uma infração simples. Questionando se não será demasiado punir o infrator com o encerramento automático do estabelecimento durante seis meses. “Não me parece correto”, argumentou. Quanto à consulta pública e com publicação de extrato em Diário da República no dia 22 de setembro referindo a sua publicação no *site* do Município e não o tendo encontrado, pensa “que não foi publicado no *site* da autarquia tal como estava referido no Diário da República”. Pelos motivos apresentados o Deputado solicitou a retirada do assunto, para efetuar as correções necessárias e regressar a debate na próxima sessão da Assembleia Municipal. Em caso de resposta negativa ao pedido o Deputado afirmou que o Grupo Parlamentar do Unidos por Macedo irá abster-se. -----

O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Vereador *Paulo José Castro Rogão* que, a propósito da intervenção do Deputado Nélio Pimentel manifestou ter de fazer fé na informação que está apensa ao regulamento e a informação n.º 165/2022, dos Serviços Municipais, referencia as formalidades e o cumprimento do



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

Handwritten signature

disposto. Quanto ao artigo que motivou a intervenção, “que será uma decisão da Assembleia Municipal”, sendo certo que a punição tem como objetivo sensibilizar os proprietários de estabelecimentos incumpridores, no que diz respeito a esta matéria, alertando para os efeitos nocivos do incumprimento do regulamentado. Frisando que a alteração sugerida obriga ao reinício do processo não podendo ser presente na sessão da Assembleia Municipal de fevereiro. -----

No uso da palavra o deputado *Nélio Pimentel*, em concordância com a opinião do Vereador *Paulo Rogão*, considerou “não estar em tempo de pedir evidências dos factos. Concordo com a necessidade de punição para com aqueles que perturbam o descanso das pessoas. Depois de três autos levantados relativamente ao horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, faz sentido. Relativamente ao ponto 1, que faz referência à afixação do horário do estabelecimento, três vezes consecutivas, aplicar a punição de encerramento por três meses não me parece correto”, referiu. Acrescentando que se até à data tudo funcionou sem um regulamento, se for necessário adiar a deliberação para refazer todo o processo para que o caminho seja o correto, lhe parece ser uma decisão acertada. -----

No uso da palavra o **Sr. Presidente da Câmara Municipal** manifestou não partilhar da opinião do Deputado Nélio Pimentel, argumentando que os atos de vandalismo em obras recentes acontecem pela atitude condescendente do Executivo. Quanto ao assunto em análise, o autarca frisou que as decisões serão tomadas com ponderação e caso a caso. “Se optarmos pela condescendência as pessoas vão continuar a abusar. É necessário rigor”. Afirmando que o Regulamento continua a votação porque se trata do bem-estar público. -----

Usou a palavra o Vereador *Paulo Rogão* para informar que no *site* do Município, no separador intitulado “Editais e Avisos”, está publicada a consulta pública do “Regulamento Municipal de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Concelho de Cavaleiros”. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um (1) voto contra, cinco (5) abstenções e cinquenta e três (53) votos a favor aprovar a proposta final do Regulamento Municipal de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Concelho de Macedo



de Cavaleiros. -----

**Ponto 3 - “Regulamento Municipal de Uso do Fogo e de Limpeza de Terrenos” -
Proposta Final: Deliberação nos termos do disposto no art.º 25.º n.º 1 alínea g) do
Anexo I à Lei n.º 75/2013.** -----

-----Presente a Informação n.º 244/2022 da Divisão de Ambiente e de Serviços Urbanos,
datada de 19-09-2022, que se transcreve: -----

-----“Após aprovação do Regulamento Municipal de Uso do Fogo e de Limpeza de Terrenos
do Município de Macedo de Cavaleiros por deliberação da Câmara Municipal, tomada
em reunião realizada em 2022/07/19, este, e em conformidade com o art.º 101.º do CPA,
foi submetido a consulta pública para recolha de sugestões, pelo período de 30 dias
uteis. -----

-----Findo este período, não foram apresentadas quaisquer sugestões e ou observações. --
Assim, perante o exposto proponho que o Regulamento Municipal de Uso do Fogo e de
Limpeza de Terrenos do Município de Macedo de Cavaleiros seja submetido à próxima
Assembleia Municipal para aprovação.” -----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, em 23-09-2022, proferiu o seguinte Despacho:
“À Câmara Municipal.” -----

-----O Regulamento Municipal de Uso do Fogo e de Limpeza de Terrenos dá-se como
transcrito, ficando arquivada uma cópia na pasta da documentação correspondente a
esta reunião, estando a mesma devidamente rubricada por todos os membros do
Executivo.-----

-----DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o
Regulamento Municipal de Uso do Fogo e de Limpeza de Terrenos, submetendo-o à
próxima Assembleia Municipal para aprovação. -----

Abertas as inscrições, inscreveu-se o Deputado José Madalena, porta-voz do Grupo
Parlamentar do PSD. No uso da palavra, o Deputado advertiu que quando se trata de
“regulamentos além do respeito pelo que a lei prescreve, deve imperar o bom senso e
distinguir entre o que são casos graves e incumprimentos ligeiros, como no caso citado,
a falta de afixação de um horário. No caso do presente regulamento está a necessidade
de uma profunda informação junto de todos os agricultores, e de quem tem terrenos, no
sentido de divulgar as regras pois pode haver consequências graves em termos de
punição, mas também representam uma questão e segurança coletiva contra
incêndios”. Sugerindo uma “campanha massiva junto das Juntas de Freguesia, com a



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

ajuda dos Serviços Municipais, no sentido de divulgar o presente Regulamento, as implicações da queima de sobrantes e quais as regras a cumprir” Havendo, assim, muito trabalho a fazer apelando à Câmara Municipal para que faça uma divulgação maciça junto dos agricultores. Ainda dentro desta linha, e referindo-se ao BUPI, transmitindo uma sugestão do Grupo Parlamentar que representa, em relação ao cadastro de terrenos, que tem que ser cumprido até final do ano 2023, para que a Câmara efetue trabalho no sentido de incentivar ao cumprimento deste registo que é obrigatório. ----- Usou a palavra o Vereador *Paulo Rogão* que referindo a pertinência da intervenção do Deputado *José Madalena*, informou que estas ações estão acauteladas. “Primeiro há que definir as regras, que começa com o presente regulamento. De seguida a Comissão Municipal de Defesa da Floresta dar a conhecer o regulamento final, que foi discutido em reunião prévia da Comissão. Posteriormente o regulamento será publicitado. Em simultâneo, é intenção do Executivo, no âmbito de uma reformulação que irá ser feita no *site* do Município, disponibilizar um botão que permita o registo dos interessados. Ou seja, está tudo programado no sentido de divulgar o presente regulamento, até porque contêm penalizações e não é objetivo do Executivo penalizar, mas sim prevenir e prevenir é dar informação prévia às pessoas”, frisou. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação. -----

Deliberação: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria com 1 abstenção, aprovar a informação nos termos apresentada. -----

Ponto 4- “Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Macedo de Cavaleiros” - Proposta: Deliberação nos termos do disposto no art.º 25.º n.º 2 alínea i) do Anexo I à Lei n.º 75/2013.-----

-----Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datado de 08-11-2022, que se transcreve: -----

“Por meu despacho, datado de 14-07-2022, com conhecimento à Câmara Municipal, foi reconstituído o Conselho Municipal de Segurança de Macedo de Cavaleiros. -----

Nos termos da lei, o Conselho reuniu no p.p. dia 27 de outubro e aprovou o seu regulamento de funcionamento, conforme versão que anexo. -----

Perante o exposto e dando cumprimento ao disposto no artigo 6.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, na sua versão atual, submeto a aprovação da Câmara Municipal o referido regulamento, a fim de ser enviado à Assembleia Municipal para aprovação final.” -----



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Macedo de Cavaleiros, submetendo-o à próxima Assembleia Municipal para aprovação. -----

Abertas as inscrições e não havendo inscrições, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, nos termos do art.º 25.º n.º 1 alínea g) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, aprovar o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança de Macedo de Cavaleiros. -----

Ponto 5- “Regulamento de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Macedo de Cavaleiros” – Proposta Final: Deliberação nos termos do disposto no art.º 25.º n.º 1 alínea g) do Anexo I à Lei n.º 75/2013. ---

-----Presente a Informação n.º 170/2022 da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, datada de 25-11-2022, que se transcreve: -----

“ Na sequência da deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara Municipal, de 27-09-2022, e reportando-se ao assunto supra mencionado, cumpre-me informar que, terminado o período de consulta pública, publicitado pelo Aviso (extrato) 19333/2022 na 2.ª série do Diário da República de 10 de outubro de 2022, Pág. 276, Parte H e no sítio da internet www.cm-macedodecavaleiros.pt, que decorreu entre o dia 11 de outubro de 2022 e o dia 22 de novembro de 2022, não se registou a entrada de qualquer sugestão ou reclamação sobre o projeto de regulamento municipal denominado, de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Macedo de Cavaleiros. Nesse sentido encontram-se reunidos os pressupostos para que a Câmara Municipal, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 33.º, n.º 1, alínea k) e 25.º, n.º 1, alínea g) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua versão atualizada, aprove a proposta de envio do processo à Assembleia Municipal, para aprovação final. -----

Importa realçar que caso o presente projeto seja aprovado pela Assembleia Municipal, carece, para produção de efeitos, da respetiva publicação na 2ª Série do Diário da República, conforme estipula o art.º 139º do Código do Procedimento Administrativo, publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. “-----

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, em 29-11-2022, proferiu o seguinte Despacho: “À Câmara Municipal.” -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

final do Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Macedo de Cavaleiros, submetendo-o à próxima Assembleia Municipal para aprovação. -----

Abertas as inscrições e não havendo inscritos, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, nos termos do art.º 25.º n.º 1 alínea g) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, aprovar o Regulamento Municipal de Atribuição de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Concelho de Macedo de Cavaleiros. -----

Ponto 6 - Contratação de Empréstimo a Curto Prazo para o Ano de 2023 - Proposta: Deliberação nos termos do disposto no art.º 25.º n.º 1 alínea f) do Anexo I à Lei n.º 75/2013. -----

-----Presente a Proposta do Sr. Vereador *Paulo Rogão*, datada de 24-11-2022, que se transcreve: -“ Ao abrigo do disposto no artigo 49.º, n.ºs 1 e 2 e artigo 50.º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, os municípios podem contrair empréstimos a curto prazo junto de quaisquer instituições autorizadas por lei para colmatar as dificuldades de tesouraria. -----

Considerando que a aprovação de empréstimos a curto prazo pode ser deliberada pela assembleia municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento, para todos os empréstimos que o município venha a contrair durante o período de vigência do orçamento; Considerando que a amortização do empréstimo deverá ser efetuada até ao final do exercício económico da contratação; -----

Considerando eventuais influxos insuficientes da tesouraria que possam ocorrer ao longo do exercício de 2023, nos termos do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º daquele Regime Jurídico, autorize a Câmara Municipal, em 2023, a contrair um empréstimo de curto prazo, em modalidade de conta corrente, até ao montante máximo de 1.200.000,00 de euros de utilização.” -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar, a contratação de empréstimo de curto prazo para o ano 2023, em modalidade de conta corrente, até ao



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

montante máximo de um milhão e duzentos mil euros (1.200.000,00€), submetendo-o à próxima Assembleia Municipal para aprovação -----

Abertas as inscrições, inscreveram-se os Deputados *Luís Cabeceiro*, do Grupo Parlamentar do CDS-PP e o *Deputado José Madalena*, Porta-voz do Grupo Parlamentar do PSD. -----

Usou a palavra o Deputado *Luís Cabeceiro* “para obter transparência pois quando se solicita um financiamento “que representa quase 5% do orçamento da Câmara, e que diz que a finalidade são eventuais influxos insuficientes, gostaria que fossem mais específicos. Como se trata de um financiamento de curto prazo já devem saber onde vão aplicar a verba e sobretudo se será para liquidar algum financiamento que está a decorrer”, referiu. -----

No uso da palavra o Deputado *José Madalena*, em concordância com a proposta apresentada, cuja ideia é a de que exista dinheiro disponível para pagar aos fornecedores, sobretudo os pequenos fornecedores do nosso concelho” adverte para que seja esse o seu fim “e não outros na linha que apresentou o Deputado *Luís Cabeceiro*.”-----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Vereador *Paulo Rogão* que esclareceu que a proposta de autorização em discussão vem, à semelhança da autorização solicitada no ano anterior, para “resolver eventuais influxos insuficientes de tesouraria, conforme referido na proposta. No ano 2022 o Município efetuou igual procedimento, do mesmo montante e dos 1.200.000,00 euros, utilizamos cerca de 700.000,00 euros e o valor dos juros foi insignificante, não tendo chegado aos 4.614,00 euros”. Referindo que o valor do empréstimo solicitado se destina a assegurar os pagamentos nos prazos indicados. Assim, a “vantagem deste tipo de operação é ter sempre em dia com os fornecedores o pagamento sendo certo que a 31 de dezembro o Município terá que ter o valor utilizado amortizado”, referiu, acrescentando que o montante utilizado no ano de 2022 já se encontra totalmente amortizado, o que indica que foram cumpridas as regras definidas. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria, nos termos do art.º 25.º n.º1 alínea ccc) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, com uma (1) abstenção e cinquenta e oito (58) votos a favor, aprovar a Contratação de Empréstimo a Curto



Prazo para o ano de 2023. -----

Ponto 7 - Pacote Fiscal para o Ano de 2023 - Proposta: Deliberação nos termos do disposto no n.º 25.º n.º 1 alínea d) do Anexo I à Lei n.º 75/2013. -----

-----Presente a Proposta do Sr. Vereador *Paulo José Castro Rogão*, datada de 25-11-2022, No uso das competências que me foram atribuídas no âmbito do pelouro das Finanças Municipais e Património, para apreciação pelos órgãos municipais e para aplicação no ano de 2023, formulo a seguinte proposta de Pacote Fiscal Municipal, o qual integra o Imposto Municipal sobre Imóveis, a participação variável no IRS, a Derrama e a Taxa Municipal de Direitos de Passagem, cuja fundamentação jurídica se apresenta. -----

-----**IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS**-----

1. De acordo com o artigo 14.º, alínea a) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e artigo 1.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua redação atual, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se localizem. -----
2. A taxa referente aos prédios rústicos encontra-se fixada em 0,8%, não sendo objeto de majoração ou redução. -----
3. No que concerne aos prédios urbanos e atento o disposto na alínea c) do n.º 1 e do n.º 5 do artigo 112.º do CIMI, os municípios, por deliberação da Assembleia Municipal, definem a taxa aplicável aos prédios urbanos para vigorar no ano seguinte, taxa essa a fixar entre 0,3% e 0,45%. -----
4. O artigo 112.º, n.º 7 do CIMI fixa, ainda, que os municípios, por deliberação da Assembleia Municipal, podem definir áreas territoriais correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias e fixar uma redução até 20% da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios urbanos arrendados. -----
5. Ao invés, nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 112.º do CIMI, os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem majorar até 30% da taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se, de acordo com o n.º 2 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro e respetivas alterações ou conforme o disposto no artigo 55.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro e respetivas alterações, os que tenham sido objeto de intimação para execução de obras de conservação e/ou reabilitação, necessárias à correção de más condições de



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético. -----

6. De acordo com o n.º 12 do artigo 112.º do CIMI, os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, podem, igualmente, fixar uma redução até 50% da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar aos prédios classificados, de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da legislação em vigor, desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea n) do n.º 1 do artigo 44.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. -----

7. Ao abrigo do n.º 3 do artigo 112.º do CIMI, a taxa prevista na alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo, é elevada, anualmente, ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano. Encontram-se nesta tipologia, aqueles prédios como tal definidos no Decreto-Lei n.º 159/2006, de 8 de agosto. -----

8. Resulta, ainda, da alteração promovida em 2016 ao CIMI - Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março -, a possibilidade de redução de taxa a imóveis destinados a habitação própria e permanente. Estabelece o n.º 1 do artigo 112.º-A do CIMI que, por deliberação da Assembleia Municipal, pode ser fixada uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, em função do número de dependentes que, nos termos previstos no artigo 13.º do Código do Imposto sobre o Rendimento Singular (IRS), compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeita o imposto. Essa redução encontra-se fixada nos seguintes limites: -----

i) de 20 euros, para agregados com um dependente a cargo -----

-----ii) de 40 euros, para agregados com dois dependentes a cargo -----

iii) 70 euros, para agregados com 3 ou mais dependentes a cargo -----

Proposta: perante o exposto e de acordo com a alínea a) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º e alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponho que a câmara municipal delibere no sentido de aprovar e submeter, à aprovação da Assembleia Municipal, a seguinte proposta: -----

a) Que se implemente a taxa mínima de 0,3% a aplicar aos prédios urbanos. -----

b) Quanto aos imóveis destinados a habitação própria e permanente, em função do número de dependentes, que se aplique a redução legal da taxa definida, ou seja: -----

i) de 20 euros, para agregados com um dependente a cargo -----

ii) de 40 euros, para agregados com dois dependentes a cargo -----

iii) 70 euros, para agregados com 3 ou mais dependentes a cargo -----



PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS -----

1. De acordo com a alínea g) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, constitui receita dos municípios o produto da participação nos recursos públicos, determinada nos termos do disposto nos artigos 25.º e seguintes do mesmo diploma legal. -----

2. A alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º e do n.º 1 do artigo 26.º, ambos do diploma antes referido, estatui que os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, que é calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional nos termos do n.º 2 do artigo 69.º.-----

Proposta: perante o exposto e de acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e artigo 26.º, n.º 2 da Lei n.º 73/2015, de 03 de setembro, na sua redação atual, proponho que a câmara municipal delibere que o município participe em 1%, ou seja, arrecade 1% do montante global que gera o IRS no município. -----

-----**DERRAMA**-----

1. Nos termos da alínea c) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, constitui receita dos municípios o produto de derramas lançadas nos termos do artigo 18.º do mesmo diploma. -----

2. De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, os municípios podem lançar anualmente uma derrama até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), que proporcionalmente corresponda ao rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território. -----

Proposta: perante o exposto e ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º e da alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e, ainda, ao abrigo da alínea c) do artigo 14.º, do n.º 2 do artigo 16.º e do artigo 18.º, todos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, como forma de atrair e fixar empresas no nosso município e de fortalecer aquelas que se encontram aqui sediadas, proponho que a câmara municipal delibere no sentido de aprovar e submeter, à aprovação da Assembleia Municipal, não lançar a



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

cobrança deste imposto municipal. -----

-----TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM -----

1. A nova Lei das Comunicações Eletrónicas (Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto), estabelece o regime -----

Jurídico aplicável às redes e serviços de comunicações eletrónicas, aos recursos e serviços conexos, à gestão do espectro de radiofrequências e dos recursos de numeração, bem como a certos aspetos dos equipamentos terminais, e define as competências da autoridade reguladora nacional (ARN) e de outras autoridades competentes nestes domínios. Às empresas que oferecem redes públicas de comunicações eletrónicas e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público é garantido o direito de passagem, dando origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP). -----

2. Como resulta do n.º 2 do artigo 169.º *“Os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento dos domínios público e privado municipal por sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes públicas de comunicações eletrónicas e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) e à remuneração pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas que pertençam ao domínio público ou privativo das autarquias locais prevista no Decreto -Lei n.º 123/2009, de 21 de maio.”*-

3. Por esse facto, a remuneração prevista encontra-se definida no artigo 169.º, não podendo ultrapassar 0,25% - n.º 3, alínea b) do citado artigo. -----

4. A taxa é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas referidas empresas, para todos os clientes finais do respetivo município. 5. Esse percentual é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência. -----

Proposta: perante o exposto e de acordo com o disposto no artigo 169.º, n.º 3, alínea b) da Lei n.º 16/2022, de 16 de agosto, proponho que a câmara municipal delibere no sentido de aprovar e submeter, à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta no sentido de fixar a taxa no máximo limite legal, ou seja, 0,25%.” -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, o Pacote Fiscal para o ano 2023, nos termos da Proposta apresentada pelo Sr. Vereador *Paulo*. -----

Não havendo inscrições, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação. -----



DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Pacote Fiscal para o ano 2023, nos termos do disposto no art.º 25.º n.º 1 alínea d) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, conforme proposta apresentada. -----

Ponto 8 - Relatório Síntese de Conclusões Individuais da Situação Económica e Financeira a 30-06-2022 – Conhecimento à Assembleia Municipal nos termos do disposto no art.º 77.º n.º 2 alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação. -----

-----Presente a correspondência da “Esteves, Pinho Associados, SROC, data de 2 de dezembro de 2022 que se transcreve: -----

“Nos termos da alínea d) do n.º 2 do Art.º 77 da Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, remetemos a V. Exas. o Relatório Síntese de Conclusões com referência ao período findo em 30-06-2022. -----

Nos pontos seguintes apresentamos uma síntese das conclusões mais relevantes, tendo em consideração a informação preparada pelo Município para o efeito, de acordo com o “*Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas*” (SNC-AP). -----

Relembramos que os procedimentos de auditoria utilizados na revisão desta Informação Semestral consistiram essencialmente na execução de *Procedimentos Analíticos Substantivos (indagações; comparações; testes/análises de razoabilidade; etc.)*, os quais não permitem assegurar um nível de confiança idêntico ao proporcionado pelos procedimentos subjacentes à auditoria das contas anuais. No entanto, pese o facto de existir essa limitação, e tendo em conta o conhecimento acumulado do passado relativamente ao Município, os mesmos são desenhados para que eventuais diferenças materialmente relevantes possam ser detetadas. -----

Os dados inerentes às conclusões ora apresentadas, com referência ao período findo em 30-06-2022, são os seguintes: *Ativo* – 58.980,622 €; *passivo* – 29.824,124 €; *Património Líquido* – 29.156,498 €; *Resultado Líquido do Exercício* – 103.385 €; *Despesa Paga* – 11.050.947 € e *Receita Cobrada Líquida* – 12.397,406 €. -----

Relativamente ao Exercício findo em 31-12-2021, foi por nós emitida em 14-04-2022 uma Certificação Legal de Contas com Reservas e com Ênfases, onde constam algumas referências que poderão ser relevantes para a compreensão de alguns pontos mencionados no Relatório Síntese de Conclusões ora emitido.” -----

O Relatório Síntese de Conclusões Individuais- Situação Económica e Financeira a 3006-2022 dá-se como transcrito, ficando uma cópia anexa à informação da Sessão.



A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**Ponto 9 - Alteração Modificativa aos Documentos Provisoriais do ano de 2022 –
Aprovação nos termos do art.º 25.º n.º 1 alínea a) do Anexo I da Lei n.º 75/2013. ---**

Presente a Proposta do Sr. Vereador *Paulo José Castro Rogão*, datada de 14-12-2022,
que se transcreve: -----

“Justificação -----

O Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, instituiu o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública nela se incluindo a Administração Local. ---
A NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental – trata, entre outras matérias, da questão das alterações orçamentais, constituindo um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à sua execução. -----

Os ajustamentos que, neste momento, carecem de ser feitos às GOP´S do ano em curso determinam o procedimento de uma alteração orçamental modificativa, uma vez que se procede à inscrição de mais receitas e conseqüentemente mais despesas, assim como à sua anulação, resultando alteração ao montante inicial global das GOP´S. -----

Concretizando. -----

Ao nível da receita -----

i) Proceder-se à correção do valor constante em rubricas que estavam excessivamente orçamentadas, designadamente o montante não utilizado do empréstimo a curto prazo e a venda de terrenos. -----

ii) Proceder-se à correção do valor constante em rubricas que estavam deficientemente orçamentadas. -----

Ao nível da despesa -----

i) Proceder-se à anulação de ações que evidenciam saldos resultantes da sua execução.

Ao nível do PPI e PAM -----

i) Proceder-se à anulação de ações que não tiveram execução ou em que se verifica haver saldos. -----

Em resumo:-----

O movimento global desta modificação apresenta os seguintes valores: -----

a) Receita: -1.060.617,85€, sendo que anulamos 1.383.046,28€ e inscrevemos 322.428,43€ -----

b) Despesa: -1.060.617,85 euros, sendo que anulamos 138.959,38€ do PAM, 300.214,74 do PPI e 621.443,73€ do orçamento da despesa. -----

Face ao exposto, em anexo, junto os mapas que evidenciam esta modificação,



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

propondo que a Câmara Municipal aprove a presente proposta e, para cumprimento do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea c) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, 12 de setembro, na Os mapas da Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano 2022 dão-se como transcritos, ficando arquivada uma cópia na pasta da documentação correspondente a esta reunião, estando a mesma devidamente rubricada por todos os membros do Executivo. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Proposta referente à Alteração Modificativa aos Documentos Previsionais do ano 2022 e submetê-la a aprovação da próxima Assembleia Municipal, com a abstenção dos Srs. Vereadores eleitos pela coligação PSD-CDS: *Nuno Morais, Clementina Gemelgo e Edgar Fragoso*. -----

Abertas as inscrições, inscreveu-se o Deputado *José Madalena*----- Este, no uso da palavra manifestou, tendo em conta os montantes envolvidos relativos a obras que transitam e a verbas, e em consonância com a posição tomada no ano 2022, que a bancada do PSD se irá abster. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria, nos termos do art.º 25.º n.º 1 alínea a) do Anexo I da Lei n.º 75/2013, com dezasseis (16) abstenções e quarenta e três (43) votos a favor, aprovar a Proposta referente à Alteração Modificativa aos Documentos Provisionais do ano 2022. -----

Ponto 10 - Autorização Prévia Genérica para Assunção de Compromissos Plurianuais e Delegação de Competências no Presidente da Câmara Municipal para Assunção de Compromissos Plurianuais até 99.759,58 € por Ano Económico - Proposta: Deliberação nos termos do art.º 33.º n.º 1, alínea ccc) do Anexo I da Lei n.º 75/2013. -----

-----Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 12-12-2022, que se transcreve: -----

“O artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação - (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso – LCPA), estatui que a assunção de compromissos plurianuais, “independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de



cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal. -----

Todavia, de acordo com o previsto no n.º 3 do mencionado artigo, nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere o artigo 22.º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, ou seja, 99.759,58€, a Assembleia Municipal pode delegar no Presidente da Câmara a competência para autorizar esses compromissos. -----

Considerando que o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, veio regulamentar a citada lei dos compromissos, nos termos do artigo 14.º, estabelecendo que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano; -----

Considerando que, atenta esta factualidade e ainda a celeridade, eficiência e boa implementação da estratégia de desenvolvimento municipal, importa que seja solicitada a referida autorização prévia à Assembleia Municipal; -----

Considerando, ainda, o disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc) do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 1 de setembro, na sua reação atual e artigo 44.º do CPA, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 2 do artigo 6.º da citada Lei n.º 8/2012 e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, **proponho** que a Câmara Municipal delibere:

1. Aprovar e submeter à Assembleia Municipal proposta para que este órgão emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal ou a sua reprogramação, durante o ano de 2023, que resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados. -----

2. Solicitar à Assembleia Municipal para que este órgão: -----

a) Ao abrigo do artigo 6.º, n.º 3 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, delegue no Presidente da Câmara a competência para autorizar a assunção de compromissos plurianuais, decorrente de contratos não previstos no número anterior, desde que esses encargos não excedam o limite de 99.758,98€ em cada um dos anos económicos seguintes aos da sua contratação e o prazo de execução de 3 (três) anos; -----

b) Delegue no Presidente da Câmara a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo, desde que os compromissos previstos na LCPA, no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e em conformidade com o regime da despesa pública, até ao montante permitido por lei, com faculdade de subdelegar nos Srs. Vereadores em regime de tempo inteiro. -----

3. Que delibere, ainda, a Câmara Municipal prestar informação regular à Assembleia



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

Municipal da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da presente delegação.” -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente da Câmara nos termos apresentada e submetê-la à próxima Assembleia Municipal para aprovação. -----

Não havendo inscrições o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta a votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, nos termos do art.º 25.º n.º1 alínea ccc) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, aprovar a a proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal. -----

Ponto 11 - Orçamento e Opções do Plano para o ano de 2023 Proposta: Deliberação nos termos do disposto no art.º 25.º do n.º 2 alínea a) do Anexo I à Lei n.º 75/2013. -----

-----Presente a Proposta do Sr. Presidente da Câmara Municipal, datada de 13-12-2022, que se transcreve: -----

“Para cumprimento do disposto do novo sistema contabilístico – Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas – SNC-AP-, aprovado pelo Decreto- Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro na sua redação atual e, ainda, do estatuído na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, submetendo a apreciação, discussão e votação do Executivo Municipal o projeto-proposta dos documentos previsionais do Município de Macedo de Cavaleiros para o exercício económico do ano de 2023, constituído por Orçamento, enquadrado num plano orçamental plurianual e Grandes Opções do Plano, com igual planificação, o qual importa, na receita, no valor global de 31.732.106,27 € (trinta e um milhões, setecentos e trinta e dois mil, cento e seis euros e vinte e sete cêntimos) e, na despesa, no valor global de 31.732.106,27 € (trinta e um milhões, setecentos e trinta e dois mil, cento e seis euros e vinte e sete cêntimos), devendo, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea c) do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, ser presente à próxima sessão da Assembleia Municipal, para aprovação.” -----

Os Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal para o ano 2023 dão-se como transcritos, ficando arquivada uma cópia na pasta da documentação correspondente a



Assembleia Municipal – 5.^a Sessão Ordinária

esta reunião, estando a mesma devidamente rubricada por todos os membros do Executivo. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a Proposta dos Documentos Previsionais e Mapa de Pessoal para o ano de 2023 submetendo-os à próxima Assembleia Municipal para aprovação. -----

Votação: 4 votos a favor (*Benjamim Rodrigues, Rui Vilarinho, Sónia Salomé, Paulo Rogão*), e 3 votos contra (*Nuno Morais, Clementina Gemelgo e Edgar Fragoso*). -----

O Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para efetuar uma nota introdutória no âmbito do Orçamento e Opções do Plano para o ano 2023. No uso da palavra o Sr. Presidente adiantou que este é um “orçamento um pouco austero, que foram tidas em consideração algumas contingências, nomeadamente a inflação, a guerra da Ucrânia e todas as implicações que tais situações acarretam em termos sociais e económicos e a diminuição das verbas transferidas do Orçamento do Estado, à semelhança do que aconteceu no ano de 2022, com alguma melhoria neste âmbito, mas abaixo do expectável”. No âmbito das despesas foi tido em conta o aumento com os custos energéticos, com os custos de manutenção que sofreram um aumento na ordem dos 30%, com os recursos humanos pois foram criadas condições para que os recursos humanos da autarquia progredam nas carreiras, com a atualização de vencimentos e mais solidez e estabilidade nos elementos integrados. Na rubrica investimento o edil adiantou que o investimento é nas pessoas, no emprego, na educação com o aumento do valor das bolsas, na habitação tendo sempre presente a contrariedade relativa à revisão constante de preços. “Gostaríamos de salientar que na sequência da diminuição da dívida da Município, que tem sido um grande esforço, que irá continuar a ser feito, com o compromisso de diminuir a dívida cerca de um milhão anualmente, sem com isso comprometer o investimento e a prova disso é que o investimento nas aldeias aumentou, como irão constatar. Vamos ter cerca de 1,8 milhões de investimentos nas aldeias. No setor agrícola temos vindo a dar resposta às solicitações nomeadamente ao apoio à sanidade animal e neste orçamento a 100%”. Adiantou, referindo, que todo o investimento programado e todo o esforço do município é no sentido da justiça social, da aposta no setor primário, um dos suportes económicos do concelho e no investimento em projetos estruturantes. -----

Feita a introdução ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano 2023 o Sr. Presidente solicitou ao Vereador *Paulo Rogão*, com a responsabilidade financeira, para



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

apresentar o orçamento de forma objetiva. No uso da palavra o Vereador *Paulo Rogão* começou por referir que as grandes opções do plano foram feitas ao abrigo do sistema de normalização contabilística em vigor, que se caracteriza, ao nível da receita das implicações decorrentes da conjuntura económica financeira provocada pela guerra na Ucrânia, com maior impacto na despesa, implicando que a Câmara receba menos receita e não contempla possíveis investimentos no âmbito do novo Quadro Comunitário Portugal 2030, ainda a aguardar regulamentação. A previsão de arrecadação de receita proveniente do encerramento do Quadro Comunitário, denominada *Overbooking*, situação que se verifica aquando do encerramento dos Quadros Comunitários com reflexos no âmbito da receita onde está contemplada receita de projetos que já foram concluídos, que foram objeto de candidatura, ou que poderão vir a receber mais receita ao abrigo dos Fundos Comunitários. -----

No que concerne ao Plano de Investimentos, ao Plano de Atividades Municipais e ao Orçamento da Despesa, o Vereador referiu que estes evidenciam obras em curso que por motivos diversos não foram concluídas no ano 2022; ações novas e investimento em todas as freguesias do concelho, quer em parceria, quer por iniciativa do Município. As grandes Opções do Plano evidenciam uma verba alocada para a revisão de preços das empreitadas que absorve uma previsão de cerca de 740.000,00 euros e a previsão de 600,000 euros para um processo judicial em curso referente à aquisição de terrenos no Parque Urbano, com previsão de resolução durante o ano 2023, já com dotação na eventualidade da decisão não ser favorável para o Município. “Para evitar o efeito surpresa, acautelamos o funcionamento dos serviços municipais com rubricas reforçadas, por força do aumento de preços provocados pela conjuntura atual, para despesas fixas e para a atualização das remunerações e subsídio de alimentação dos trabalhadores da Câmara Municipal. Assim, a previsão inicial do Plano e Orçamento para 2023 é de 31.732.106,27 Euros do lado da receita e o mesmo montante para a despesa, respeitando o princípio do equilíbrio orçamental. Do total 21.511.179,97 destinados às Grandes Opções do Plano repartidos entre o plano Plurianual de Investimentos – com uma dotação de 10.029.513,08 Euros, e o Plano de atividades Municipal, com dotação de 11.481.666,89 euros. Tendo em conta as principais áreas de atividade do Município: ensino e educação, ação social, desporto e tempos livres, cultura e turismo, ambiente, proteção civil e fomento empresarial, o Vereador passou a referir as ações nos vários domínios e respetiva dotação orçamental. -----

As grandes Opções do Plano evidenciam investimentos plurianuais: -----

- Funções sociais no valor de 7.460.738,92 Euros, valor superior ao ano 2022; -----



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

- Funções económicas um valor de 1.943.197,84, inferior ao investido em 2022; -----
 - Funções Gerais o valor de 385.576,32 euros, um valor muito reduzido em relação ao ano de 202 com 1.310.458,00 euros; -----
 - Outras funções 60.000, 00 euros e em 2022 354.105,00 euros. -----
- No que concerne ao Plano de Atividades Municipais: -----
- Funções sociais são contempladas com um investimento de 5.926.542,08 euros; -----
 - Funções Gerais – 2.800.510,55 euros, -----
 - Outras Funções – 1.731.412,76 com valores próximos aos de 2022; -----
 - Funções Económicas – 1.023.201,50 euros, sendo que o ano 2022 teve 342.655,00 euros. -----

Para finalizar, o Vereador referiu que este Plano inclui a atualização das taxas municipais, tendo como referência a média da inflação, do ano anterior, tal como resulta do disposto no Regulamento de Liquidação, Cobrança e Pagamento de Taxas e Licenças Municipais em vigor e a aprovação das normas de execução orçamental e que a “concretização destas previsões depende, também, do trabalho, da disponibilidade e das competências dos colaboradores da autarquia, com a certeza, de que contamos com eles para concretizar as grandes opções do plano apresentado”, rematou.-----

Abertas as inscrições, inscreveram-se os Deputados *Duarte Dias, Manuel Mico, António Gomes, Carlos Fernandes, Ramiro Valadar, João Alves, Cláudio Trovisco, José Madalena, Sérgio Borges, David Martins, Luís Cabeceiro, Jacinta Lopes e Nélio Pimental*-----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao Deputado *Duarte Dias*, que alertou para as dificuldades que “ai vêm”, não tendo a Câmara Municipal de substituir o Estado e para tecer elogios ao orçamento apresentado pois mesmo” austero “continua a olhar para o futuro e a contemplar investimentos na Zona Industrial”, destacando o empenho do Executivo no Programa Primeiro Direito que nos “tempos que virão assume uma importância ainda maior”, para considerar, olhando para os valores relativos aos anos de 2021 e 2022, que a valência social devia ser reforçada, questionando o Executivo quanto à existência de um plano proatividade no sentido de divulgar todos os apoios que disponibiliza, “para que todos os elegíveis tenham conhecimento e usufruam deles”. -----

Usou a palavra o Deputado *Cláudio Trovisco* que referiu “ser curioso que se construam infraestruturas de dezenas de milhões para melhorar as condições de vida de habitantes



que temos em cada vez menor número, sem vislumbre de um plano, a médio e longo prazo, cujo objetivo seja o da criação de condições necessárias à fixação das pessoas”. No que ao orçamento apresentado diz respeito, este é “um plano sem audácia, que corta 10% no investimento, aumenta 24% na despesa.” Referindo-se à Feira de S. Pedro, e ao orçamento que lhe está destinado para a edição de 2023, no valor de 50.000,00 euros, certame que devia ser “modernizado e adaptado ao presente” do qual o Executivo desistiu, atirando-lhe “algumas migalhas do orçamento para não ter que assumir o ónus de terminar de vez com ele”, contrariamente ao evento “Feira da Caça e do Turismo”, com uma dotação orçamental de 180.000,00 “para quatro dias. Como poderia não ser um sucesso?” Questionou. A intervenção do Deputado *Cláudio Trovisco* foi entregue à mesa. O seu conteúdo dá-se como transcrito e ficará apenso à presente ata identificado como anexo VI.-----

Usou a palavra o Deputado *Luís Cabeceiro* expressando que o orçamento, em termos formais, ao contrário de anos anteriores, cumpre o requisito da lei, portanto não se irá pronunciar sobre isso. Relativamente ao orçamento, definido pelo Executivo como “indo de encontro aos Municípios”, este só acumula despesa, referindo que depois de cinco anos de mandato “isto sabe a pouco. Gostaria que hoje, a votar a orçamento e a discutir as opções do plano, nos fosse apresentado um plano estratégico para o desenvolvimento de Macedo de Cavaleiros, claro para todos os agentes económicos, cidadãos, empresas, bancos e organismos públicos. Consideramos que para além de acumular despesa, faltam políticas que promovam o desenvolvimento económico do concelho e parem o sangramento da população. Terminando a intervenção manifestando que a intenção o Grupo Parlamentar do CDS-PP será no sentido da abstenção. -----

A palavra foi passada ao Deputado *Manuel Mico*, que em relação ao orçamento apresentado, “condicionado pelos constrangimentos face ao contexto atual e à dívida herdada o investimento continua a ser significativo”, sendo o documento marcado por três aspetos: A primeira o peso dos custos com a energia; a compra e a venda de água, com sinal evidente de retoma, apesar da dívida ainda existente, e o apoio à agricultura, com a construção de charcas e o apoio sanitário a 100%. O Deputado chamou a atenção para a necessidade do arranque do Programa Habitação de 1.º Direito “porque há muitos problemas de habitação ao nível das freguesias”, referiu. Quanto à educação, e sendo o Executivo acusado de não conseguir fixar escolas, tendo sido o problema a saída do Piaget e terem passado demasiado tempo para o recuperar. “No ano 2005 podia ter sido tentado, mas ninguém se lembrou. Estamos em 2022, 17 anos passaram.



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

Para um ano que se adivinha difícil este é o orçamento possível, com um investimento baixo, mas que contempla todas as freguesias. Quero ver a votação dos Srs. Presidentes de Junta. Este orçamento é o reflexo de um bom trabalho. Assim, o Grupo Parlamentar do PS vai votar favoravelmente o orçamento e apoiar o Executivo na sua execução”, afirmou. -----

A palavra foi passada ao deputado *José Madalena*, que teceu considerações técnicas, na qualidade de coordenador da Comissão de Orçamento e Finança, que reuniu no dia 26 de dezembro, e políticas na qualidade de porta-voz do Grupo Parlamentar do PSD, sobre o orçamento e as grandes Opções do Plano. Em termos técnicos, a primeira recomendação é em relação à data da 5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal que deve ocorrer mais cedo, pedido recorrente, mas que todos os anos se cai no mesmo. Considerando, ainda, que os documentos devem ser enviados com mais antecedência para permitir uma análise mais aprofundada e que os documentos provisionais devem ser reformulados quer na fórmula, tornando mais fácil a sua leitura, quer em termos de conteúdo, incorporando tabelas explicativas de todas as siglas utilizadas nos documentos, facilitando a sua interpretação. -----

Este orçamento, em termos de Grandes Opções do Plano, representa um acréscimo de cerca de 8% em relação ao orçamento anterior. “As GOP representam 68% e o orçamento de Despesas 32%. Decompondo as GOP percebemos que o plano plurianual de investimento tem um decréscimo de 10% e o PAM tem um acréscimo de 18%. Em termos de análise de Receita, prevê um acréscimo da Receita Corrente em 9% relativamente ao ano anterior e na receita de capital, um acréscimo de 7%, com uma verba emolpada prevendo uma visão otimista relacionada com a venda de bens de investimento no valor de quase 1 milhão de euros. Há um sinal muito positivo que está relacionado com o aumento de Receitas Próprias. No que diz respeito à despesa, salientou a componente de despesa corrente, com um aumento substancial, podendo a Câmara Municipal ter previsto a situação de um acréscimo substancial de despesa, com a despesa corrente a crescer 23%, com um peso no orçamento da despesa corrente de cerca de 64%, sendo que a componente com maior crescimento é a relativa a gastos com pessoal, cerca de 17% e aquisição de serviços com 23%. Nas despesas de capital existe uma redução de 11%, que está naturalmente associada à questão do investimento. Acerca do endividamento municipal, a previsão a 31 de dezembro, será de um total de nove milhões duzentos e vinte e sete mil, sendo que na vigência deste orçamento haverá uma amortização de novecentos e seis mil euros, que inclui a componente dos empréstimos a médio e longo prazo, no valor de sessenta e sete mil



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

euros, o que revela um sinal positivo. Relativamente ao equilíbrio orçamental este plano não cumpre um dos requisitos do equilíbrio orçamental que tem que ver com o art.º 40.º, n.º 3 do Regime Financeiro das Autarquias Locais, mas que terá que ser compensado no próximo ano, de acordo com a Lei, que está relacionado com o facto do saldo corrente, exceder o valor das amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo. Numa análise mais política o Deputado referiu que da análise do equilíbrio orçamental surge um dos problemas deste orçamento: o saldo corrente que se soma às receitas de capital para financiar as despesas de capital. Para 2023 o saldo corrente é muito baixo, cerca de dez mil euros, sendo que no ano de 2022 excedeu os dois milhões de euros. Assim, as despesas de capital são basicamente iguais às receitas de capital, não havendo sobras, de onde resulta uma quebra de investimento na ordem dos 11%. Para um Executivo que anunciava muitos milhões e novas candidaturas, constatamos que a grande maioria das obras em 2022 são as decorrentes do PEDU. Vimos com agrado o reforço das verbas atribuídas aos Bombeiros Voluntários, na área social, no combate às perdas de água, um regresso e aposta na Feira da Caça e Turismo.” Manifestou. -----

Ainda a propósito da Feira da Caça e Turismo, com um impacto “muito significativo na economia local, embora boa parte dos expositores não sejam produtores locais, mas vendo o exemplo de Vinhais, com vendas muito significativas naquele que é o *site* de comércio eletrónico que acompanha a feira, podendo o Município de Macedo de Cavaleiros avançar nesse modelo de vendas. Quanto à questão da água, o grande “cancro” das contas do concelho e a questão da dívida oculta, que se acumulava de ano para ano, superior a quinhentos mil euros, o partido concorda, naturalmente, com todo o esforço que tem sido feito, no entanto chamo a atenção para um estudo que a Deco Proteste publicou em dezembro. O estudo compara o custo de 120 metros cúbicos de consumo, mais as respetivas taxas de saneamento. Dos 308 concelhos do país o estudo aponta Vila do Conde como o concelho mais caro, o concelho de Vila Nova de Foz Côa com os custos mais reduzidos, ocupando Macedo de Cavaleiros uma posição mediana. Esperando que as melhorias a ocorrer ao nível de perdas de água se venha a traduzir numa diminuição do preço da água para os cidadãos. Relativamente ao investimento nas freguesias, penso que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros não irá concordar porque apresentou propostas para Nogueirinha e Travanca que não estão contempladas no orçamento. Sei que foi dito que as obras respeitantes a Macedo de Cavaleiros são cobertas pelo próprio Executivo Municipal. Nesta alocação de verbas, que aparecem um pouco inflacionadas, porque está agregada a questão das obras de abastecimento de água, que ultrapassa os quinhentos



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

mil euros nas freguesias referidas, e para acrescentar que existe algo pouco sério. Existem dois tipos de obras: Umas que são empreitadas da Câmara Municipal e outras que são delegadas nas Juntas de Freguesia. Na eventualidade de uma derrapagem orçamental a Câmara vai ter de a assumir e cumprir; nas obras delegadas nas Juntas de Freguesia ou as juntas têm dinheiro para assegurar o total da obra, ou a obra não avança. Ou seja, as Juntas de Freguesia podem não ter condições reais para avançar com a obra. Se por um lado existe atribuição de verbas a todas as freguesias importa verificar que algumas não têm capacidade real para as concretizar”. Referiu. -----

Ainda a propósito de investimento e em fase de encerramento do Programa 2020, cuja execução ainda se pode estender até ao final do ano de 2023, afirmou que gostaria de ter visto mais iniciativa para o novo quadro comunitário, nomeadamente a proposta que o próprio sugeriu: a construção de um pavilhão multiusos. “Gostaria de ver outro dinamismo, porque o que está em causa é trabalharem mais e melhor, e nesse sentido, e em consonância com o que foi a posição da Vereação na Câmara Municipal vamos votar contra o orçamento Municipal”, frisou. -----

A palavra passou para o Deputado *Nélio Pimentel* que evidenciou que o documento em análise no que diz respeito “às questões de fundo, é pouco mais que um “*copy & paste*” do orçamento de 2022, que na altura mereceu a nossa abstenção. É claramente um orçamento de continuidade e esta é algo do qual deveríamos fugir porque há 30 anos que perdemos população, oportunidades, importância e que hipotecamos o futuro das gerações que se seguem. O orçamento que nos apresentam tem méritos: Prossegue a modernização do serviço de abastecimento de água; é exemplar nos benefícios fiscais; é solidário nos apoios sociais e na educação que vai mantendo; propõe-se a fazer definitivamente o aproveitamento das condições náuticas do Azibo; virá apoiar a 100% a sanidade animal; mostra vontade em apoiar o combate fitossanitário; mantém o investimento no parque industrial; é mais transparente na atribuição de verbas às freguesias; é arrojado no âmbito da Proteção Civil; e finaliza o projeto de regeneração urbana, acrescentando a requalificação da rua Almeida Pessanha, muito embora não se conheça ainda o seu projeto. Mas é, no fundo, um orçamento sem Alma. É um orçamento de continuidade num caminho que nos tem levado ao empobrecimento. E é um caminho de empobrecimento porque cada vez mais se assiste a um tecido económico dependente das aquisições da Câmara Municipal e um mercado de trabalho sedento das aberturas de concursos de pessoal. Só para este ano há mais 61 novos postos de trabalho previstos. Haverá mesmo a necessidade de tantos postos de trabalho? Ou não haverá na Câmara Municipal uma má gestão de recursos humanos?



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

Gostávamos, enquanto grupo de cidadãos independentes, de ver uma Câmara Municipal mais preocupada com o futuro, em implementar uma estratégia de desenvolvimento assente num plano que promovesse o crescimento económico do concelho e que isto significasse maior emprego, de forma a combater a acentuada e preocupante quebra demográfica. A maior evidência de que não há uma estratégia definida está refletida na ligação da cidade ao Azibo que não se encontra prevista. O Executivo simplesmente deixou cair a ligação da cidade ao Azibo via Vale de Prados. Isto parece-nos, Sr. Presidente, mais um tremendo golpe nas aspirações dos Macedenses”, salientou. -----

Ainda no uso da palavra, o Deputado manifestou o desejo de ver uma profissionalização na organização de eventos da cultura, desporto e turismo, como forma de atração de pessoas e crescimento da visibilidade externa do concelho, apontando para a continuação do declínio da Feira de São Pedro e para o regresso da Feira da Agricultura, com um orçamento de 50.000€, igual ao do São Pedro, que promete ser em grande. Referindo o voto de confiança dado ao Executivo no orçamento de 2022, anunciou que o voto do Grupo Parlamentar do UPM é, “pela segunda vez, no sentido da Abstenção”. O discurso do Deputado Nélio Pimentel foi entregue à mesa da Assembleia Municipal, dá-se como transcrito e fica apenso à presente ata identificado como anexo VII. -----

A palavra foi passada ao Deputado *António Gomes*, membro do Grupo Parlamentar do PS, que referiu nunca ter “visto um orçamento melhor do que o agora apresentado” e que deu os parabéns ao Executivo porque todas as aldeias estão contempladas. Apesar de não estar “satisfeito, mas é com a verba que me foi atribuída que vou tentar governar as duas aldeias” lançou um apelo aos Presidentes de Junta de Freguesia para votarem em consciência. -----

A palavra foi passada ao Deputado *Sérgio Borges* que referiu a ausência da junta de freguesia de Macedo de Cavaleiros no orçamento de 2022 e 2023 e recordou que em 2022 o Sr. Presidente supostamente referiu: “não fiquem zangados a Junta de Macedo de Cavaleiros terá muito pouco a fazer nestas áreas”, referindo-se à pavimentação. “Quanto a Travanca e Nogueirinha havemos de falar sobre o assunto e mencionou intervenções em Nogueirinha. Hoje questiono que intervenções houve em Nogueirinha e em Travanca? Quais? A Central de Camionagem? Em outubro de 2022, em reunião com o Sr. Vice-Presidente, *Rui Vilarinho*, sobre a delegação de Competências apresentei as necessidades das minhas freguesias divididas em áreas de intervenção. Documento que foi lido e assinado por ambos.” Assim, e após a contextualização da sua intervenção questionou o Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da razão pela



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

qual a Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros, Travanca e Nogueirinha não é contemplada no orçamento de 2023? Acrescentando que não poderia estar a defender os interesses dos seus “fregueses que o elegeram se não o perguntasse. E não adianta dizerem que existe uma verba para o cemitério. O que está em causa é a forma discriminatória como esta junta é tratada em comparação com as restantes vinte e nove freguesias que compõem o Concelho. Do milhão e oitocentos mil que este orçamento destina para as freguesias, excluindo a junta de Macedo de Cavaleiros, Travanca e Nogueirinha o montante prevê ainda participações para as Juntas de Freguesia, ou seja, obras cuja Câmara dá um montante para as Juntas de freguesia executarem obra e empreitadas assumidas pela Câmara em determinadas Juntas de Freguesia. Não serve de argumento que todo o investimento feito em Macedo de Cavaleiros é na junta de freguesia”, terminou. -----

A palavra passou para a Deputada *Jacinta Lopes* que reiterou o afirmado na Comissão de Orçamento e Finanças: “A democracia faz-se da análise, da discussão do conhecimento das matérias e a entrega atrasada, por parte da Câmara Municipal”, dos documentos promove a discussão do orçamento à pressa sem análise e a “democracia é estar informado e não cumprir só formalidades”. Lamentando que ano após ano, a situação se repetisse, esperando que doravante seja tido em consideração o alerta e que para a próxima o Executivo apresente atempadamente, os documentos necessários. “A apresentação da política orçamental para 2023 destaca a aquisição de desfibriladores, podendo este ser apelidado de orçamento dos desfibriladores pois este Executivo está moribundo necessitando de ser reanimado, pois tudo o que nos é apresentado já existe, é apenas a continuidade de projetos que alguém no passado sonhou, pensou e trabalhou para serem uma realidade. Com a exceção dos problemas relacionados com a água, e que muito bem continuam a ser solucionados, não existe uma ideia nova, um projeto, um investimento a pensar Macedo de Cavaleiros para o futuro, com vista ao desenvolvimento desta terra. Falta um rumo, um caminho, falta saber para onde o Executivo pretende levar Macedo. Este documento não materializa um plano de desenvolvimento económico, de atração e de fixação de investimento, de referências locais e de desenvolvimento de *clusters* de valorização dos nossos produtos. Onde estão os projetos que visam valorizar os nossos ativos naturais e ambientais? Não devíamos apostar no setor empresarial? No sector tecnológico? No apoio ao turismo? No potenciar do Geopark? A preocupação explanada neste documento é arrecadar receita com a venda de lotes na Zona Industrial, quando devia ser isentar taxas para aqueles que arriscam investir neste concelho e incentivar as empresas e os



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

particulares.” No que as competências da educação diz respeito, a Deputada acusa o Executivo de assumir competências por excesso e não apresentar projetos educativos devendo a educação ser um pilar para o desenvolvimento do concelho, de falta de capacidade política para captar fundos europeus, de falta de um plano de integração para os migrante.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao deputado *David Martins* que se manifestou admirado por após seis orçamentos ainda se falar em herança, tendo o Executivo negociado a dívida a vinte anos, com uma herança que se perlonga até 2040, contrariamente à imagem que o Executivo transmite ao passar a mensagem de que está a reduzir a dívida. Assim, “se as contas estão de facto melhores qual a razão do valor exagerado de um milhão e duzentos mil euros de empréstimo a curto prazo? Não será este um sinal de que as contas não são bem as que querem passar para o conhecimento público?” Questionou, afirmando que a sua intervenção vai no sentido de manifestar o seu descontentamento com a verba, inscrita em orçamento, para a União de Freguesias que preside. “Mais um orçamento e não há verba para despesas de capital, o orçamento contempla quarenta mil euros para infraestruturas nas Cabanas, verba negociada com o Sr. Vice-Presidente aquando da Municipalização da água, forma encontrada para o município ressarcir a freguesia do investimento que foi feito nas redes de água. Quanto aos restantes pedidos, feitos pela Junta de freguesia nenhum foi tido em conta. Passou-se a imagem de um orçamento inclusivo, mas na realidade não passou de um *fait-divers* de mais uma ação de propaganda do Executivo, tal como o Deputado *Cláudio Trovisco* exemplificou. Em seis anos fomos contemplados com vinte mil euros para oito aldeias. O que me fica retido da apresentação feita pelo Vereador *Paulo Rogão* é que a Câmara vai pagar 740 mil euros a mais de obras. Responsabilidade do Executivo que empurrou com a barriga o início das obras de forma a apropriar-se da sua paternidade, apresentando justificações diversas que colocam as culpas nos outros. A delegação de competências nas Juntas de Freguesia continua a não existir”, rematou, justificando que pela razão apresentada irá votar contra o orçamento.” -----

Usou a palavra o Deputado *Ramiro Valadar* para questionar o Presidente da Assembleia Municipal se perante a abstenção total dos membros da Assembleia se o orçamento passa. Perante a resposta afirmativa do Sr. Presidente da Assembleia frisou “então não digam que a abstenção é um voto de louvor ao Executivo porque quem se abstém é porque não tem coragem de votar a favor ou contra o orçamento e dar o aval ao Executivo para investirem, de forma direta, na sua junta de freguesia. -----



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

A palavra foi passada ao deputado *João Salsas*, Presidente da Junta de Freguesia de Ala, membro do Grupo Parlamentar do PSD que reconhecendo o esforço do Executivo em contemplar todas as freguesias manifestou o seu descontentamento em relação ao Orçamento porque considera não serem acauteladas as prioridades e que as verbas que lhe foram atribuídas não são adequadas para as obras que pretende executar. ---

Usou a palavra o Deputado *João Manuel Rodrigues Alves*, membro eleito pelo Grupo Parlamentar do PS, que manifestou a sua desilusão com uma intervenção que criticava a utilização de 180 mil euros para a Feira da Caça e Turismo e que comparava o retorno desta e da Feira de S. Pedro. Assim, e na qualidade de Presidente da Federação das Associações de Caçadores da 1ª Região Cinegética (FACIRC) esclareceu que são dois eventos distintos, que a Feira de S. Pedro já foi um grande certame, mas neste momento, em termos económicos, nem sabe o que representa para a Região. No que diz respeito à Feira da Caça e Turismo e de acordo com as restantes federações de norte a sul do país, esta é “a melhor feira cinegética do país”, afirmou. Assim, e com todo o retorno que traz à Região, que esgota a capacidade hoteleira do concelho e de outros concelhos vizinhos, “parece-me que 180 mil euros é um orçamento reduzido. Porque este evento movimenta também muito a economia das aldeias porque existem vários eventos do certame, como montarias, provas, e outras atividades que são realizadas nas aldeias que além do retorno económico proporciona muita felicidade às pessoas.” Assim, parece ser uma aposta de e com futuro, não lhe parecendo razoável a comparação entre estes dois eventos em tudo diferentes. Para terminar, o autarca deu os parabéns ao trabalho e à coragem que o Executivo tem em continuar a “investir na freguesia que dá mais retorno ao concelho, onde se realiza um dos eventos que mais gente traz ao concelho: o carnaval, e onde ficam localizadas as praias que tanta dinâmica trazem ao concelho no verão.” Assim, louva os investimentos que finalmente serão feitos no Azibo, nomeadamente o Centro Náutico e o *Welcome Center*, chamando a atenção que é importante criar infraestruturas necessárias para continuar a alavancar o turismo, como uma das atividades que mais dinamiza o concelho. No que concerne ao investimento nas aldeias da sua freguesia, e na qualidade de Presidente de Junta, afiançou não estar satisfeito, tal como nenhum dos presentes deve estar, porque como presidentes de junta nunca estão satisfeitos querem sempre mais para as suas aldeias, motivo pelo qual foram eleitos, para lutar pelos interesses das populações e não para bajular partidos políticos propondo uma alteração em termos de Regimento para que os Presidentes de Freguesia não estejam condicionados ao voto do Partido. Afirmando, que primeiro defende os interesses da sua freguesia, só depois os do partido. Insatisfeito



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

porque pediu muito mais do que o que lhe dão. Existe a intenção de requalificar a feira mensal de Podence, que é já a maior feira do Concelho e há necessidade de requalificar todo o espaço envolvente, sendo essencial requalificar o arruamento entre a aldeia e o Zoio e este pedido não é só para os residentes da freguesia. “Precisamos também de resolver definitivamente a questão do terreno para a implementação de um edifício que dignifique o maior evento do concelho: O Carnaval de Podence. A atual dimensão do evento não se compadece com o nível de organização que temos tido, tem sido bom e tem trazido reconhecimento, mas é necessário crescer e para que tal aconteça é preciso criar condições. Não será fácil continuar a meter pessoas na aldeia sem criar condições.” Satisfeito quanto à possibilidade de dotar Azibeiro e Podence de saneamento básico reconheceu que não poderá absorver mais do que o montante que lhe é atribuído e que a distribuição de verbas tem sido feita de forma equitativa. Para terminar referiu que o “tempo de os presidentes de junta assumirem o papel de pedintes junto da Câmara Municipal já está ultrapassado pois as Juntas de Freguesia também possuem Fundos de Financiamento das Freguesias- FFF’s. No meu primeiro mandato fiz cinco ruas em Podence e a CM não me deu dinheiro. Ou seja, chega de lamentações e justificações com a alegação de que a Câmara não dá. Temos de saber gerir o dinheiro”, rematou. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara** para que respondesse às interpolações dos Deputados Municipais. No uso da palavra e começando por responder à intervenção do Deputado Duarte Dias, acusando a mensagem recebida, afirmou ter o Executivo um pacote solidário forte, mas apostar ainda mais neste sendo que em tempos que se adivinham difíceis é sempre possível corrigir orçamentos, para isso existem as revisões orçamentais. No que diz respeito à divulgação dos apoios que o Município disponibiliza, esta tem sido feita, com várias publicações no *site* do município e com todos os Presidentes de Junta. Existe uma Rede Social que também os envolve. Ao Deputado *Cláudio Trovisco*, “com um discurso muito abrangente” considerando que o orçamento apresentado é o mais realista e equilibrado de sempre. Quanto ao argumento de não haver muito investimento e à falta de esperança nunca vi tanta confiança no investimento imobiliário. As gruas não têm parado e espero que com este crescimento imobiliário tenhamos crescimento na oferta de alojamento que trará gente. -----

Quanto à modernização e ao modelo da Feira de S. Pedro acredita que seja possível criar um modelo novo. A diminuição o número de dias justificou-se, segundo o edil com



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

a sugestão dos expositores e da Associação Comercial que propôs um modelo, que o Executivo aceitou e que reduz custos de investimento do município, mas que não diminui receitas para a ACIMC. Assim, a Associação Comercial tem condições para criar uma dinâmica diferente. “Continuamos a ter a mesma afluência de visitantes com muito menos investimento. Insisto que o nosso investimento deve ser feito no que é inovador e nos diferencia, mas não temos de investir muito naquilo que não nos vai trazer retorno. É um modelo que está gasto? No dia em que a Associação Comercial nos disser que é para mudar, mudamos”, frisou. -----

“Este ano mudamos o Natal em Macedo de Cavaleiros. Mudamos o conceito e a oferta. A nossa aposta foi na Cercimac, uma estrutura muito importante para nós e a prova dessa importância foi recentemente demonstrada com um contrato de cedência de terrenos e isso é investimento social. Quando não podemos, de forma legal, apoiar a Cercimac estas são formas que temos de os apoiar através da doação de terrenos, da aquisição de serviços, como a organização do Natal que foi diferente e protegido para as crianças permitindo que tirem partido das iniciativas com algum conforto e sem necessidade de adquirir serviços fora. Penso que este foi um bom investimento. Se o modelo é criticável? Pode ser e estamos abertos a novas sugestões. -----

O investimento feito nas infraestruturas desportivas da Albufeira do Azibo, uma opção estratégica do Sr. Vice-Presidente com resultados, como provam os estágios da seleção nacional de futebol de praia e com provas que decorreram a nível regional, com a certeza que virá a acolher provas de carácter nacional, porque em breve teremos o Presidente da Federação Portuguesa de Futebol a fazer uma inauguração e certamente trará novidades nesse sentido. Assim, a competitividade está no terreno e o Executivo preocupa-se em ser competitivo,” adiantou o autarca. -----

Quanto à intervenção do Deputado *Luís Cabeceiro*, o edil respondeu que este orçamento “sabe ao possível”, sendo necessário fazer uma gestão do mesmo de forma equilibrada e com justiça apesar de não ser a justiça que o Executivo pretendia. No que concerne ao plano estratégico este está feito que pode ser consultado no *site* do Município e é a principal ferramenta para o desenvolvimento do concelho e “logo que venham as linhas orientadoras do próximo quadro comunitário o Executivo estará preparado para apresentar candidaturas aos fundos comunitários porque existe um plano estratégico que define as prioridades de investimento para o concelho”, frisou.

Ao Deputado *Manuel Mico*, cuja intervenção considerou objetiva e pragmática, que aludiu aos condicionalismos existentes ao orçamento, o edil adiantou que o programa



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

de primeiro Direito, dotado com quatro milhões, de forma faseada, irá contemplar a habitação de forma digna como é merecimento da população. -----

Ao Deputado *José Madalena*, o autarca assumiu a falha na entrega de documentos, manifestando alguma dificuldade devido à ausência de técnicos por doença, promete corrigir a situação. A propósito das tabelas explicativas, o edil frisou que o orçamento também apresenta gráficos e tabelas explicativas, que não foram apresentados, mas que ainda serão apresentadas pelo Vereador *Paulo Rogão*. Reportando-se á análise política efetuada pelo Deputado José Madalena com a referência ao investimento reduzido, o autarca contrapôs a afirmação referindo o investimento já efetuado no combate às perdas de água, com previsão de muito investimento, e com muito já feito com esforço. -----

A propósito das sugestões do Deputado *José Madalena* a propósito das vendas *online*, à semelhança da autarquia de Vinhais, o autarca referiu que o Geopark já está a fazer muito desse trabalho com pedidos que lhe chegam diretamente, quer com vista ao agendamento de percursos, quer de visitas temáticas. Quanto à Feira da Caça e do Turismo, além do já referido, o autarca acrescentou que se procura, no âmbito do certame, criar debates que abordem questões fraturantes e temas capazes de atrair investidores e pessoas que procurem novas ofertas no contexto de turismo de natureza e de aventura. Postura que traz diferenciação para a feira que permite a criação de dinâmicas, e de atividades paralelas quem diversifica a procura das ofertas. A propósito da temática água, já abordada em contexto de Assembleia, o autarca realçou o trabalho efetuado pelo Executivo que beneficia não só o município, mas também os consumidores privados, com a identificação de fugas que aumentam, em muito, as faturas de água, acrescentando que o investimento em contadores inteligentes, vai por fim a esses prejuízos. Quanto ao preço da água, de facto mais elevado que noutros concelhos, é-o porque as próprias Águas do Norte cobram mais aqui que noutros concelhos. Face aos custos é necessário adaptar-lhe taxas condizentes. -----

A propósito da intervenção o Deputado *Nélio Pimentel*, postura que admira pela independência, sendo um acréscimo à valorização da participação cívica na Assembleia Municipal, o autarca ressaltou que a linha estratégica do Executivo e os investimentos de futuro estão contemplados no Plano estratégico que existe e que é seguido. Tendo sido o Plano desenvolvido por entendidos que sabem dos planos de desenvolvimento com base na análise do nosso território, das potencialidades que temos e os meios de que dispomos para desenvolver a nossa economia. A propósito do orçamento e da insatisfação manifestada por alguns Deputados Municipais, o autarca referiu o



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

contributo dos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia para o orçamento. No entanto não foi fácil elaborar um documento integrador e agregador de todas as propostas, mas foram aproveitadas aquelas que se sobrepõem nalgumas situações às ideias do Executivo, chamando a atenção para o facto de terem procurado elaborar um orçamento de consenso. -----

Para reforçar a aposta no investimento, na melhoria das condições de acessibilidades e da oferta de equipamentos e de serviços o autarca mencionou o aproveitamento da Albufeira do Azibo, alvo de um investimento como há muitos anos não acontecia: nas acessibilidades, no melhoramento dos equipamentos de restauração com a concretização de mais um pavilhão de restauração, na ampliação da esplanada do primeiro equipamento na Praia da Ribeira, no saneamento, no aumento da área de praia, na construção de equipamentos desportivos, que permitem a prática de várias modalidades desportivas. “Neste momento estamos a fazer o aproveitamento náutico estando já em construção o centro náutico e em fase de conclusão o *Welcome Center*. A ligação a Macedo de Cavaleiros não está esquecida, mas está dependente dos fundos comunitários. Está sinalizada, mas este ano o fundo ambiental não procedeu à abertura de avisos. Está contemplado o corredor verde e foi também sinalizado um equipamento de transporte público com sustentabilidade ecológica para fazer parte do trajeto.” O Executivo aguarda que o fundo ambiental abra aviso para candidatar este projeto. A Feira da Agricultura vai regressar, com a sugestão do Sr. Vice-presidente e a pedido de toda a plateia, com um incremento do orçamento que aposta claramente no setor primário de atividade que o Executivo teima em contrariar”. -----

No Âmbito desportivo, o autarca deu ainda nota de que as provas de futsal feminino a decorrer contribuem para preencher a oferta hoteleira e de restauração existente na cidade revelando-se uma boa aposta do Executivo que irá ter continuidade. -----

O Sr. Presidente da Câmara louvou, ainda a intervenção pragmática e consciente do Deputado *António Gomes* e ao Deputado *Sérgio Borges*, que manifestou a sua insatisfação em relação à verba atribuída, o autarca recordou a perda de transferência do Estado para autarquia na ordem de um milhão e duzentos mil euros, enquanto as freguesias tiveram um acréscimo de transferência de vinte mil euros, para concluir que o Estado desinveste nas sedes de município e investe nas freguesias, dando-lhes capacidade financeira para não estarem tão dependentes da sede do município. “Sempre foi importante o investimento que fazemos na cidade e na freguesia de Macedo de Cavaleiros. Sempre fizemos investimento em arruamentos, jardins, saneamento e se contabilizarmos tudo, o maior investimento é feito na Freguesia de Macedo de



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

Cavaleiros”. Elogiando o trabalho de excelência dos Presidentes de Junta e que implica grande esforço, considerou que no que diz respeito aos montantes a investir nas aldeias, os autarcas devem fazer contas a todo o investimento tanto ao que é delegado na Junta de Freguesia como o que é feito de forma direta pelo município pois tudo é investimento. A propósito da intervenção da Deputada *Jacinta Lopes*, que afirmou que o Município está moribundo, o Sr. Presidente da Câmara Municipal retorquiu que ao estarem a investir em desfibriladores significa que o Município está capacitado para dar vida a jovens e a idosos e o Município está mais vivo que nunca, e a apostar na vida das pessoas. Quanto à ausência de rumo, o edil argumentou que tudo o que tem sido dito nesta Assembleia demonstra que há um rumo, que há um Executivo que sabe o que quer, que tem efetuado investimento como nunca houve, com um plano estratégico, como nunca teve e com futuro e desafiou os presentes a verificarem as perdas de população até 2017 e depois de 2017, até ao período atual. -----

Relativamente aos fundos europeus, afirmou que nunca houve tanta captação de fundos europeus como com o atual Executivo. “Foi dito aqui que havia cerca de 11 milhões de fundos já sinalizados e nós já temos investimentos que no final andarão muito perto dos dezoito milhões, e existem mais que ainda não vieram à Assembleia Municipal. Ainda no contexto da intervenção da Deputada *Jacinta Lopes*, a propósito da integração dos imigrantes, o autarca referiu que o município tem um projeto de âmbito intermunicipal que está implementado no terreno e que além desse existe outro projeto para a integração dos estudantes estrangeiros do Agrupamento de Escolas, recentemente aprovado a nível nacional. Existem, portanto, várias iniciativas no domínio da integração dos imigrantes. -----

A propósito da intervenção do Deputado *Ramiro Valadar*, muito objetiva e isenta e com dados evidentes com contraposição de investimentos nas aldeias que não é só feito pela transferência de verbas e de competências do Município, mas também pelo próprio Município, agradece a lembrança e o alerta para os discursos exclusivamente políticos, demonstrando uma atitude de político sério. -----

“O descontentamento do Presidente *Jorge Salsas* é legítimo, cada um olha para a sua “barriga” e é sempre pouco”, referiu o autarca que fazendo referência a uma intervenção que referenciava que seiscentos mil euros eram transferidos para Juntas de Freguesia do PSD. “Verdade que demonstra a isenção e a imparcialidade do Executivo”, acrescentou, recorrendo a exemplos para referir que os dezasseis mil euros podem ser pouco, mas que a Junta de Freguesia do Lombo no ano de 2022 não teve investimento e este ano tem uma verba de treze mil e ninguém falou no investimento feito na freguesia



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

de Ala no mandato anterior, que foi o quarto maior investimento nas Freguesias, apelando ao bom senso no que diz respeito a investimentos, que deve ser justo e equitativo. -----

A referência do Deputado *João Alves* ao retorno económico promovido pela Feira da Caça e do Turismo obteve concordância e o reforço do edil, que afirmou ser este o sector que mais mexe financeiramente, atrevendo-se a dizer, que o investimento no certame devia ser superior. A propósito da referência aos investimentos no Azibo, que é na sua freguesia, que de facto é poderosa, e a freguesia que mais gente movimenta e atrai para o território, e por consequência mais movimento económico e financeiro, que está de parabéns pela atividade desenvolvida e pelo investimento e acima de tudo pelo trabalho e cooperação com as instituições em prol do desenvolvimento económico integrado da Região. Estes eventos, como referiu, enchem a hotelaria do Distrito. -----

Ao apelo à resolução do problema do terreno na união de freguesias de Podence e Santa Combinha, o edil adiantou que o Executivo continuará em negociações. -----

Para responder a algumas questões colocadas pelos Deputados Municipais o Sr. Presidente da Câmara Municipal solicitou a intervenção do Vereador *Paulo Rogão*. Este, no uso da palavra e no seguimento da intervenção do *Deputado Madalena*, a propósito da receita contemplada em Orçamento sobre os bens e investimento com referência a uma previsão de cerca de um milhão de euros na venda de bens de investimento, referindo a venda de muitos terrenos na Zona Industrial, o Vereador esclareceu que não é verdade. Assim, o Vereador clarificou que este tipo de venda comporta três tipos de alienações, dizem também respeito a alguns lotes da Zona Industrial já atribuídos há 10 ou 15 anos e que não foram escriturados, diz ainda respeito a um lote que o Município possui para habitação coletiva junto da Rotunda da GNR, que o município vai colocar à venda; mais um lote de habitação individual de moradias perto das Escolas onde foram construídas as moradias do Sr. Façanha e o Município comprou m terreno à família Salgado, junto à Central de Camionagem que o Município pretende lotear para habitação coletiva e vender. Este milhão de euros referido é uma previsão para a venda destes três terrenos. A propósito dos endividamentos não baterem certo, o Vereador chamou a atenção para a página 44 dos documentos orçamentais apresentados, que evidenciam que a dívida bancária a 31 de dezembro de 2023 será de um milhão e novecentos mil euros e que as outras dívidas, neste caso, a dívida das águas, na mesma data, será de sete ponto três milhões de euros. “Posso afirmar, não sendo o momento certo, que a dívida da Câmara à data de hoje é de nove ponto três milhões de euros. Há cinco anos eram dezoito ponto sete milhões. Com dívida a fornecedores a zero. E isto



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

também é trabalho”, afirmou., referindo que o atual orçamento comparativamente com o de 2022 teve um acréscimo na despesa corrente, mas que devemos recordar que o orçamento é uma previsão. As contas efetivas serão apresentadas no final do ano. Referindo ainda que o Município de Macedo de Cavaleiros, à semelhança de cerca de 80% dos Municípios Portugueses, tem como principal fonte de receita o orçamento do Estado e este, nas transferências que efetua para os Municípios, a verba destinada a despesa corrente é de 90% e os restantes 10% para receita de capital. Assim, é normal que as receitas e as despesas correntes sejam maiores que as despesas de capital. Concluindo que a própria fonte de receita do Município assim o determina. Informando ainda que para o ano 2023 o Orçamento de Estado vai transferir de receita corrente nove milhões quinhentos e setenta mil e setecentos e oito euros e para despesa de capital, o investimento, um milhão e sessenta e três mil euros. Assim, o orçamento da Câmara Municipal de 2023 de despesa de capital é de cerca de onze milhões de euros. Se o Estado só dá um milhão de euros o Município terá que ter capacidade de ir buscar a diferença a fundos comunitários. Se não existir a contratação de fundos comunitários a receita de capital desce. Sendo este ano, ano de encerramento de Quadro Comunitário, não estando refletido no orçamento o próximo, motivo pelo qual, relativamente ao ano 2022, a despesa de capital é inferior, adiantando que na eventualidade da Lei das Finanças Públicas não ser revista a tendência será para o agravamento da situação em todos os Municípios porque estes fazem investimentos através dos fundos comunitários que lhes permitem criar as infraestruturas mas estas carecem de manutenção e esta manutenção é despesa corrente. Ou seja, a tendência será para que a despesa corrente dos Municípios, em geral, sofra um aumento. As despesas correntes incluem as despesas com o pessoal, com a aquisição de bens e serviços, encargos com instalações, transferências, e outras relacionadas com o funcionamento normal da Câmara. A conjuntura atual determinou alterações face ao ano 2022, nomeadamente no aumento salarial, no aumento do preço dos combustíveis, das taxas de juro, das transferências correntes para as freguesias, das transferências para as Instituições sem Fins Lucrativos entre outras despesas e que conduziram a este aumento de cerca de sete por cento”, esclareceu. De seguida o Vereador apresentou gráficos relativos ao exercício dos 5 anos de governação socialista e os últimos cinco exercícios do PSD em coligação com o CDS-PDD, estabelecendo a comparação de despesas correntes e despesas de capital. Assim e com base na análise dos últimos 10 anos, em que os cinco primeiros correspondem à governação do PSD o valor total de despesa corrente foi de 67.555.385, 82 euros e as despesas de capital, que dizem



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

respeito ao investimento, foram de 24.438.970,18 euros. Nos últimos cinco anos, que correspondem ao período compreendido entre 2018 e 2022, com a liderança do PS, as despesas correntes foram de 80.777.805,11 euros e 52.692.758,74 euros de despesa de capital para referir que o investimento duplicou referindo, com base nos dados apresentados, que a argumentação do PSD apesar de válida, porque de facto ocorreu um aumento da despesa corrente, mas que deverá ser percebida no seu contexto, ou seja, perguntar porque aconteceu. Acrescentando, ainda, que existem situações que o Município não consegue controlar, nomeadamente a atualização dos salários por parte do Governo por força da lei e que saem do orçamento do Município, a atualização de preços de bens que necessariamente precisa de adquirir, situações estas que têm repercussões no orçamento, concretamente na despesa corrente. Recordando ainda que o Estado diminuiu as transferências para os Municípios. -----

Quanto à intervenção do Deputado *David Martins*, que questionou a boa saúde das contas da autarquia e a necessidade de contratar empréstimo, o Vereador *Paulo Rogão* referiu que a contratação do empréstimo é a garantia de que as contas do Município estão bem porque demonstra que o Município tem capacidade de o contratar e amortizar num ano. Elucidando que um empréstimo a curto prazo obriga à contratação e liquidação no prazo de um ano o que significa que há capacidade e que a Câmara tem boas contas. -----

“O Deputado referiu ainda que o Município irá pagar mais pelas empreitadas em virtude da revisão de preços. É verdade. E é de lei a revisão de preços que concede aos empreiteiros durante o prazo de execução da obra como os preços são variáveis tem direito, no final a obra, a proceder à atualização dos preços. Neste momento existe mais uma agravante como resultado da Guerra na Ucrânia. O Governo fez uma lei em 2021 que é uma revisão de preços extraordinária que também vamos ter que pagar, ressalvando que não será por atrasos de obra, mas relativos a prazo inicial. A título de exemplo, o prazo de obra do Parque Urbano foi de um ano e demorou cerca de dois anos a ser construído. Esta revisão de preços é relativa a um ano. Porque se existiram atrasos provocados pela Guerra, pelo Covid, ou outros, nesse prazo não se paga a revisão de preços. A revisão de preços só é paga dentro do prazo inicial contratado. A Revisão Extraordinária de preços sai também do orçamento do Município. Neste orçamento, como precaução, o Executivo dotou o orçamento de verbas para situações relacionadas com esta revisão de preços”, frisou o Vereador. -----

Usou a palavra o Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal para proceder a alguns esclarecimentos no âmbito das interpolações a ele dirigidas pelos Presidentes de Junta



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

de Freguesia. Nesse sentido, iniciou a sua intervenção reiterando a ideia de que foi preocupação do Executivo distribuir verbas pelas freguesias, de forma equitativa e justa. Reconhecendo a insatisfação destes como normalidade, não aceitando insinuações de que dão mais às Juntas de Freguesia eleitas pelo PS, que não é verdade e neste orçamento a Junta de Freguesia que tem mais verba foi eleita pelo PSD e a que menos recebe é do PS. O Vice-presidente realçou que no orçamento de 2022 houve freguesias sem qualquer verba atribuída e a preocupação é de que no final do mandato haja equilíbrio entre todas as freguesias. Ao Presidente de Junta da Freguesia de Ala que mencionou ter 4 aldeias e apenas 12.000 euros, chamou a atenção para o facto de que obra não é só cimento, mas também investimento para o bem-estar das pessoas, recordando os depósitos de água que serão colocados em Meles e no Brinço. “É investimento e significa dinheiro que sai dos cofres da Câmara e vão custar 40.000 euros.” -----

Ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Macedo de Cavaleiros, que lhe apresentou “uma série de necessidades, legítimas, com as quais concordo, com a atribuição de 25.000 euros para o cemitério que considera insuficientes e que lhe foi atribuída porque de facto existe a necessidade de um cemitério em Travanca, e é importante requalificar o espaço existente. A rua de St^a Bárbara vai também ser intervencionada por nós, com a intenção de beneficiar a população de Travanca”, argumentou reconhecendo que é difícil distribuir as verbas de forma equitativa, mas que o Executivo fez um esforço para ser justo sendo que não se deve esquecer que foi retirada verba ao Município. A propósito da questão colocada pelo Deputado *Carlos Rodrigues*, no âmbito das Charcas o Sr. Vice-Presidente referiu que é a APA e o ICNF que tutelam o território. Contextualizando o processo, e referindo que aquando da abertura para a possibilidade da construção das charcas, o Executivo reuniu com os Presidentes de Junta para transmitir esta abertura, por parte da APA, para a construção de charcas. Situação que há dois anos não teria sido possível e que mudou face à seca que ocorreu no verão. Entre as Arcas e Vilarinho existe um terreno, das duas populações, onde será construída uma charca. No sentido de aproveitar a abertura, apelou a todos os Presidentes de Junta para que avaliem o território, e perceberem se podem construir charcas. Nós seremos o elo no processo. -----

Usou a palavra o Deputado José Madalena para acerca da explicação dada pelo Vereador *Paulo Rogão* frisando que a análise efetuada de 10 anos não é correta, porque no horizonte de 10 anos o “mesmo montante monetário tem valor diferente e dá para comprar coisas diferentes. Estaria reprovado numa cadeira de cálculo financeiro. Houve



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

um período de falta de investimento porque como bem justificou há verbas provenientes de fundos comunitários cujo reflexo orçamental só vai ocorrer em 2020/2021. É necessário fazer esta correção porque estamos a comparar realidades e períodos diferentes em que pode ter, ou não ter havido, abertura para o investimento. -----

Usou a palavra o Deputado *Cláudio Trovisco* para esclarecer que disse que mencionou o valor de 50 mil euros para a Feira de S. Pedro e para a Feira da Agricultura para dizer que seriam investimentos insuficientes, porque o segredo do êxito do evento é o investimento, sendo assim fácil de perceber que o valor atribuído à Feira de S. Pedro são necessários à subsistência da Associação Comercial e Industrial de Macedo de Cavaleiros, o que é lamentável, devendo ser alterado o formato desta associação e atribuir-lhe outras funções. A Associação Comercial representa os setores comerciais e industrial, dignificando-o, devendo ser suficiente para que essas empresas estivessem expostas. “Desinvestir na Feira de S. Pedro em detrimento de a alterar e modernizar, preparando-a para os tempos atuais é desvalorizar as empresas que são responsáveis pela maior parte do PIB da Região”, referenciou. Quanto à Albufeira do Azibo, e não tendo nada contra os investimentos feitos em infraestruturas, esclareceu que a sua questão foi no sentido de perceber qual o plano para o Azibo para o ano 2023, uma vez que não existe verba em orçamento. “O que pretendem fazer no próximo ano para minimizar os problemas que poderão advir de mais um verão como o anterior, para evitar uma imagem negativa”, era a questão. -----

Usou a palavra o Deputado *Sérgio Borges* para esclarecer se o valor de 25.000 euros que o Sr. Vice-Presidente referiu como verba disponível para a requalificação do cemitério estava referida no orçamento na página 34 na rubrica de aquisição de serviços porque não é específica deveria, à semelhança do que acontece com a freguesia dos Olmos, referir o nome da freguesia e a verba contemplada. Não entendeu ou não se teria queixado tanto. -----

Usou a palavra o Deputado *Ramiro Valadar* para manifestar a concordância com o Deputado *Cáudio Trovisco* no sentido de que a Feira de S. Pedro já devia ter mudado há muito tempo porque nas aldeias as festas são feitas sem dinheiro do Município. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Sr. Vice-Presidente para tecer algumas considerações. Ao Deputado *Cláudio Trovisco*, e a propósito da Albufeira do Azibo reforçou que este ano será feito muito investimento aqui: 400 mil euros no centro náutico, uma infraestrutura desportiva que vai alavancar a dinâmica desportiva no inverno, com a expectativa de que logo que a obra esteja concluída ter a



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

visita de seleções do Norte da Europa de remo e canoagem para aqui estagiarem. Estrutura que dará, também, apoio aos campos de ténis e de futebol de praia que não tinham balneários, lacuna que obrigou o Executivo a rejeitar algumas competições internacionais. -----

A palavra passou para o Vereador *Paulo Rogão* para dar duas notas ao Deputado *José Madalena* para referir que os gráficos não tiveram como objetivo revelar os valores, sendo evidente que são realidades diferentes e que pretendeu evidenciar a diferença entre despesa corrente e despesa de capitais no período em análise. “Quando refere que é quando temos fundos comunitários que a despesa aumenta, e muito bem, o PEDU foi contratualizado pelo PSD em 2015, mas passou 2016 e 2017 e não começou nenhum porque não teve capacidade para os por no terreno. Por exemplo o Parque Urbano, se não tinham terrenos como podiam por a obra a concurso?” Questionou. Referindo que há que dar mérito ao Dr. *Duarte Moreno* que contratualizou o PEDU mas, “efetivamente o que contratualizou? Um conjunto de intenção que significa que se as intenções não forem concretizadas durante o quadro comunitário elas vão embora”. Concluindo que ao Executivo seguinte foi deixado um conjunto de intenções e a diferença foi que o atual Executivo teve a capacidade de as concretizar. Deixando ainda uma nota final referindo que o Quadro Comunitário 2030 já está regulamentado e o Executivo já está a contratar empresas que irão fazer os projetos do Município para ações que pretendem contratar, ou seja, quando os avisos abrirem o Executivo já estará munido de projetos aprovados para os lançar. Contrariamente ao que aconteceu com o PEDU e motivo pelo qual se atrasou e ainda hoje se encontra em execução. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, deliberou, os termos do art.º 25.º n.º2 alínea a) do Anexo 1 à Lei n.º 75/2013, por maioria, com onze (11) votos contra, cinco (5) abstenções e quarenta e três (43) votos a favor, aprovar a os Documentos Provisionais e o Mapa de Pessoal para o ano 2023. -----

Votação: Onze (11) votos contra - *Amâncio Rocha (CDS), Cláudio Trovisco (PSD), Margarida Pires (PSD), Assunção Gemelgo (PSD), Sandra Franco (PSD), António Madalena (PSD), Carlos Rodrigues (PSD), David Martins (PSD), Maria José Moreno (PSD), Sérgio Borges (PSD), Lília Silva (PSD)*; cinco (5) abstenções – *António Vila Franca (UPM), Nélio Pimentel (UPM), Jacinta Lopes (CDS), Luís Cabeceiro (CDS)*,



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

João Salsas (PSD) e quarenta e três (43) votos a favor – Leonardo Vila Franca (Independente), João Trovisco (PSD), Camilo Morais (PS), Celina Martins (PS), Patrícia Cordeiro (PS), Manuel Carvalho (PS), Manuel Mico (PS), Duarte Dias (PS), Vera Gabriel (PS), Carlos Fernandes (PS), Luís Vaz (PS), Sandra Matos (PS), Ilídio Alves (PS), Inácia Ferreirinha (PS), Paulo Ferreirinha (PS), Dinis Sarmiento (PS), Beatriz Pereira (PS), José Carlos Jecas (PS), José Manuel Fernandes (PS), António Gomes Ferreira (PS), Acácio Ferreira (PS), Nuno Trindade (PS), Miguel Caseiro (PS), Ramiro Valadar (PS), Abel Rocha (PS), Ricardo Cordeiro (PS), João Pinto (PS), Jorge Pinto (PS), Inácio Roma (PS), João Reis (PS), Júlio Quintela (PS), João Alves (PS), Jorge Asseiro (PS), Francisco Oliveira (PSD), Maria Adelaide Carvalho (PSD), Andreia Eugénio (PSD), Miguel Reis (PSD), Betina Gonçalves (PSD), Luís Rodrigues (PSD), Carla Miranda (PSD), Raquel Costa (PSD), Andreia Batista (PSD) e Carlos Maceda (PSD). -----

Ponto 12 - Desagregação da Freguesia de Murçós das restantes localidades que compõem a União de Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco, por recurso ao procedimento especial, simplificado e transitório previsto no art.º 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho – Parecer Prévio da Câmara Municipal: Deliberação nos termos do disposto no art.º 12.º n.º 6 da Lei n.º 39/2021.

-----Presente a Proposta da Assembleia da União de Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco, datada de 14-12-2022, que se transcreve: -----

Enquadramento:-----

1. A Lei n.º 22/2012, de 30 de maio e a Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro, consagraram a obrigatoriedade da reorganização administrativa do território das freguesias, tendo por
 - a) Promoção da coesão territorial e do desenvolvimento local; -----
 - b) Alargamento das atribuições e competências das freguesias e dos correspondentes recursos; -----
 - c) Aprofundamento da capacidade de intervenção da junta de freguesia; -----
 - d) Melhoria e desenvolvimento dos serviços públicos de proximidade prestados pelas freguesias às populações; -----
 - e) Promoção de ganhos de escala, de eficiência e da massa crítica nas autarquias locais; -----
 - f) Reestruturação, por agregação, de um número significativo de freguesias em todo o território nacional, com especial incidência nas áreas urbanas. -----

2. A reorganização imposta norteou-se ainda por vários princípios, destacando-se, para



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

o que aqui interessa, “o princípio da preservação da identidade histórica, cultural e social das comunidades locais (...)” (artigo 3.º da mencionada Lei n.º 22/2012). -----

3. Em cumprimento dos critérios legalmente impostos, a reorganização administrativa dos territórios das freguesias do concelho de Macedo de Cavaleiros traduziu-se na redução formal de 36 para 30 freguesias, onde se inclui a União das Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco. -----

4. E dizemos redução formal, porque a reorganização implementada, na esmagadora maioria dos casos, não passou de uma realidade criada apenas no papel, porque não respeitou as idiosincrasias da população, não teve correspondência na vontade das populações das freguesias agregadas, não respeitando os seus anseios, a sua identidade, a sua história e a sua autonomia. -----

5. Sem prejuízo de se admitir a existência de situações em que a agregação de freguesias tenha sido benéfica para as respetivas populações, não foi o caso das Freguesias de Murçós, Edroso, Espadanedo e Soutelo Mourisco, que perderam com a agregação, como adiante veremos. -----

6. Os autarcas de Macedo de Cavaleiros em exercício à data, a quem os Macedenses tinham confiado os seus destinos, perante uma lei cega e imposta contra a vontade das populações, pouco mais puderam fazer do que lutar veementemente, com todos os meios ao seu alcance, para mitigar os efeitos de tão desastrosa reforma. -----

7. Ao longo dos anos foram inúmeras as iniciativas desenvolvidas pelas populações de ambas as freguesias, e pelos órgãos autárquicos democraticamente eleitos, diante de uma união forçada, que constituiu, a todos os níveis, um erro flagrante, gerador de prejuízos bem visíveis. -----

8. Porém, nem todas as lutas e esforços tiveram êxito, como o demonstra o caso das Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco, agregadas em resultado da imposição da reorganização administrativa. -----

9. Decorridos 9 anos desde a agregação das freguesias, está à vista de todos que os autarcas que se debateram contra a agregação tinham razão: ninguém hoje duvida que a agregação, executada contra a vontade dos autarcas e das populações, num duro golpe à autonomia local, não logrou cumprir nenhum dos objetivos visados e que acima referimos, só tendo causado danos a cada uma das freguesias agregadas. Cada uma das freguesias continuou com a sua identidade própria, identificando-se as suas gentes, não como pertencentes à União das Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Marisco, mas como pertencentes àquela que sempre foi a sua Freguesia de origem. -----



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

10. Impõe-se, assim, a reversão da reforma administrativa de 2013 para a freguesia de Murçós, uma vez que as restantes freguesias da união pretendem manter-se unidas, repondo-se a freguesia nas condições em que a mesma se encontrava antes da agregação: Freguesia de Murçós. -----

11. Mas não é só este espírito de pertença das populações à sua Freguesia de origem e a falta de identificação e sentimento de pertença com a União de Freguesias, que justifica que se corrija o erro cometido há 9 anos. -----

12. A reforma de 2013 desconsiderou as características individuais e únicas de cada uma destas freguesias, impondo-se agora considerar a diversidade territorial, geográfica, económica, social, cultural e política das freguesias, repondo-as ao seu equilíbrio, corrigindo os erros resultantes da agregação promovida em 2013. -----

Vejam alguns exemplos: -----

a) Os serviços públicos de proximidade e respetivos recursos ficaram mais distantes da população, resultando no aumento da ineficácia e ineficiência na gestão e operacionalização desses recursos; -----

b) As freguesias perderam a sua autonomia financeira, o que impediu, grosso modo, de manter o ritmo dos indicadores de desenvolvimento económico e social dos anos anteriores à agregação. -----

c) Surgiram dificuldades de acesso da população à sua autarquia e aos seus serviços, especialmente em relação à população mais envelhecida, com dificuldades de mobilidade e de acesso aos serviços públicos, levando à redução da qualidade dos serviços prestados à população devido à sua dispersão pelo território; -----

d) As assimetrias nos territórios acentuaram os sentimentos de identidade/história e autonomia das populações de cada freguesia; -----

e) A população perdeu o elo de ligação aos autarcas. -----

13. O que nos leva a concluir aquilo que é evidente e notório: nenhum dos objetivos visados pela reforma foi alcançado, designadamente, a promoção da coesão territorial e do desenvolvimento local, o aprofundamento da capacidade de intervenção da junta de freguesia, uma melhoria e desenvolvimento dos serviços públicos de proximidade prestados às populações e a promoção de ganhos de escala, de eficiência e da massa crítica nas autarquias locais. -----

14. É, assim, reconhecido por todos que as populações das freguesias agregadas foram prejudicadas com a reorganização administrativa de 2013, impondo-se promover a sua reversão através dos meios legais atualmente disponíveis. -----

15. A Lei n.º 39/2021 de 24 de junho pretende estabelecer um regime que se paute não



por objetivos quantitativos de criação ou extinção de freguesias, como o anterior, mas sim de melhoramento e atualização dos respetivos critérios, bem como pela “retificação expedita de pontuais incorreções da reforma territorial de 2013”. -----

16. Assim, o legislador, através da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, concretamente do artigo 25.º, reconhecendo, de forma expressa, o erro da reorganização administrativa imposta pela Lei n. 22/2012, criou um procedimento simplificado e transitório especialmente direcionado às freguesias agregadas a iniciar no prazo de 1 ano a contar da sua entrada em vigor, possibilitando que a agregação de freguesias possa ser corrigida “se fundamentada em erro manifesto e excepcional que cause prejuízo às populações” e desde que se mostrem cumpridos os critérios previstos nos artigos 5.º a 7.º, com exceção do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e no n.º 2 do artigo 7.º, devendo ser seguidos os procedimentos definidos nos artigos 10.º a 13.º. -----

17. Analisados os referidos critérios, verifica-se que estão reunidos os pressupostos legais para que se possa avançar com a correção da agregação das freguesias através da sua desagregação, conforme se passa a demonstrar: -----

A. Proposta concreta de criação da Freguesia de Murçós, por desagregação da União das Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco. -----

A.1. Denominação: -----
Para os efeitos previstos na alínea a) do número 2 do artigo 10.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de Junho, é a seguinte a denominação da Freguesia cuja criação, por desagregação, se propõe: Murçós. -----

Com o objetivo de dar cumprimento ao disposto na alínea b) do número 2 do artigo 10.º da Lei nº 39/2021, de 24 de Junho, e tendo em conta o que dispõe o número 3 do artigo 25.º daquele Diploma no âmbito do procedimento especial, simplificado e transitório de correção da agregação de Freguesias que, pela presente Proposta, se suscita, cumpre consignar que a delimitação territorial da Freguesia de Murçós corresponderá àquela que vigorava até à produção de efeitos da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro. -----

A sede proposta para a Freguesia a desagregar localiza-se em Murçós, rua Fonte de cima, 5340-360 Murçós - Macedo de Cavaleiros. -----

A.3. Modelo de criação de Freguesia -----

Para os efeitos previstos na alínea c) do número 2 do artigo 10.º da Lei nº 39/2021, de 24 de Junho, consigna-se ser o seguinte o modelo de criação de Freguesia aplicável: «desagregação de uma Freguesia em uma ou mais Freguesias» a que alude a alínea b) do número 1 do artigo 3º daquele Diploma, por recurso ao procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25.º da mesma Lei, conducente à



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

desagregação das duas Freguesias que compõem a União das Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco, respeitando as condições em que as mesmas foram agregadas, ripristinando o quadro jurídico existente antes da produção de efeitos da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro. -----

A.4. Evidência do cumprimento dos critérios previstos nos artigos 5.º a 7.º, com exceção do disposto no n.º 2 do artigo 6.º e no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de Junho.

A.4.1. Prestação de serviços à população: -----

I) Trabalhadores com vínculo de emprego público a transitar do mapa de pessoal da Freguesia de origem, ou da respetiva câmara municipal. -----

Em cumprimento do requisito a que alude a alínea a) do número 1 do artigo 5.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de Junho, consigna-se que a Freguesia de Murçós não tem trabalhador com vínculo de emprego público, no entanto, a união de freguesias pondera avançar com um processo de contratação de um trabalhador para Murçós e outro para a união de freguesias de Espadanedo, Edroso e Soutelo Mourisco, anexo A_I. -----

II) Existência de edifício adequado à instalação da sede da Freguesia. -----

Em cumprimento do requisito a que alude a alínea b) do número 1 do artigo 5.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de Junho, consigna-se que a Freguesia de Murçós terá assegurada a existência de edifício adequado à instalação da sede da Freguesia, sendo a sua localização sede proposta para a Freguesia a desagregar localiza-se em Murçós, rua Fonte de cima, 5340-360 Murçós - Macedo de Cavaleiros, conforme anexo A_II. -----

O Imóvel foi sede da Freguesia até à sua extinção, com a desagregação voltará a assumir-se como sede da freguesia. -----

III) Verificação de pelo menos 4 (quatro) dos requisitos elencados no número 2 do artigo 5º da Lei n.º 39/2021, de 24 de Junho: -----

Nos termos previstos pelo número 2 do artigo 5º da Lei n.º 39/2021, de 24 de Junho, consigna-se que na Freguesia de Murçós verifica-se cumprida a maioria dos requisitos constantes das suas alíneas, designadamente: -----

III.I) A Freguesia de Murçós dispõe de 1 (um) equipamento desportivo: -----

a) Polidesportivo de Murçós; -----

III.II) A Freguesia de Murçós dispõe de 1 (um) equipamento cultural: -----

a) Edifício sede da Associação Cultural e Recreativa de Murçós, -----

III.III) A Freguesia de Murçós dispõe de 1 (um) parque ou jardim público com equipamentos lúdicos ou de lazer infantojuvenil: -----

a) Parque do largo da Igreja; -----

III.IV) A Freguesia de Murçós não dispõe de serviço associativo de proteção social dos



cidadãos seniores ou apoio a cidadãos portadores de deficiência: -----

III.V) A Freguesia de Murçós dispõe de 2 (duas) coletividades que desenvolvem atividades recreativas, culturais, desportivas ou sociais: -----

a) Associação Cultural e Recreativa de Murçós -----

b) Associação Viver + Murçós 26 -----

A.4.2. Eficácia e eficiência da gestão pública -----

Em cumprimento do requisito a que alude o número 1 do artigo 6.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de Junho, anexa-se à presente Proposta o relatório financeiro resultante da aplicação prospetiva da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, demonstrativo da viabilidade económico-financeira da Freguesia de Murçós – ANEXO A_III e A_IV -----

A.4.3. População e território -----

Em cumprimento do requisito a que alude a alínea a) do número 1 do artigo 7.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de Junho, consigna-se que, por consulta, em 31/12/2021, à Base de Dados do Recenseamento Eleitoral da União das Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco, eram 269 (Duzentos e sessenta e nove), os eleitores inscritos no posto de recenseamento designado pela letra “C”, correspondente aos eleitores inscritos na área territorial da Freguesia de Murçós, conforme anexo A_V. ----

A.5. Documentos relevantes para a apreciação da Proposta para os fins previstos no número 3 do artigo 10º da Lei n.º 39/2021, de 24 de Junho, a presente Proposta é acompanhada dos seguintes documentos considerados relevantes para a sua apreciação: -----

a) Mapa à escala 1:25 000 da área da Freguesia de Murçós, anexo A_VI; -----

b) Mapa à escala 1:25 000 da União das Freguesias Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco enquanto «Freguesia de origem», a extinguir por força da desagregação das duas Freguesias que a integram, anexo A_VII; -----

c) Inventário dos bens móveis e imóveis, universalidades, direitos e obrigações da União das Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco, anexo A_VIII; ----

d) Indicação do número de trabalhadores, respetivas carreiras profissionais, remunerações e encargos sociais a transferir para a Freguesia de Murçós, conforme anexo A_IX. -----

e) Contestação da população e dos respetivos órgãos representativos pela não extinção da freguesia de Murçós, conforme resulta do anexo A_X -----

B. Proposta concreta de criação da União das Freguesias de Espadanedo, Edroso e Soutelo Mourisco, por desagregação da União das Freguesias de Espadanedo, Edroso,



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

Murçós e Soutelo Mourisco. -----

B.1. Denominação -----

Para os efeitos previstos na alínea a) do número 2 do artigo 10.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de Junho, é a seguinte a denominação da Freguesia cuja criação, por desagregação, se propõe: União de Freguesias de Espadanedo, Edroso e Soutelo Mourisco. -----

B.2. Delimitação territorial e sede -----

Com o objetivo de dar cumprimento ao disposto na alínea b) do número 2 do artigo 10.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de Junho, e tendo em conta o que dispõe o número 3 do artigo 25º daquele Diploma no âmbito do procedimento especial, simplificado e transitório de correção da agregação de Freguesias que, pela presente Proposta, se suscita, cumpre consignar que a delimitação territorial da União de Freguesias de Espadanedo, Edroso e Soutelo Mourisco corresponderá àquela que vigorava até à produção de efeitos da Lei n.º 11-A/2013, de 28 de Janeiro. -----

A sede proposta para a Freguesia a desagregar localiza-se em Espadanedo, sito na Rua Poulo, Código Postal: 5340-131 Espadanedo -----

B.3. Modelo de criação de Freguesia -----

Para os efeitos previstos na alínea c) do número 2 do artigo 10.º da Lei nº 39/2021, de 24 de Junho, consigna-se ser o seguinte o modelo de criação de Freguesia aplicável: «desagregação de uma Freguesia em uma ou mais Freguesias» a que alude a alínea b) do número 1 do artigo 3º daquele Diploma, por recurso ao procedimento especial, simplificado e transitório previsto no artigo 25º da mesma Lei, conducente à desagregação das duas Freguesias que compõem a União das Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco, respeitando as condições em que as mesmas foram agregadas, respeitando o quadro jurídico existente antes da produção de efeitos da Lei nº 11-A/2013, de 28 de Janeiro. -----

B.4. Evidência do cumprimento dos critérios previstos nos artigos 5.º a 7º, com exceção do disposto no nº 2 do artigo 6º e no nº 2 do artigo 7º da Lei nº 39/2021, de 24 de Junho.

l) Trabalhadores com vínculo de emprego público a transitar do mapa de pessoal da Freguesia de origem, ou da respetiva câmara municipal. -----

Em cumprimento do requisito a que alude a alínea a) do número 1 do artigo 5.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de Junho, consigna-se que a União de Freguesias de Espadanedo, Edroso e Soutelo Mourisco não tem trabalhador com vínculo de emprego público, no entanto, a união de freguesias pondera avançar com um processo de contratação de um trabalhador para a união de freguesias de Espadanedo, Edroso e Soutelo Mourisco e outro para a freguesia de Murçós, anexo B_I. -----



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

Em cumprimento do requisito a que alude a alínea b) do número 1 do artigo 5.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de Junho, consigna-se que a União de Freguesias de Espadanedo, Edroso e Soutelo Mourisco terá assegurada a existência de edifício adequado à instalação da sede da Freguesia, correspondente às instalações do edifício sede da União de freguesias de Espadanedo, Edroso e Soutelo Mourisco, sito na Rua do Poulo, Espadanedo, Código Postal: 5340-131 Espadanedo, conforme anexo B_II. -----

III) Verificação de pelo menos 4 (quatro) dos requisitos elencados no número 2 do artigo 5º da Lei n.º 39/2021, de 24 de Junho: -----

Nos termos previstos pelo número 2 do artigo 5.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de Junho, consigna-se que na União de Freguesias de Espadanedo, Edroso e Soutelo Mourisco verifica-se cumprida a maioria dos requisitos constantes das suas alíneas, designadamente: -----

III.I) A União de Freguesias de Espadanedo, Edroso e Soutelo Mourisco dispõe de 1 (um) equipamento desportivo: -----

a) Polidesportivo de Espadanedo -----

III.II) A União de Freguesias de Espadanedo, Edroso e Soutelo Mourisco não dispõe de equipamento cultural: -----

III.III) A União de Freguesias de Espadanedo, Edroso e Soutelo Mourisco dispõe de 1 (um) parques ou jardim público com equipamentos lúdicos ou de lazer infantojuvenil: --

a) Parque do largo do Poulo. -----

III.IV) A União de Freguesias de Espadanedo, Edroso e Soutelo Mourisco não dispõe de serviços associativos de proteção social dos cidadãos seniores ou apoio a cidadãos portadores de deficiência: -----

III.V) A União de Freguesias de Espadanedo, Edroso e Soutelo Mourisco não dispõe de coletividades que desenvolvam atividades recreativas, culturais, desportivas ou sociais, Em cumprimento do requisito a que alude o número 1 do artigo 6.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de Junho, anexa-se à presente Proposta o relatório financeiro resultante da aplicação prospetiva da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, demonstrativo da viabilidade económico-financeira da União das Freguesias de Espadanedo, Edroso e Soutelo Mourisco – ANEXO B_III e B_IV -----

B.4.3. População e território -----

Em cumprimento do requisito a que alude a alínea a) do número 1 do artigo 7.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de Junho, consigna-se que, por consulta, em 31/12/2021, à Base de Dados do Recenseamento Eleitoral da União das Freguesias de Espadanedo, Edroso,



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

Murçós e Soutelo Mourisco, eram 440 (quatrocentos e quarenta) os eleitores inscritos no posto de recenseamento designado pelas letras -----
“A, B e D”, correspondente aos eleitores inscritos na área territorial da União de Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco, conforme anexo B_V. B.5. Documentos relevantes para a apreciação da Proposta para os fins previstos no número 3 do artigo 10.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de Junho, a presente Proposta é acompanhada dos seguintes documentos considerados relevantes para a sua apreciação: -----

- a) Mapa à escala 1:25 000 da área da União das Freguesias de Espadanedo, Edroso e Soutelo Mourisco, anexo B_VI; -----
- b) Mapa à escala 1:25 000 da União das Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco, enquanto «Freguesia de origem», a extinguir por força da desagregação das duas Freguesias que a integram, anexo B_VII; -----
- c) Inventário dos bens móveis e imóveis, universalidades, direitos e obrigações da União das Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco, anexo B_VIII; ----
- d) Indicação do número de trabalhadores, respetivas carreiras profissionais; remunerações e encargos sociais da União das Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco a transferir para a União das Freguesias de Espadanedo, Edroso e Soutelo Mourisco, conforme anexo B_IX; -----
- e) Contestação da população e dos respetivos órgãos representativos pela não extinção da União das Freguesias de Espadanedo, Edroso e Soutelo Mourisco, conforme resulta do anexo B_XI. -----

Conclui-se, assim, estarem cumpridos os critérios necessários para que se efetive a desagregação das Freguesias através do procedimento definido nos artigos 25.º e 10.º a 13.º da citada Lei n.º 39/2021, na sequência de deliberação por maioria simples da Assembleia de Freguesia e Assembleia Municipal, sendo certo que a desagregação das freguesias a concretizar respeita as condições em que as mesmas foram agregadas, repondo-se a situação em que as freguesias se encontravam antes da desagregação. - Por tudo o exposto, ao abrigo do disposto nos artigos 10.º a 13.º e 25.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, propõe-se que a Assembleia de Freguesia delibere: -----

1. Aprovar a presente proposta de criação das Freguesias de Murçós e União das Freguesias de Espadanedo, Edroso e Soutelo Mourisco, através da desagregação da União das Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco, repondo-se os limites territoriais existentes à data da sua agregação, instruindo a mesma com os elementos elencados nos n.ºs 2 e 3 do artigo 10.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de Junho e



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

que constituem o Anexo I da presente proposta e que dela faz parte integrante; -----

2. Solicitar ao órgão Executivo da Junta de Freguesia para que, no prazo máximo de 15 dias úteis, profira parecer obrigatório; -----

3. Remeter a proposta de criação das Freguesias para apreciação e deliberação da Assembleia Municipal, que solicitará previamente a emissão de parecer à Câmara Municipal; -----

4. Remeter à Assembleia da República a proposta de criação das Freguesias. -----

Pelo que, dando cumprimento ao estatuído na Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, apresentamos esta candidatura, no sentido de voltarmos a ser freguesias independentes. -----

Os membros da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco. -----

Os documentos da Proposta para a desagregação da Freguesia de Murçós das restantes localidades que compõem a União de Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco dão-se como transcritos, ficando arquivada uma cópia na pasta da documentação correspondente a esta reunião, estando a mesma devidamente rubricada por todos os membros do Executivo. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal nos termos do n.º 3 do art.º 12.º da Lei 39/2021, de 24 de junho, deliberou, por unanimidade, emitir parecer prévio favorável à desagregação da Freguesia de Murçós das restantes localidades que compõem a União de Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco. -----

Abertas as inscrições, inscreveram-se os Deputados *David Martins, José Madalena e Manuel Mico*. -----

O Sr. *Presidente da Assembleia Municipal* passou a palavra ao Deputado *David Martins*. Presidente da União de Freguesias responsável pelo pedido de desanexação que referiu a Lei Relvas e a integração de Murçós na União de Freguesias desde 2013, contrariando a vontade do povo de Murçós vindo solicitar à Assembleia a vontade do povo informando que a proposta foi aprovada em sessão da Assembleia de Freguesia por maioria com uma abstenção, aprovado por unanimidade em reunião de Câmara e com parecer positivo do Sr. Presidente da Câmara agradecendo aos Deputados para que com o seu voto reponham a vontade da população de Murçós. -----

Usou a palavra o Deputado *Manuel Mico* para dar conhecimento à Assembleia da intenção de voto a favor da desagregação da Freguesia de Murçós do Grupo



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

Parlamentar do PS. A intenção de voto foi entregue á mesa da Assembleia Municipal, dá-se como transcrita e fica apensa á presente ata identificada como anexo VIII. -----

A palavra passou para o Deputado *José Madalena* para recordar o processo que esteve na base da reforma administrativa em 2012, processo em que participou e no qual se tentou minimizar os danos mantendo todas as freguesias com 150 habitantes, critério existente e que permitiu que das 38 freguesias ficassem 30. Passados estes anos não são muitas as freguesias a nível nacional que estão a pedir a separação. Murçós tem uma identidade própria que não se integrava com as restantes aldeias – Espadanedo, Edroso, Soutelo Mourisco e reunindo Murçós todos os requisitos para constituir de novo uma freguesia e sendo essa a vontade da população e dos órgãos que a representam o Grupo Parlamentar do PSD votará a favor da desagregação de Murçós. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que referiu que logo que receberam a informação o Executivo entrou em contacto com os Presidentes de Junta interessados e as populações. No caso de Murçós havia interesse manifestado pela população para o fazer. Assim, a aldeia foi sinalizada tal como outras. “Hoje estamos solidários com a população de Murçós e reconhecemos a sua legitimidade. Hoje vai fazer-se justiça e só posso congratular-me com a situação”, referiu. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação. -----

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 6 do art.º 12.º da Lei n.º 39/2021, de 24 de junho, deliberou, por maioria, com um (1) voto contra, três (3) abstenções e cinquenta e cinco (55) votos a favor, aprovar a proposta de desagregação da Freguesia de Murçós das restantes localidades que compõem a União de Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco. -----

A palavra foi passada ao Deputado *Ramiro Valadar* que votou contra a proposta para manifestar tê-lo feito por uma questão de coerência e porque não esteve no processo. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** que procedeu à apresentação do programa



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

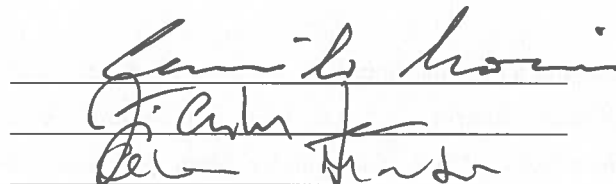
de atividades do Geopark Terra de Cavaleiros para o ano 2023. -----

PONTO 3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 e n.º 3 do artigo 49.º do Regimento da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Assembleia Municipal perguntou se havia alguém do público que quisesse neste momento intervir. Não houve quem pretendesse usar da palavra. -----

APROVAÇÕES EM MINUTA (Cfr. art.º 57.º n.º 3 do Anexo I da Lei n.º 75/2013).-----

Foi deliberado, por unanimidade aprovar em minuta os pontos dois, três, quatro, cinco, seis, sete, nove, dez e onze. -----

Eram dezanove horas e trinta minutos e não havendo mais nada a tratar, foi pelo excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou presente ata, que vai ser assinada pelos excelentíssimos Presidente, Primeiro e Segundo Secretários. -----





ANEXOS

Anexo I – Moção Honrosa apresentada pelo PS.



No dia 17 de Dezembro, o Comendador Provedor Alfredo Castanheira Pinto comemorou os 50 anos á frente da mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia de Macedo de Cavaleiros, sendo atualmente o mais longevo dos provedores do país, sendo que este extenso e diferenciado trabalho, foi reconhecido através de vários louvores, menções honrosas e condecorações, por entidades locais e nacionais, como é o caso desta assembleia e do município.

Pelo exposto, a bancada do Partido Socialista apresenta nesta Assembleia uma moção de **Menção Honrosa** pelos 50 anos de provedoria do **Sr. Provedor, o Comendador Alfredo Castanheira Pinto**, por toda a sua contribuição para diminuir as desigualdades sociais e elevar o nome do concelho de Macedo de Cavaleiros.



Anexo IV – Intervenção Cláudio Trovisco - PSD

Intervenção PAOD. AM Macedo de Cavaleiros 28/12/2022

Exmos. Presidente da Assembleia e membros da mesa;
Exmo. Presidente da Câmara Municipal;
Exmos. Vereadores;
Caros colegas de bancada, público e órgãos de comunicação social.

Antes de mais, espero que todos tenham passado bem as festas, com saúde e muita alegria junto daqueles que mais estimam.

Foi na assembleia municipal de fevereiro de 2019 que o executivo socialista anunciou, oficialmente, pelas palavras da então deputada Joana Vaz e com argumentação do presidente Benjamim Rodrigues, o mapeamento para a reabilitação da residência de estudantes, alegando a criação de 76 camas para estudantes de ensino superior que, pela mão do IPB e da tão famigerada BLC3, regressaria a Macedo.

Foi também nesse ano que o ministro das infraestruturas Pedro Nuno Santos e o diretor do IPB visitaram o edifício devoluto e assumiram, publicamente, o compromisso de o recuperar recorrendo ao Fundo Nacional de Reabilitação do Edifício (FNRE) cuja finalidade seria ser uma solução de partilha de risco com as instituições de ensino superior e autarquias, reduzindo o nível de investimento por estas instituições.

Em fevereiro 2019, ao contrário daquilo que o sr. Presidente afirmou em entrevista à rádio Onda Livre, no passado dia 07 de dezembro, não se falava de PRR (não existia) portanto nunca seria possível financiar aquela obra recorrendo a este plano.

É flagrante a irrelevância política que o executivo socialista tem junto do governo que, apesar da mesma cor, continua a não dar a Macedo de Cavaleiros qualquer importância.

E vamos vivendo de promessas, propaganda e ilusões, que é tudo o que este executivo tem oferecido.

- Desde o ensino superior que teima em não aparecer;
- À enorme aposta socialista na BLC3 e incubadora de empresas que não só não resultou, como ainda acabou nas parangonas dos jornais pelas piores razões;
- Ao projeto SideUp, que morreu à nascença, deixando-nos com um investimento de 1.3 milhões de euros no edifício do Piaget;
- Aos estudantes de Bragança que vinham dar ânimo ao mercado de arrendamento em Macedo e cujo transporte foi financiado pelo orçamento do município;
- e agora o alojamento estudantil que, da mesma forma, não passa do papel.

Mãos cheias de nada!

Em suma, 6 anos deste executivo e da sua Obra, tudo o que poderão dizer que efetivamente fizeram desde a sua génese foi um campo de futebol sintético que, lamentavelmente ainda não

1

conseguiram concluir, como de resto e de forma tão conveniente, praticamente todos os projetos a que deram continuidade e que cujas obras, se arrastam dia após dia.

Resta a esperança que o mesmo eleitorado que lhe deu a oportunidade venha nessa altura cobrar o facto de, em 6 anos, essa legislatura estar resumida a 3 grandes obras que mais pareciam paradas no tempo e um concelho mais pobre, mais abandonado e sem esperança.

--
Cláudio Trovisco



Anexo V – Intervenção Nélio Pimentel – UPM



PAOD

Felicidades o Comendador Alfredo Castanheira Pinto pelos 50 anos de dedicação às obras da misericórdia

Trata-se de um exemplo de entrega à causa social e de gestão, talvez o último estadista vivo em Macedo

Já falámos os representantes dos partidos que nos indicaram que não tinha enquadramento na Moção que esta Assembleia irá aprovar e foi apresentada pelo PS, queremos desafiar o Sr. Presidente, caso concorde, a diligenciar no sentido de promover já a alteração do Regulamento de Toponímia para que seja possível ainda em vida do Sr. Comendador Alfredo Castanheira Pinto, ser-lhe uma rua na cidade.

Olhando agora a outro assunto

Sr. Presidente, parece que estamos a assistir a uma atitude centralizadora do Governo, não só fazendo fé no que se vai ouvindo relativamente á dissolução das Direções Regionais de Agricultura, mas também por aquilo que vamos percebendo relativamente ao regadio.

- E é sobre esta questão em concreto que faço esta interpelação.

Pelo que nos é dado a entender, assistimos a uma determinação da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural em que, no que ao nosso concelho diz respeito, pretende alterar o contrato de concessão com a Associação de Beneficiários...

...Uma alteração que, como bem sabe Sr. Presidente, obriga à assunção de certos compromissos que para serem comportáveis pela associação de regantes, a obrigam a (mais coisa, menos coisa) a triplicar as suas receitas...

E, é fácil entendermos, o aumento de receitas, grosso modo, só é possível verificar-se com um aumento de quotas ou de taxas sobre os regantes...

Assim, e sabendo que o Sr. Presidente tem estado atento e já reuniu com o Diretor-Geral de Agricultura, o que pode dizer-nos?:

- Há alguma flexibilização da parte do Sr. Diretor nesta matéria, ou não?
- Que outras diligências já fez o Sr. Presidente?
 - Qual a opinião da Diretora Regional de Agricultura?

Assembleia Municipal 28/12/2022 – PAOD | 1



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária



- Já conversou e pediu apoio aos 3 Deputados eleitos pelo nosso círculo eleitoral?
- Sendo este também um caso de Coesão Territorial, já puxou para este assunto a influência da Sra. Secretária de Estado responsável?
- Por último, caso não seja possível à Associação aceitar esta alteração, o Sr. Presidente teme que passemos a ter o regadio gerido centralmente numa estrutura diretamente dependente do Ministério?

Abordando agora o Projeto do Plano Ferroviário Nacional:

Transmitir os parabéns a esta Assembleia Municipal, particularmente à do mandato anterior, porque aqui conseguiu aprovar por unanimidade uma moção para a inclusão de Trás-os-Montes neste plano. Conseguiu-o.

Estando agora em Consulta Pública até 28 de fevereiro, há 2 pontos para os quais pretendíamos chamar à atenção, para depois apresentarmos 3 sugestões:

- Apesar de estudos anteriores incluírem Macedo de Cavaleiros ou Podence com uma estação, o Plano Ferroviário em consulta pública é totalmente omissivo nesta matéria:
 - Indica, de facto, a existência de 4 paragens no troço entre Vila Real e Bragança. Se uma delas será seguramente Bragança, a outra aparentemente Mirandela por constar no desenho de mapa, restam duas, mas não fala em Macedo...
- Outro aspeto, tem a ver com a possibilidade de esta ser também uma linha de mercadorias. Ou seja, um investimento desta envergadura parte da ideia de que este será um traçado exclusivamente para passageiros, não assumindo já a mercadorias.

Posto isto, deixamos a sugestão à Câmara Municipal para que em sede de Consulta Pública, através de uma proposta formal, e em outras diferentes diligências diretamente com a tutela reivindique:

- A necessidade de uma estação no concelho de Macedo de Cavaleiros;
- Que este traçado seja assumido desde logo como de mercadorias, como uma alternativa viável na ligação entre o Porto e Zamora e, conseqüentemente, com o resto da Europa;
- Por último, que a Estação de Macedo de Cavaleiros seja localizada na Zona Industrial para que possa também servir e constituir uma mais-valia para a Plataforma de Logística Regional que há vários anos o Sr. Presidente tem vindo a abordar e que deve ser uma infraestrutura que rapidamente deverá ganhar alicerces.

Assembleia Municipal 28/12/2022 – PAOD | 2



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

Anexo VI – Intervenção Cláudio Trovisco - PSD

Intervenção Ponto 11. AM Macedo de Cavaleiros 28/12/2022

Exmos. Presidente da Assembleia e membros da mesa;
Exmo. Presidente da Câmara Municipal;
Exmos. Vereadores;
Caros colegas de bancada, público e órgãos de comunicação social.

É sempre bom ver regressar à terra, se bem que por meros dias, aqueles que por motivos óbvios tiveram que a abandonar.

Também é de relevar que, dessas gentes, a grande maioria faz questão de demonstrar que não está nos seus planos regressar permanentemente.

Falharam. Falharam repetidas vezes a esses Macedenses! Falharam os executivos anteriores e continuam a falhar atualmente.

Vêm falhando desde que o Piaget, essa galinha de ovos de ouro, encerrou as suas portas e semeou o caos nas mais diversas áreas, com especial ênfase no mercado imobiliário, no comércio e, conseqüentemente, no mercado laboral e nos deixou à deriva, na busca incessante pelo regresso do ensino superior a Macedo. E este executivo vem provando que é incapaz de o fazer, através das inúmeras tentativas falhadas, como a escola de negócios, a BLC3 e o projecto Side Up

Vêm falhando, porque ano após ano, continuam a assistir à fuga dos nossos filhos e netos. Daqueles que deviam ser a razão de todo o seu trabalho e que representam o destino do nosso concelho e a segurança do nosso futuro.

Incompreensível! Até porque deve haver poucas pessoas nesta sala que não conheçam o amargo sabor que é o de ver os filhos partirem.

Não deixa de ser curioso que se constroem infraestruturas de dezenas de milhões para melhorar as condições de vida de habitantes que temos em cada vez menor número e não se vislumbra um plano a médio e longo prazo cujo objetivo seja o da criação de condições necessárias à fixação das pessoas.

E este orçamento é a prova disso mesmo. Um plano sem audácia, que corta 10% no investimento, aumenta 24% na despesa e de clara gestão de um declínio que parece ser imparável.

Um orçamento que destina 50.000€ para algo como a feira de São Pedro, um evento histórico, que foi outrora dos maiores certames a nível nacional e cujo modelo, em vez de ser modernizado e adaptado às necessidades do presente, é descaradamente empurrado para segundo plano.

E ao contrário daquilo que vem sendo afirmado, a feira de São Pedro 2022 não foi um sucesso e quem está presente naquele evento há dezenas de anos tem hoje 50% a menos de razões para estar presente.

A feira de São Pedro deveria ser muito mais do que um aglomerado de pessoas, essencialmente locais, que há dois anos se viam isolados de contacto social e que viram naquele evento o momento de liberdade que tanto desejavam.

1



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

A feira de São Pedro são também os expositores, a sua qualidade e número. E quem se recorda do passado daquele evento saberá que o artesanato nunca teve lugar nas naves, porque não cabia, e que stands como o do Geopark não ocupavam metade da nave 1, com espaço para descanso.

Era um evento impulsionador do comércio e da região, de qualidade suficiente para atrair visitantes de todas as partes do país, para além dos Macedenses.

Um evento que nunca, em nenhuma das suas edições, deu espaço a que outros concelhos tivessem sequer hipóteses de o superar.

E é este executivo, que apoiado na vã argumentação de que o modelo existente da feira de São Pedro não funciona, desiste dele e em vez de apostar na sua melhoria e dinamização, lhe atira com algumas migalhas do orçamento para não ter que assumir o ónus de terminar de vez com ele.

Mas temos sempre a feira da caça, com dotações de 180.000€, para 4 dias de evento. Como poderia não ser um sucesso...

E o Natal, aquele evento que deu a Macedo o selo de cidade Natal quando nenhum outro concelho do distrito sabia sequer o que isso é? Um evento que envolvia toda a cidade num dinamismo irrepreensível, que potenciava e alimentava o comércio e plantava sorrisos em todos aqueles que circulavam nos seus passeios.

Valha-nos o trabalho e dedicação de organizações como a Cercimac, a Montesereno, a associação de diabéticos, os escuteiros e de alguns comerciantes que mantêm a fé num futuro melhor e se prestaram a estar presentes na nave, com as suas bancas, se bem que na grande maioria do tempo, ausentes, tal era a falta de afluência.

Um evento desta importância obriga a uma comunicação forte, em diversos meios e para lá dos limites do concelho. Não bastam publicações gratuitas no Facebook e na rádio onda livre para chegar às pessoas dos concelhos vizinhos e despertar nelas a curiosidade para nos visitar e evitar que muitas das diversas atividades, não tivessem expressão e as pessoas se sentissem envolvidas, coisa que este executivo, incessantemente, falha em conseguir.

O que se assistiu foi a um evento propagandeado por um município escudado na sociedade civil e nas mais diversas associações que o executaram, tornaram possível e a quem todo o mérito é devido.

A ideia não era má! Não foi a floresta encantada que falhou, mas sim toda a envolvente àquele espaço e a única coisa que cabia a este executivo fazer.

O cheiro a Natal, o espetáculo do Natal e o espírito do Natal não existiram para lá daquele espaço fechado.

Natal é muito mais do que aquilo que estes dois anos foram proporcionados às nossas crianças.

Aproveite-se o modelo, mas não o limitemos a isso.

2



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

A realidade do interior é inegável: Somos cada vez menos, mais velhos e menos representativos.

É fulcral valorizar os poucos serviços que ainda temos com capacidade de fixar pessoas e investir neles, munindo-os de características que permitam responder às necessidades da população.

Temos a centralidade, as infraestruturas e as melhores pessoas para ambicionar ter serviços de caráter regional.

Serviços como o nosso hospital, cuja permanência no modelo atual não é garantia de futuro.

Seria pertinente a sua especialização numa área específica, como por exemplo a oncologia, a ortopedia ou a fisioterapia. Serviços tão essenciais no nosso território e cuja necessidade, para uma população cada vez mais enfraquecida, são evidentes.

Espera-se de qualquer executivo a capacidade de negociar com as entidades, sejam elas regionais ou centrais, os melhores acordos para o seu município e garantir que os mesmos são cumpridos, na íntegra, de forma a evitar o que sucedeu com a abertura do curso de fisioterapia em Chaves, depois de ser prometido e tão repetidamente badalado, para Macedo.

No sector económico, responsável pela subsistência de grande parte das famílias, é essencial:

- a estimulação de sinergias entre os produtores locais para a criação e certificação de produtos endógenos, sob uma marca comum forte, com um bom plano de marketing, muito investimento e munida de um elevado valor acrescentado.

Temos, espalhadas pelo concelho, dezenas de pequenos produtores com produtos de excelência, mas sem formação que as ajude a dar o passo seguinte para que possam finalmente gerar riqueza, postos de trabalho e fortalecer a imagem da nossa região. E essa devia ser a finalidade do EDRU, um gabinete fantasma, cujo resultado ainda está para ser percebido!

É também essencial reforçar o investimento na zona industrial, nomeadamente:

- Na implementação das devidas sinaléticas de segurança e informação;
- Na limpeza regular;
- Na melhoria e pavimentação da maioria dos passeios e vias de circulação;
- Na criação de um parque de estacionamento de grandes dimensões, com condições sanitárias e de segurança, para as viaturas pesadas de mercadorias;
- Na prossecução, de forma concertada com os restantes municípios, de uma central logística para o nordeste transmontano, como aliás foi, de forma tão elevada, prometido pelo sr. Presidente naquele comício eleitoral, na Amendoeira!

E assim demonstrar, de uma vez, que têm a capacidade de elevar todo o potencial da região que representam, dos seus produtos, das suas características e das suas pessoas e não apenas atirar



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

com intenções para as redes sociais que, no final, não passam disso e o corte no investimento, bem patente neste orçamento, só vem demonstrar.

No turismo, teremos que recuperar a albufeira do Azibo de todo o dano causado este ano. No entanto não encontro, neste documento, qualquer verba destinada para esse fim.

Este executivo tem responsabilidade pelos danos causados, no prazo de meses, ao trabalho que levou décadas a criar, agarrando-se a uma bancada de futebol de praia, a única coisa que ali implementaram, que traria as grandes competições daquela modalidade ao Azibo, mas que no final, não passou de uma cortina de fumo e propaganda.

E enquanto isso, concelhos como Vinhais e Freixo de Espada à Cinta, investiram e criaram condições para que o Azibo deixasse de estar sozinho na corrida e, por falta de capacidade de quem por ele é responsável, a perdesse.

A esperança está agora no Welcome Center do Azibo, cuja finalidade será receber os visitantes. Os mesmos visitantes que em 2022 foram repetidamente aliciados a visitarem o Azibo, no estado em que se encontrava e que espalharam, da mesma forma, as críticas negativas pelas redes sociais.

Afirmem o que entenderem, a realidade estava à vista. Se não estavam reunidas condições para que os visitantes tivessem uma boa experiência, não deveriam ter alimentado o contrário, permitindo que se sujeitassem a tais condições e que os comerciantes ali colocados tivessem os prejuízos que tiveram.

Lamentavelmente, não vejo neste orçamento aquilo que tanta falta faz a Macedo e aos Macedenses e por isso o votarei desfavoravelmente.

--

Claudio Trovisco



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

Anexo VII – Intervenção Nélio Pimental - UPM



Handwritten signature and initials

Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023

(Declaração de Voto)

Enquanto grupo de cidadãos independentes, apresentamo-nos sem estar condicionados nos nossos sentidos de voto, sem termos que obedecer a uma qualquer disciplina partidária que receia as interpretações do eleitorado ou se preocupa com as eleições que aí vêm.

Sendo o orçamento municipal de uma importância vital para a gestão de um concelho, enquanto grupo de cidadãos independentes teríamos o maior gosto em votar favoravelmente um documento que reflita uma linha de pensamento estratégico claro, que ofereça esperança no futuro e apresente um caminho de desenvolvimento.

O nosso único compromisso é connosco próprios, com as ideias que apresentámos, com as 600 pessoas que votaram em nós e com todas as outras, que muito embora o não tendo feito, partilham connosco a vontade de viver em Macedo de Cavaleiros e aqui manterem os seus filhos ou os seus netos.

Neste sentido, mostrámo-nos muito satisfeitos quando recebemos da Câmara Municipal o convite para remetermos os nossos contributos para este documento. Estranhámos o timing escolhido, a menos de 15 dias do dia 30 de novembro, data considerada limite para que a proposta de orçamento seja apresentada a este órgão.

Mesmo assim, fizemos um trabalho sério de transposição daquele que foi o nosso programa eleitoral para um documento de fácil compreensão que entregámos ao Executivo.

Fizemos questão de lembrar que as nossas propostas se enquadravam num plano estratégico de médio prazo e que compreendíamos que era perfeitamente compreensível que no exercício de um ano, ou até mesmo de 4, ali não estivessem presentes todas as medidas por nós defendidas.

Não esperávamos, nem desejávamos é que, ao conhecermos o projeto de orçamento, as nossas propostas fossem quase totalmente ignoradas...

Sr. Presidente, enquanto grupo de cidadãos independentes, só temos a lamentar que tenha optado pela “politiquice” de chamar a oposição para depois a ignorar.

Além do mais, nós enquanto grupo de cidadãos independentes, não somos oposição. Não temos sequer ambição em sê-lo. Somos tão só colaboradores de uma democracia que se quer livre e plural. E para isso procuramos contribuir.

Sr. Presidente, nós ouviamo-lo e concordávamos consigo, várias vezes, quando nesta assembleia,

Assembleia Municipal 28/12/2022 – Orçamento | 1



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária



na sua qualidade de Presidente de Junta ou Deputado, aqui defendia uma maior abertura dos executivos da altura para as propostas da oposição. Esperávamos mais desta vez.

O orçamento que nos apresentam, nas questões de fundo, é pouco mais que um “copy & paste” do orçamento de 2022, que na altura mereceu a nossa abstenção.

É claramente um orçamento de continuidade e, Sr. Presidente, a continuidade é algo do qual deveríamos fugir... Porque há 30 anos que perdemos população. Porque há 30 anos que perdemos oportunidades. Porque há 30 anos que perdemos importância. Porque há 30 anos que andamos a hipotecar o futuro das gerações que se nos seguem... Sr. Presidente, tal como qualquer pai, que V. Exa. é, assim como muitos de nós nesta assembleia, o que mais queremos é que os nossos filhos possam aqui ter futuro.

O orçamento que nos apresentam tem méritos: Prosegue a modernização do serviço de abastecimento de água; é exemplar nos benefícios fiscais; é solidário nos apoios sociais e na educação que vai mantendo; propõe-se a fazer definitivamente o aproveitamento das condições náuticas do Azibo; virá apoiar a 100% a sanidade animal; mostra vontade em apoiar o combate fitossanitário; mantém o investimento no parque industrial; é mais transparente na atribuição de verbas às freguesias; é arrojado no âmbito da Proteção Civil; e finaliza o projeto de regeneração urbana, acrescentando a requalificação da rua Almeida Pessanha, muito embora não se conheça ainda o seu projeto.

Mas é, no fundo, um orçamento sem Alma. É essencialmente um orçamento do dia-a-dia. É, como atrás disse, um orçamento de continuidade num caminho que nos tem levado ao empobrecimento. E é um caminho de empobrecimento porque cada vez mais se assiste a um tecido económico dependente das aquisições da Câmara Municipal e um mercado de trabalho sedento das aberturas de concursos de pessoal. Só para este ano há mais 61 novos postos de trabalho previstos. Em 2022 foram mais de 40... Haverá mesmo a necessidade de tantos postos de trabalho? Ou não haverá na Câmara Municipal uma má gestão de recursos humanos?

Desde 2018 que verificamos uma subida com despesas de pessoal na ordem dos 3 Milhões de Euros. É uma subida superior a 35%. Justifica-se naturalmente com as revisões legais nas carreiras, com a descentralização de competências no âmbito da educação... Mas parece assustador. Este ano são previstos 8 Milhões de despesas com o pessoal, o equivalente a qualquer coisa como 25% do orçamento total do município.

Assembleia Municipal 28/12/2022 – Orçamento | 2



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária



Handwritten signature

Gostávamos, enquanto grupo de cidadãos independentes, de ver uma Câmara Municipal mais preocupada com o futuro, em implementar uma estratégia de desenvolvimento assente num plano que promovesse o crescimento económico do concelho e que isto significasse maior emprego, de forma a combater a acentuada e preocupante quebra demográfica.

A maior evidência de que não há uma estratégia definida, está numa coisa muito simples: na ligação da cidade ao Azibo. Ao contrário do orçamento para 2022, para 2023, não se encontra prevista. O executivo simplesmente deixou cair a ligação da cidade ao Azibo via Vale de Prados.

Ouvimos nesta sala, no discurso de tomada de posse do Sr. Presidente, em 2017, assumir a ligação da cidade como um desígnio essencial para dotar Macedo de Cavaleiros de novas oportunidades para enfrentar o futuro. Estávamos totalmente de acordo. O ano passado regozijámo-nos por a incluírem nas grandes opções do plano, mas este ano não temos nada... Pelo contrário, continuamos com investimentos do lado de lá que, tal como sempre se assumiu da direita à esquerda, muito pouco se refletem na economia local, particularmente na da cidade.

Isto parece-nos, Sr. Presidente, ser mais um tremendo golpe nas aspirações dos Macedenses.

Desejávamos ver uma profissionalização na organização de eventos na cultura, desporto ou turismo, como forma de atração de pessoas e crescimento da visibilidade externa do concelho. A corrida da liberdade mantém o cariz de consumo interno, a Feira de São Pedro manterá o declínio verificado em 2022, mas já a Feira da Agricultura, com um orçamento de 50.000€, igual ao do São Pedro promete ser em grande. Ainda bem.

Desejávamos ver espelhada uma estratégia de captação e defesa das empresas, com a criação de um condomínio industrial, o desenvolvimento de uma plataforma logística regional, a criação de um catálogo de produtos sob o chapéu “made in Macedo”, apoiados numa plataforma eletrónica, assim como os alicerces para uma central de biomassa e uma estação de abastecimento de hidrogénio.

O ano passado deixámos bem vincado o voto de confiança que dávamos ao Executivo no orçamento de 2022, tal como a professora que perante um aluno com fracos resultados lhe dava positiva para o motivar.

Para este ano, ao aluno que é bem “comportadinho” na sala de aula, que cumpre todas as regras, vai demonstrando alguma vontade, apesar de revelar estar acomodado com a fraca positiva, queremos dizer que tem condições para chegar ao “Bom” ou ao “Muito Bom” e que é uma pena enorme que não se esforce mais em aproveitar todas as suas capacidades para seu proveito e de

Assembleia Municipal 28/12/2022 – Orçamento | 3

todos os que estão à sua volta e que desejam tremendamente que tenha sucesso.

O nosso voto é por isso, pela segunda vez, no sentido da Abstenção.



DECLARAÇÃO DE VOTO

O grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta declaração de voto a favor da proposta do executivo da Desagregação da Freguesia de Murços das Restantes localidades que compõem a União de Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murços esta posição vem ao encontro da vontade da Assembleia de Freguesia e Junta de Freguesia de Murços ao tempo de 2012 e da sua população.

O Partido Socialista sempre defendeu esta posição e vé agora ser reposta a reposição da Freguesia de Murços .

Macedo de Cavaleiros, 28 de Dezembro 2022

Lider da Bancada PS



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

Anexo II -- Proposta/Recomendação apresentada pelo DCS-PP

O CDS é favorável à descentralização de competências do Estado Central para as Autarquias, num processo claro e transparente e com a devida avaliação das necessidades de meios técnicos, humanos e financeiros.

Depois da descentralização de competências para as autarquias, constatamos agora, que a reorganização administrativa dos serviços do estado vai passar competências para as comissões de coordenação e desenvolvimento regional (CCDR).

O processo de descentralização comporta agora outra vertente, assim as CCDRN- passam a ter atribuições na área da saúde, educação, agricultura, conservação da natureza, ordenamento do território entre outras.

Será benéfico para a nossa terra, ter serviços sedeados no Porto?

As CCDR, passam a coordenar serviços em diferentes áreas, para as quais não estão vocacionadas, como a agricultura ou a saúde.

A extinção da Direção Regional de Agricultura do Norte, sediada em Mirandela e com serviços na cidade de Macedo de Cavaleiros, a transferência de competências do IAPEMEI (Agência para a competitividade e inovação), com serviços na cidade de Bragança,



a transferência de competências do IEFP e do Centro de Formação Profissional de Bragança, também com serviços nessa mesma cidade, a transferência ao nível da Saúde, de competências da ARS e Administração Regional de Saúde, da conservação da Natureza e Florestas, das delegações distritais de instituto da mobilidade e dos Transportes, IMT, com serviços na cidade de Bragança e posterior passagem para a cidade do Porto, é descentralizar o país, ou colocar tudo no litoral?

Nós, povo do interior, cada vez mais esquecido, onde a população não é ouvida e onde quase tudo é retirado, apesar dos recursos que possuímos, da água, da terra, condições para a produção de energia, paisagens únicas, continuamos a ser um espaço pobre e desertificado, calculávamos que a descentralização cria-se maior proximidade do estado às populações, contrariamente com esta descentralização que cria maiores assimetrias entre o litoral, povoado e o interior envelhecido, desertificado e estagnado.

Não podemos baixar os braços e deixar que tudo aconteça, é necessário lutar e defender a nossa terra.



Handwritten signature and initials.

Proposta/Recomendação

A reorganização administrativa, baseada nas regiões Plano, (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve), materializada na Resolução do Conselho de Ministros nº 123/2022, datada de 14 do presente mês, em que as CCDR assumem novas competências, distribuídas em diversos organismos públicos existentes no nosso território e próximos da população que servem, vimos manifestar a nossa oposição a esta descentralização nos moldes que nos são propostos, já que desta forma estamos a litoralizar e a centralizar competências, pelo que não aproximamos a decisão política da população, comprometemos a coesão e a equidade entre os territórios.

Assim, o grupo Municipal do CDS/PP, vem propor que esta Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros, tome uma posição, manifestando a nossa apreensão, com a extinção de serviços, transferência e partilha de atribuições com a CCDRN, no âmbito da descentralização que se encontra em curso, com conhecimento aos responsáveis políticos.

Macedo de Cavaleiros, 28 de dezembro de 2022

Handwritten signature.



Anexo III – Intervenção Miguel Caseiro – PS



A 13 de maio de 1936, na pequena aldeia de Ermida, concelho de Vinhais, nasceu o Comendador Alfredo Castanheira Pinto, um homem que criou uma marca na história e vida deste concelho desde que assumiu o cargo de Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Macedo de Cavaleiros, sendo atualmente o mais longevo dos provedores do país, estando nesse posto á 50 anos, sendo eleito a 10 de Dezembro de 1972, tendo tomado posse a 17 de dezembro de 1972.

Na tomada de posse do seu primeiro mandato até ao ano de 1978, a área de ação da SCMMC era a saúde, já que lhe foi entregue o Hospital de Macedo de Cavaleiros, que em mais uma prova de resiliência, equipou e modernizou ao longo dos anos em que permaneceu sob a sua vigência.

Com a nacionalização do hospital, houve a necessidade da instituição diversificar os seus serviços sob pena de perder os seus bens, voltando agulhas para a área da gerontologia com a criação de um Lar de Idosos na Rua da Estação com apenas 8 camas, que esteve em funcionamento até 1987, data em que foi inaugurada a atual ERPI e equipamento sede com capacidade para 83 utentes.

Neste momento, a Santa Casa de Misericórdia de Macedo de Cavaleiros conta com a ERPI – Macedo, o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) com 79 utentes em 19 localidades do concelho, Centro de Dia com capacidade para 10 utentes, Cantina Social com 22 refeições diárias protocoladas, e em



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

parceria com outras instituições, o Programa Operacional de Apoio a Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC), Rendimento Social de Inserção (RSI) e CLDS 4G Operação Colmeia.

No dia 12 de Setembro de 2010, foi inaugurado o Lar do Lombo, na aldeia com o mesmo nome, ERPI com possibilidades de acolher até 55 idosos e 40 em SAD. De realçar que nesta freguesia a SCMMC, possui também a adega Quinta do Lombo, para produção de vinho e vários terrenos agrícolas. A vertente agrícola da instituição, com terrenos nas freguesias do Lombo, Chacim, Cortiços e Macedo de Cavaleiros é uma mais-valia para a sustentabilidade da Misericórdia de Macedo de Cavaleiros, não só pela matéria-prima produzida, mas também pelos diversos postos de trabalho criados, assim como eleva a patamares nunca antes vislumbrados o nome da Santa Casa de Misericórdia de Macedo de Cavaleiros e a aldeia de Lombo.

Apesar da nacionalização em 1978, a ligação de Alfredo Castanheira Pinto com o Hospital de Macedo de Cavaleiros só terminaria em 2003, depois de muitas obras concretizadas e mais serviços instalados, dotando esse equipamento de ferramentas e inovação que permitiu o seu reconhecimento em diversas áreas da medicina a nível regional e nacional, como é o caso do serviço de ortopedia.

Contudo, a sua coragem e tenacidade colocadas ao serviço da causa social não seriam apenas circunscritas ao concelho de Macedo de Cavaleiros. Nestes 50 anos de serviço, deu o seu contributo noutras iniciativas e projetos, tais como:

- Esteve presente na mesa da Assembleia Geral da União das Misericórdias Portuguesas (UMP);



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

- No Conselho Diretivo Nacional da Confederação Nacional de Instituições Sociais (CNIS);
- Fundador e Presidente da Comissão Instaladora da União das Instituições Particulares de Solidariedade Social do Distrito de Bragança;
- Representante no Conselho Local de Ação Social (CLAS) de Macedo de Cavaleiros;
- Integra a Comissão restrita e alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Macedo de Cavaleiros.

Este extenso e diferenciado trabalho, foi também reconhecido através de vários louvores, menções honrosas e condecorações:

- Em 1979, recebeu um louvor nesta mesma assembleia municipal;
- Em 1986, outro louvor, desta vez aprovado em reunião de Câmara;
- Em 1987, outro louvor da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros;
- Em 1999, foi agraciado com a Medalha de Ouro do Município pelas mãos do Eng. Luís Vaz, á época presidente da Camara Municipal de Macedo de Cavaleiros;
- Em 2014, recebe a Menção Honrosa da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, nos prémios Nunes Correia Verdades de Faria;
- Ainda em 2014, recebe das mãos do Dr. Duarte Moreno, á época presidente da Camara Municipal de Macedo de Cavaleiros, a Medalha Municipal de Mérito- Grau Ouro do Município de Macedo de Cavaleiros;
- Em 2015, recebe das mãos do Dr. Aníbal Cavaco Silva, á época Presidente da Republica, a Comenda da Ordem de Mérito.

Pelo exposto, a bancada do Partido Socialista apresenta nesta Assembleia uma moção de **Menção Honrosa e Louvor** pelos 50 anos de provedoria do **Sr. Provedor, o Comendador Alfredo Castanheira Pinto**, por toda a sua contribuição para diminuir as desigualdades sociais e elevar o nome do concelho de Macedo de Cavaleiros.



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

Anexo IV – Intervenção Cláudio Trovisco - PSD

Intervenção PAOD. AM Macedo de Cavaleiros 28/12/2022

Exmos. Presidente da Assembleia e membros da mesa;
Exmo. Presidente da Câmara Municipal;
Exmos. Vereadores;
Caros colegas de bancada, público e órgãos de comunicação social.

Antes de mais, espero que todos tenham passado bem as festas, com saúde e muita alegria junto daqueles que mais estimam.

Foi na assembleia municipal de fevereiro de 2019 que o executivo socialista anunciou, oficialmente, pelas palavras da então deputada Joana Vaz e com argumentação do presidente Benjamim Rodrigues, o mapeamento para a reabilitação da residência de estudantes, alegando a criação de 76 camas para estudantes de ensino superior que, pela mão do IPB e da tão famigerada BLC3, regressaria a Macedo.

Foi também nesse ano que o ministro das infraestruturas Pedro Nuno Santos e o diretor do IPB visitaram o edifício devoluto e assumiram, publicamente, o compromisso de o recuperar recorrendo ao Fundo Nacional de Reabilitação do Edifício (FNRE) cuja finalidade seria ser uma solução de partilha de risco com as instituições de ensino superior e autarquias, reduzindo o nível de investimento por estas instituições.

Em fevereiro 2019, ao contrário daquilo que o sr. Presidente afirmou em entrevista à rádio Onda Livre, no passado dia 07 de dezembro, não se falava de PRR (não existia) portanto nunca seria possível financiar aquela obra recorrendo a este plano.

É flagrante a irrelevância política que o executivo socialista tem junto do governo que, apesar da mesma cor, continua a não dar a Macedo de Cavaleiros qualquer importância.

E vamos vivendo de promessas, propaganda e ilusões, que é tudo o que este executivo tem oferecido.

- Desde o ensino superior que teima em não aparecer;
- À enorme aposta socialista na BLC3 e incubadora de empresas que não só não resultou, como ainda acabou nas parangonas dos jornais pelas piores razões;
- Ao projeto SideUp, que morreu à nascença, deixando-nos com um investimento de 1.3 milhões de euros no edifício do Piaget;
- Aos estudantes de Bragança que vinham dar ânimo ao mercado de arrendamento em Macedo e cujo transporte foi financiado pelo orçamento do município;
- e agora o alojamento estudantil que, da mesma forma, não passa do papel.

Mãos cheias de nada!

Em suma, 6 anos deste executivo e da sua Obra, tudo o que poderão dizer que efetivamente fizeram desde a sua génese foi um campo de futebol sintético que, lamentavelmente ainda não

1

conseguiram concluir, como de resto e de forma tão conveniente, praticamente todos os projetos a que deram continuidade e que cujas obras, se arrastam dia após dia.

Resta a esperança que o mesmo eleitorado que lhe deu a oportunidade venha nessa altura cobrar o facto de, em 6 anos, essa legislatura estar resumida a 3 grandes obras que mais pareciam paradas no tempo e um concelho mais pobre, mais abandonado e sem esperança.

--
Cláudio Trovisco



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária



- Já conversou e pediu apoio aos 3 Deputados eleitos pelo nosso círculo eleitoral?
- Sendo este também um caso de Coesão Territorial, já puxou para este assunto a influência da Sra. Secretária de Estado responsável?
- Por último, caso não seja possível à Associação aceitar esta alteração, o Sr. Presidente teme que passemos a ter o regadio gerido centralmente numa estrutura diretamente dependente do Ministério?

Abordando agora o Projeto do Plano Ferroviário Nacional:

Transmitir os parabéns a esta Assembleia Municipal, particularmente à do mandato anterior, porque aqui conseguiu aprovar por unanimidade uma moção para a inclusão de Trás-os-Montes neste plano. Conseguiu-o.

Estando agora em Consulta Pública até 28 de fevereiro, há 2 pontos para os quais pretendíamos chamar à atenção, para depois apresentarmos 3 sugestões:

- Apesar de estudos anteriores incluírem Macedo de Cavaleiros ou Podence com uma estação, o Plano Ferroviário em consulta pública é totalmente omissos nesta matéria:
 - Indica, de facto, a existência de 4 paragens no troço entre Vila Real e Bragança. Se uma delas será seguramente Bragança, a outra aparentemente Mirandela por constar no desenho de mapa, restam duas, mas não fala em Macedo...
- Outro aspeto, tem a ver com a possibilidade de esta ser também uma linha de mercadorias. Ou seja, um investimento desta envergadura parte da ideia de que este será um traçado exclusivamente para passageiros, não assumindo já a mercadorias.

Posto isto, deixamos a sugestão à Câmara Municipal para que em sede de Consulta Pública, através de uma proposta formal, e em outras diferentes diligências diretamente com a tutela reivindique:

- A necessidade de uma estação no concelho de Macedo de Cavaleiros;
- Que este traçado seja assumido desde logo como de mercadorias, como uma alternativa viável na ligação entre o Porto e Zamora e, conseqüentemente, com o resto da Europa;
- Por último, que a Estação de Macedo de Cavaleiros seja localizada na Zona Industrial para que possa também servir e constituir uma mais-valia para a Plataforma de Logística Regional que há vários anos o Sr. Presidente tem vindo a abordar e que deve ser uma infraestrutura que rapidamente deverá ganhar alicerces.

Assembleia Municipal 28/12/2022 – PAOD | 2

Anexo V – Intervenção Nélio Pimentel – UPM



Anexo VI – Intervenção Cláudio Trovisco - PSD

Intervenção Ponto 11. AM Macedo de Cavaleiros 28/12/2022

Exmos. Presidente da Assembleia e membros da mesa;
Exmo. Presidente da Câmara Municipal;
Exmos. Vereadores;
Caros colegas de bancada, público e órgãos de comunicação social.

É sempre bom ver regressar à terra, se bem que por meros dias, aqueles que por motivos óbvios tiveram que a abandonar.

Também é de relevar que, dessas gentes, a grande maioria faz questão de demonstrar que não está nos seus planos regressar permanentemente.

Falharam. Falharam repetidas vezes a esses Macedenses! Falharam os executivos anteriores e continuam a falhar atualmente.

Vêm falhando desde que o Piaget, essa galinha de ovos de ouro, encerrou as suas portas e semeou o caos nas mais diversas áreas, com especial ênfase no mercado imobiliário, no comércio e, consequentemente, no mercado laboral e nos deixou à deriva, na busca incessante pelo regresso do ensino superior a Macedo. E este executivo vem provando que é incapaz de o fazer, através das inúmeras tentativas falhadas, como a escola de negócios, a BLC3 e o projecto Side Up

Vêm falhando, porque ano após ano, continuam a assistir à fuga dos nossos filhos e netos. Daqueles que deviam ser a razão de todo o seu trabalho e que representam o destino do nosso concelho e a segurança do nosso futuro.

Incompreensível! Até porque deve haver poucas pessoas nesta sala que não conheçam o amargo sabor que é o de ver os filhos partirem.

Não deixa de ser curioso que se constroem infraestruturas de dezenas de milhões para melhorar as condições de vida de habitantes que temos em cada vez menor número e não se vislumbra um plano a médio e longo prazo cujo objetivo seja o da criação de condições necessárias à fixação das pessoas.

E este orçamento é a prova disso mesmo. Um plano sem audácia, que corta 10% no investimento, aumenta 24% na despesa e de clara gestão de um declínio que parece ser imparável.

Um orçamento que destina 50.000€ para algo como a feira de São Pedro, um evento histórico, que foi outrora dos maiores certames a nível nacional e cujo modelo, em vez de ser modernizado e adaptado às necessidades do presente, é descaradamente empurrado para segundo plano.

E ao contrário daquilo que vem sendo afirmado, a feira de São Pedro 2022 não foi um sucesso e quem está presente naquele evento há dezenas de anos tem hoje 50% a menos de razões para estar presente.

A feira de São Pedro deveria ser muito mais do que um aglomerado de pessoas, essencialmente locais, que há dois anos se viam isolados de contacto social e que viram naquele evento o momento de liberdade que tanto desejavam.

1



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

A feira de São Pedro são também os expositores, a sua qualidade e número. E quem se recorda do passado daquele evento saberá que o artesanato nunca teve lugar nas naves, porque não cabia, e que stands como o do Geopark não ocupavam metade da nave 1, com espaço para descanso.

Era um evento impulsionador do comércio e da região, de qualidade suficiente para atrair visitantes de todas as partes do país, para além dos Macedenses.

Um evento que nunca, em nenhuma das suas edições, deu espaço a que outros concelhos tivessem sequer hipóteses de o superar.

E é este executivo, que apoiado na vã argumentação de que o modelo existente da feira de São Pedro não funciona, desiste dele e em vez de apostar na sua melhoria e dinamização, lhe atira com algumas migalhas do orçamento para não ter que assumir o ónus de terminar de vez com ele.

Mas temos sempre a feira da caça, com dotações de 180.000€, para 4 dias de evento. Como poderia não ser um sucesso...

E o Natal, aquele evento que deu a Macedo o selo de cidade Natal quando nenhum outro concelho do distrito sabia sequer o que isso é? Um evento que envolvia toda a cidade num dinamismo irrepreensível, que potenciava e alimentava o comércio e plantava sorrisos em todos aqueles que circulavam nos seus passeios.

Valha-nos o trabalho e dedicação de organizações como a Cercimac, a Montesereno, a associação de diabéticos, os escuteiros e de alguns comerciantes que mantêm a fé num futuro melhor e se prestaram a estar presentes na nave, com as suas bancas, se bem que na grande maioria do tempo, ausentes, tal era a falta de afluência.

Um evento desta importância obriga a uma comunicação forte, em diversos meios e para lá dos limites do concelho. Não bastam publicações gratuitas no Facebook e na rádio onda livre para chegar às pessoas dos concelhos vizinhos e despertar nelas a curiosidade para nos visitar e evitar que muitas das diversas atividades, não tivessem expressão e as pessoas se sentissem envolvidas, coisa que este executivo, incessantemente, falha em conseguir.

O que se assistiu foi a um evento propagandeado por um município escudado na sociedade civil e nas mais diversas associações que o executaram, tornaram possível e a quem todo o mérito é devido.

A ideia não era má! Não foi a floresta encantada que falhou, mas sim toda a envolvente àquele espaço e a única coisa que cabia a este executivo fazer.

O cheiro a Natal, o espetáculo do Natal e o espírito do Natal não existiram para lá daquele espaço fechado.

Natal é muito mais do que aquilo que estes dois anos foram proporcionados às nossas crianças.

Aproveite-se o modelo, mas não o limitemos a isso.

2



Assembleia Municipal -- 5.ª Sessão Ordinária

A realidade do interior é inegável: Somos cada vez menos, mais velhos e menos representativos.

É fulcral valorizar os poucos serviços que ainda temos com capacidade de fixar pessoas e investir neles, munindo-os de características que permitam responder às necessidades da população.

Temos a centralidade, as infraestruturas e as melhores pessoas para ambicionar ter serviços de caráter regional.

Serviços como o nosso hospital, cuja permanência no modelo atual não é garantia de futuro.

Seria pertinente a sua especialização numa área específica, como por exemplo a oncologia, a ortopedia ou a fisioterapia. Serviços tão essenciais no nosso território e cuja necessidade, para uma população cada vez mais enfraquecida, são evidentes.

Espera-se de qualquer executivo a capacidade de negociar com as entidades, sejam elas regionais ou centrais, os melhores acordos para o seu município e garantir que os mesmos são cumpridos, na íntegra, de forma a evitar o que sucedeu com a abertura do curso de fisioterapia em Chaves, depois de ser prometido e tão repetidamente badalado, para Macedo.

No sector económico, responsável pela subsistência de grande parte das famílias, é essencial:

- a estimulação de sinergias entre os produtores locais para a criação e certificação de produtos endógenos, sob uma marca comum forte, com um bom plano de marketing, muito investimento e munida de um elevado valor acrescentado.

Temos, espalhadas pelo concelho, dezenas de pequenos produtores com produtos de excelência, mas sem formação que as ajude a dar o passo seguinte para que possam finalmente gerar riqueza, postos de trabalho e fortalecer a imagem da nossa região. E essa devia ser a finalidade do EDRU, um gabinete fantasma, cujo resultado ainda está para ser percebido!

É também essencial reforçar o investimento na zona industrial, nomeadamente:

- Na implementação das devidas sinaléticas de segurança e informação;
- Na limpeza regular;
- Na melhoria e pavimentação da maioria dos passeios e vias de circulação;
- Na criação de um parque de estacionamento de grandes dimensões, com condições sanitárias e de segurança, para as viaturas pesadas de mercadorias;
- Na prossecução, de forma concertada com os restantes municípios, de uma central logística para o nordeste transmontano, como aliás foi, de forma tão elevada, prometido pelo sr. Presidente naquele comício eleitoral, na Amendoeira!

E assim demonstrar, de uma vez, que têm a capacidade de elevar todo o potencial da região que representam, dos seus produtos, das suas características e das suas pessoas e não apenas atirar



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

com intenções para as redes sociais que, no final, não passam disso e o corte no investimento, bem patente neste orçamento, só vem demonstrar.

No turismo, teremos que recuperar a albufeira do Azibo de todo o dano causado este ano. No entanto não encontro, neste documento, qualquer verba destinada para esse fim.

Este executivo tem responsabilidade pelos danos causados, no prazo de meses, ao trabalho que levou décadas a criar, agarrando-se a uma bancada de futebol de praia, a única coisa que ali implementaram, que traria as grandes competições daquela modalidade ao Azibo, mas que no final, não passou de uma cortina de fumo e propaganda.

E enquanto isso, concelhos como Vinhais e Freixo de Espada à Cinta, investiram e criaram condições para que o Azibo deixasse de estar sozinho na corrida e, por falta de capacidade de quem por ele é responsável, a perdesse.

A esperança está agora no Welcome Center do Azibo, cuja finalidade será receber os visitantes. Os mesmos visitantes que em 2022 foram repetidamente aliciados a visitarem o Azibo, no estado em que se encontrava e que espalharam, da mesma forma, as críticas negativas pelas redes sociais.

Afirmem o que entenderem, a realidade estava à vista. Se não estavam reunidas condições para que os visitantes tivessem uma boa experiência, não deveriam ter alimentado o contrário, permitindo que se sujeitassem a tais condições e que os comerciantes ali colocados tivessem os prejuízos que tiveram.

Lamentavelmente, não vejo neste orçamento aquilo que tanta falta faz a Macedo e aos Macedenses e por isso o votarei desfavoravelmente.

--

Claudio Trovisco



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária

Anexo VII – Intervenção Nélio Pimental - UPM



Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023

(Declaração de Voto)

Enquanto grupo de cidadãos independentes, apresentamo-nos sem estar condicionados nos nossos sentidos de voto, sem termos que obedecer a uma qualquer disciplina partidária que receia as interpretações do eleitorado ou se preocupa com as eleições que aí vêm.

Sendo o orçamento municipal de uma importância vital para a gestão de um concelho, enquanto grupo de cidadãos independentes teríamos o maior gosto em votar favoravelmente um documento que reflita uma linha de pensamento estratégico claro, que ofereça esperança no futuro e apresente um caminho de desenvolvimento.

O nosso único compromisso é connosco próprios, com as ideias que apresentámos, com as 600 pessoas que votaram em nós e com todas as outras, que muito embora o não tendo feito, partilham connosco a vontade de viver em Macedo de Cavaleiros e aqui manterem os seus filhos ou os seus netos.

Neste sentido, mostrámo-nos muito satisfeitos quando recebemos da Câmara Municipal o convite para remetermos os nossos contributos para este documento. Estranhámos o timing escolhido, a menos de 15 dias do dia 30 de novembro, data considerada limite para que a proposta de orçamento seja apresentada a este órgão.

Mesmo assim, fizemos um trabalho sério de transposição daquele que foi o nosso programa eleitoral para um documento de fácil compreensão que entregámos ao Executivo.

Fizemos questão de lembrar que as nossas propostas se enquadravam num plano estratégico de médio prazo e que compreendíamos que era perfeitamente compreensível que no exercício de um ano, ou até mesmo de 4, ali não estivessem presentes todas as medidas por nós defendidas.

Não esperávamos, nem desejávamos é que, ao conhecermos o projeto de orçamento, as nossas propostas fossem quase totalmente ignoradas...

Sr. Presidente, enquanto grupo de cidadãos independentes, só temos a lamentar que tenha optado pela "politiquite" de chamar a oposição para depois a ignorar.

Além do mais, nós enquanto grupo de cidadãos independentes, não somos oposição. Não temos sequer ambição em sê-lo. Somos tão só colaboradores de uma democracia que se quer livre e plural.

E para isso procuramos contribuir.

Sr. Presidente, nós ouvíamo-lo e concordávamos consigo, várias vezes, quando nesta assembleia,

Assembleia Municipal 28/12/2022 – Orçamento | 1



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária



na sua qualidade de Presidente de Junta ou Deputado, aqui defendia uma maior abertura dos executivos da altura para as propostas da oposição. Esperávamos mais desta vez.

O orçamento que nos apresentam, nas questões de fundo, é pouco mais que um “copy & paste” do orçamento de 2022, que na altura mereceu a nossa abstenção.

É claramente um orçamento de continuidade e, Sr. Presidente, a continuidade é algo do qual deveríamos fugir... Porque há 30 anos que perdemos população. Porque há 30 anos que perdemos oportunidades. Porque há 30 anos que perdemos importância. Porque há 30 anos que andamos a hipotecar o futuro das gerações que se nos seguem... Sr. Presidente, tal como qualquer pai, que V. Exa. é, assim como muitos de nós nesta assembleia, o que mais queremos é que os nossos filhos possam aqui ter futuro.

O orçamento que nos apresentam tem méritos: Prossegue a modernização do serviço de abastecimento de água; é exemplar nos benefícios fiscais; é solidário nos apoios sociais e na educação que vai mantendo; propõe-se a fazer definitivamente o aproveitamento das condições náuticas do Azibo; virá apoiar a 100% a sanidade animal; mostra vontade em apoiar o combate fitossanitário; mantém o investimento no parque industrial; é mais transparente na atribuição de verbas às freguesias; é arrojado no âmbito da Proteção Civil; e finaliza o projeto de regeneração urbana, acrescentando a requalificação da rua Almeida Pessanha, muito embora não se conheça ainda o seu projeto.

Mas é, no fundo, um orçamento sem Alma. É essencialmente um orçamento do dia-a-dia. É, como atrás disse, um orçamento de continuidade num caminho que nos tem levado ao empobrecimento. E é um caminho de empobrecimento porque cada vez mais se assiste a um tecido económico dependente das aquisições da Câmara Municipal e um mercado de trabalho sedento das aberturas de concursos de pessoal. Só para este ano há mais 61 novos postos de trabalho previstos. Em 2022 foram mais de 40... Haverá mesmo a necessidade de tantos postos de trabalho? Ou não haverá na Câmara Municipal uma má gestão de recursos humanos?

Desde 2018 que verificamos uma subida com despesas de pessoal na ordem dos 3 Milhões de Euros. É uma subida superior a 35%. Justifica-se naturalmente com as revisões legais nas carreiras, com a descentralização de competências no âmbito da educação... Mas parece assustador. Este ano são previstos 8 Milhões de despesas com o pessoal, o equivalente a qualquer coisa como 25% do orçamento total do município.

Assembleia Municipal 28/12/2022 – Orçamento | 2



Assembleia Municipal – 5.ª Sessão Ordinária



Gostávamos, enquanto grupo de cidadãos independentes, de ver uma Câmara Municipal mais preocupada com o futuro, em implementar uma estratégia de desenvolvimento assente num plano que promovesse o crescimento económico do concelho e que isto significasse maior emprego, de forma a combater a acentuada e preocupante quebra demográfica.

A maior evidência de que não há uma estratégia definida, está numa coisa muito simples: na ligação da cidade ao Azibo. Ao contrário do orçamento para 2022, para 2023, não se encontra prevista. O executivo simplesmente deixou cair a ligação da cidade ao Azibo via Vale de Prados.

Ouvimos nesta sala, no discurso de tomada de posse do Sr. Presidente, em 2017, assumir a ligação da cidade como um desígnio essencial para dotar Macedo de Cavaleiros de novas oportunidades para enfrentar o futuro. Estávamos totalmente de acordo. O ano passado regozijámo-nos por a incluírem nas grandes opções do plano, mas este ano não temos nada... Pelo contrário, continuamos com investimentos do lado de lá que, tal como sempre se assumiu da direita à esquerda, muito pouco se refletem na economia local, particularmente na da cidade.

Isto parece-nos, Sr. Presidente, ser mais um tremendo golpe nas aspirações dos Macedenses.

Desejávamos ver uma profissionalização na organização de eventos na cultura, desporto ou turismo, como forma de atração de pessoas e crescimento da visibilidade externa do concelho. A corrida da liberdade mantém o cariz de consumo interno, a Feira de São Pedro manterá o declínio verificado em 2022, mas já a Feira da Agricultura, com um orçamento de 50.000€, igual ao do São Pedro promete ser em grande. Ainda bem.

Desejávamos ver espelhada uma estratégia de captação e defesa das empresas, com a criação de um condomínio industrial, o desenvolvimento de uma plataforma logística regional, a criação de um catálogo de produtos sob o chapéu “made in Macedo”, apoiados numa plataforma eletrónica, assim como os alicerces para uma central de biomassa e uma estação de abastecimento de hidrogénio.

O ano passado deixámos bem vincado o voto de confiança que dávamos ao Executivo no orçamento de 2022, tal como a professora que perante um aluno com fracos resultados lhe dava positiva para o motivar.

Para este ano, ao aluno que é bem “comportadinho” na sala de aula, que cumpre todas as regras, vai demonstrando alguma vontade, apesar de revelar estar acomodado com a fraca positiva, queremos dizer que tem condições para chegar ao “Bom” ou ao “Muito Bom” e que é uma pena enorme que não se esforce mais em aproveitar todas as suas capacidades para seu proveito e de

Assembleia Municipal 28/12/2022 – Orçamento | 3

todos os que estão à sua volta e que desejam tremendamente que tenha sucesso.

O nosso voto é por isso, pela segunda vez, no sentido da Abstenção.



Anexo VIII – Intervenção Manuel Mico - PS

DECLARAÇÃO DE VOTO

O grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta declaração de voto a favor da proposta do executivo da Desagregação da Freguesia de Murços das Restantes localidades que compõem a União de Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murços esta posição vem ao encontro da vontade da Assembleia de Freguesia e Junta de Freguesia de Murços ao tempo de 2012 e da sua população.

O Partido Socialista sempre defendeu esta posição e vê agora ser reposta a reposição da Freguesia de Murços .

Macedo de Cavaleiros, 28 de Dezembro 2022

Lider da Bancada PS